



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

**UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

SHIRLEI ANDRÉA GUEDES DANTAS ARAÚJO SANTOS

**EMPODERAMENTO FEMININO NA REGIÃO METROPOLITANA DE
SALVADOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PRESENÇA DAS MULHERES NO
MERCADO DE TRABALHO E NA POLÍTICA, ENTRE 2003 E 2013**

Salvador
2016

SHIRLEI ANDRÉA GUEDES DANTAS ARAÚJO SANTOS

**EMPODERAMENTO FEMININO NA REGIÃO METROPOLITANA DE
SALVADOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PRESENÇA DAS MULHERES NO
MERCADO DE TRABALHO E NA POLÍTICA, ENTRE 2003 E 2013**

Dissertação apresentada à UNIFACS Universidade de Salvador, Laureate International Universities Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Renato Barbosa Reis.

Salvador
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities).

Santos, Shirlei Andréa Guedes Dantas Araújo

Empoderamento feminino na Região Metropolitana de Salvador: uma análise a partir da presença das mulheres no mercado de trabalho e na política, entre 2003 e 2013./ Shirlei Andréa Guedes Dantas Araújo Santos. – Salvador: UNIFACS, 2016.

145 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof^o Dr^o Renato Barbosa Reis.

1. Mercado de trabalho - mulher. I. Reis, Renato Barbosa, orient. II. Título.

CDD: 658.4012

SHIRLEI ANDRÉA GUEDES DANTAS ARAÚJO SANTOS

EMPODERAMENTO FEMININO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PRESENÇA DAS MULHERES NO MERCADO DE
TRABALHO E NA POLÍTICA, ENTRE 2003 E 2013

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, à seguinte banca examinadora:

Renato Barbosa Reis – Orientador _____
Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pelo Centro de Pesquisa
Gonçalo Moniz -Fundação Oswaldo Cruz,
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities,

Laumar Neves de Souza _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities,

Tatiane de Lucena Lima _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
União Metropolitana de Educação e Cultura – UNIME

Salvador, 20 junho de 2016.

À minha mãe “Hero” que deixou muitas saudades e mesmo que não esteja neste plano, continua como importante referência e inspiração para a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todo acolhimento e apoio do meu orientador Prof. Dr. Renato Barbosa Reis que depositou a sua confiança sobre este trabalho permitindo o pleno desenvolvimento para os resultados alcançados, prática que se consolidou para mim numa grata amizade e enriquecimento pessoal e profissional. Sem o senhor não seria possível chegar até aqui.

Professor Dr. Laumar Neves de Souza, coordenador do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – UNIFACS que sempre esteve atento às demandas que imprimiram melhor qualidade a esta dissertação, receba minha gratidão.

Professora Dra. Tatiane de Lucena, o seu apoio e incentivo foram fundamentais para persistir neste caminho, suas contribuições foram valiosas, mas a sua amizade fez muita diferença.

A cada um dos professores do programa de mestrado do PPDRU que compartilhou com singularidade o seu conhecimento e o tempo precioso, nesta caminhada, emprestando o seu nome para fazer parte deste projeto pessoal, em especial aos queridos Professores Dr. Edvaldo Boaventura e Prof. Fernando Pedrão que sempre nos honraram com suas belas histórias de vidas.

Colegas queridos que fizeram parte deste importante capítulo da minha vida, jamais os esquecerei. Em especial a minha amiga Eunice Almeida que sempre esteve comigo, apoiando, me dando forças, não me deixando desistir. Você foi um presente neste Programa.

Aos meus pais João Alves Dantas e Heronildes Reis Guedes (*in memoriam*) por sempre acreditar e investir em nossa educação. A minha mãe que sempre sonhou para os filhos o melhor, que sempre nos apoiou e torceu por nós. A sua falta é imensa, mas sinto que esteve comigo em muitas noites e dias enquanto escrevia este trabalho. Jamais terei palavras para agradecer a você minha mãe.

Meu agradecimento mais que especial a minha linda família que tanto amo. Ao meu companheiro nesta jornada, meu marido Alcides Araújo Santos que sempre me apoiou com o entendimento que esta é uma boa obra. Meu amoroso filho Iago Dantas Vasconcelos que esteve sempre por ali, ajudando de alguma forma, auxiliando e compreendendo os momentos de reclusão necessária e exigidos para um trabalho desta importância. A minha filha querida Giovanna Dantas Araújo

Santos que agora aos 9 anos teve a maturidade de uma grande mulher ao compreender a ausência da sua mãe por muitas horas, dias e semanas, e finais de semanas para a conclusão deste Mestrado.

E finalmente ao meu poderoso e maravilhoso Deus, sem ELE nada disto teria sido possível, nada disto teria sido realizado. Obrigada Senhor por sua luz divina sempre me orientando. A força emanando do seu amor foi essencial para que fosse possível completar este caminho. Hoje creio ainda mais em ti. Muito obrigada.

“ É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”.

(SIMONE DE BEAUVOIR)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a participação da mulher no mercado de trabalho, na política e sua evolução no que diz respeito a educação na Região Metropolitana de Salvador, entre 2003 e 2013, e as suas implicações para o empoderamento feminino. A pesquisa se justificou pelo fato de que a mulher ainda faz parte de um dos grupos de maior discriminação na sociedade, e no mercado de trabalho continua encontrando maior dificuldade na inserção. Ela também encontra dificuldades no campo da política. Tem relevância porque a situação das mulheres remete a igualdade de gênero, numa região de suma importância do país, seja pelo aspecto demográfico ou pela participação na geração de renda. No que diz respeito ao problema de pesquisa, esta dissertação buscou analisar como a RMS respondeu as questões que implicam no empoderamento feminino, e como principal dimensão para análise foi a selecionada, a econômica. Além da dimensão econômica foi observado a participação da mulher no âmbito político, especificamente nos municípios da Região Metropolitana da Salvador, de modo a complementar o estudo pela importância que esta dimensão tem sobre o empoderamento. A abordagem desta pesquisa é quali-quantitativa, pois caracteriza-se pelo enfoque múltiplo com o uso de uma metodologia que une as duas abordagens. Como metodologia de estudo foi utilizada a análise documental pela disponibilidade de relatórios nacionais, elaborados por órgãos oficiais do Governo Federal, mais especificamente aqueles que tratam do acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, assim como a revisão literária da bibliografia sobre empoderamento, estrutura familiar, gênero, mercado de trabalho e desenvolvimento no sentido de promover o maior entendimento sobre esta temática. Com o caráter analítico descritivo, essa pesquisa levantou dados, para quatro níveis geográficos, Brasil, Nordeste, Bahia e RMS, com foco mais nesta última, utilizando diversas variáveis como ocupação, desemprego, escolaridade, remuneração e participação política, entre outras, de homens e mulheres. Foram utilizados dados secundários a partir de fontes que tomam por base os levantamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foi possível concluir que ainda persistem disparidades no que se relaciona a inserção feminina no mercado de trabalho da RMS, visto que o número de mulheres ocupadas em relação aos homens ainda é menor. Há também um hiato quando se refere à remuneração de homens e mulheres, além da maior dificuldade de reinserção feminina no mercado de trabalho. Todos esses dados convergiram para um cenário que apresentou menor participação política feminina na RMS, característica que traduz uma sociedade em que o contingente feminino ainda não atingiu o patamar de empoderamento esperado típico de região com desenvolvimento mais humano, no qual está preconizado nos Objetivos do Milênio pela Organização das Nações Unidas – ODM3¹. Espera-se que o resultado alcançado nesse empreendimento possibilite elementos para aprofundar a discussão sobre a realidade das mulheres na RMS, servindo de suporte para elaboração de políticas públicas que contribuam com ações para maior equidade entre os gêneros.

Palavras-chave: Empoderamento feminino. ODM3. Desenvolvimento. Equidade.

¹ Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 3

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the participation of women in the labor market, politics, and developments regarding education in the metropolitan area of Salvador, between 2003 and 2013, and its implications for women's empowerment. The research is justified by the fact that women are still a part of one of the largest groups discriminated in society and the labor market continues to find greater difficulty in insertion. She also finds difficulties in the field of politics. It is relevant because the situation of women refers to gender equality in a region of great importance to the country, either by demographics or for participation in the generating of income. Regarding the problem of research, this dissertation aimed to analyze how the RMS answered questions concerning the female empowerment, and the primary area for analysis was selected, the economic. In addition to the economy, it was also observed the participation of women in the political system, specifically in the municipalities of the metropolitan region of Salvador, in order to further shed light on the importance this has over empowerment. The approach of this research is qualitative and quantitative, it is characterized by multiple focus points using a methodology that combines the two approaches. As for methodology it was used a document analysis by an availability of national reports drawn up by official agencies of the Federal Government, specifically those dealing with the monitoring of the Millennium Development Goals, as well as the literary review of the literature on empowerment, family structure, gender, labor market and development to promote greater understanding on this issue. Considering the descriptive analytical character, this research collected data for four geographic levels, Brazil, Northeast, Bahia and RMS, focusing more on the latter, using several variables such as employment, unemployment, education, pay and political participation, among others, men and women. They used data from secondary sources that are based on surveys conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Ministry of Labor and Employment (MTE). It was concluded that there are still disparities relating to women's insertion in the RMS labor market, as the number of employed women compared to men is even lower. There is also a gap when it comes to remuneration for men and women, as well as greater difficulty women have re-entering the labor market. All this data converged to a scenario that saw a lower participation of female politicians in RMS, a characteristic that reflects a society in which the female contingent has not yet achieved the expected empowerment level typical to the region with more human development, which is advocated in the Millennium Development Goals by the United Nations - MDG3². It is expected that the results achieved in this project allows elements to deepen the discussion on the reality of women in RMS, serving as support for the development of public policies that contribute to actions for greater equity between genders.

Keywords: Women's empowerment. ODM 3. Development. Equity.

² Millennium Development Goal 3

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de participação, população em idade ativa, economicamente ativa e inativa - Brasil, Nordeste, Bahia e Região Metropolitana de Salvador - 2000/2010.....	99
Tabela 2 - Evolução da população economicamente ativa e sua taxa de crescimento anual - Brasil, Nordeste, Bahia e Região Metropolitana de Salvador - 2003-2013	99
Tabela 3 - Distribuição das mulheres ocupadas, segundo atributos pessoais, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013	102
Tabela 4 - Distribuição dos homens ocupados, segundo atributos pessoais, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013	103
Tabela 6 - Evolução absoluta do número de admissões, segundo o sexo, por tipo de admissão - Região Metropolitana de Salvador - 2004-2013	107
Tabela 7 - Distribuição das mulheres ocupadas, segundo nível de instrução, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013	108
Tabela 8 - Distribuição dos homens ocupados, segundo nível de instrução, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013	109
Tabela 9 - Distribuição das mulheres ocupadas, segundo posição na ocupação, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013	(%) 110
Tabela 10 - Distribuição dos homens ocupados, segundo posição na ocupação, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013	111
Tabela 11 - Jornada média semanal dos ocupados, no trabalho principal, segundo sexo, Região Metropolitana de Salvador,2003-2013.....	111
Tabela 12 - Rendimento médio real das mulheres ocupadas, assalariadas e autônomas no trabalho principal, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013.....	112
Tabela 13 - Rendimento médio real dos homens ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013.....	112
Tabela 14 - Evolução absoluta do estoque de emprego formal, segundo o sexo, por escolaridade — Região Metropolitana de Salvador — 2003-2013.....	114
Tabela 15 - Taxa de desemprego por sexo, segundo tipo de desemprego, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013	115
Tabela 16 - Taxa de desemprego por sexo, segundo posição na família, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013.....	116
Tabela 17 - Tempo médio de procura de trabalho, segundo sexo, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013.....	117
Tabela 18 - Número de candidatos e eleitos para o cargo de prefeito, por sexo, por município, Região Metropolitana de Salvador - 2000, 2004, 2008 e 2012	120
Tabela 19 - Número de candidatos e eleitos, de vereador (es), por sexo, por município, Região Metropolitana de Salvador - 2000, 2004, 2008 e 2012	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução absoluta da população, segundo o sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2003 – 2013	101
Gráfico 2 - Evolução relativa dos ocupados, segundo o sexo - Região Metropolitana de Salvador - 2003-2013	104
Gráfico 3 - Evolução absoluta do estoque de emprego formal, segundo o sexo - Região Metropolitana de Salvador - 2003-2013	105
Gráfico 4 - Evolução relativa do estoque de emprego formal, segundo o sexo - Região Metropolitana de Salvador - 2003-2013	106

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Cargos de secretarias, órgãos e autarquias, segundo sexo, dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2015	124
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Pesquisas Populacionais
AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNB	Banco do Nordeste
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMI	Fundo Monetário Internacional
GGGR	Global Gender Gap Report
HIV	Human Immunodeficiency Virus/ Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDG	Índice de Desenvolvimento de Gênero
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA	População Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPM	Programa Nacional de Políticas para Mulheres
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

RMS	Região Metropolitana de Salvador
RNAODM	Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio
SC	Setores censitários
SEAD	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEI	Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos
SEPPIR	Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SPM	Secretaria para Políticas de Mulheres
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
ZI	Zona de Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	33
2.1 ELEMENTOS CONCEITUAIS: EMPODERAMENTO FEMININO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	37
2.1.1 Os reflexos da economia e da política no mercado de trabalho brasileiro nos primeiros anos do novo século XXI.....	43
2.1.2 Ponderações sobre o mercado de trabalho.....	46
2.2 AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA FAMILIAR E AS IMPLICAÇÕES NO PAPEL DA MULHER	51
2.2.1 Alterações no âmbito da família e as implicações para o papel da mulher.....	57
2.2.2 As mudanças socioeconômicas e a dinâmica das famílias	63
2.2.3 Percepções sobre gênero e as relações de poder	68
3 TRABALHO FEMININO E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO: O QUE DIZEM OS ESTUDOS INTERNACIONAIS	76
3.1 A DECLARAÇÃO DO MILÊNIO DA ONU E OS ENTENDIMENTOS DA OIT SOBRE O TRABALHO.....	81
3.1 IGUALDADE DE GÊNERO E OS ENTENDIMENTOS DA OIT SOBRE O TRABALHO	92
4 O EMPODERAMENTO DA MULHER NA RMS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E NA POLÍTICA, ENTRE 2003 E 2013	96
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS GEOGRÁFICAS: BRASIL, REGIÃO NORDESTE, BAHIA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.....	97
4.2 PANORAMA DA PRESENÇA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO E NA POLÍTICA NO CONTEXTO DA RMS: AVANÇOU-SE NA DIREÇÃO DO EMPODERAMENTO?	101
4.2.1 Cenário da ocupação do mercado de trabalho na RMS entre 2003 e 2013.....	102
4.2.1.1 Uma breve reflexão da ocupação e sobre a evolução escolaridade	113
4.3 O PAINEL DE DESOCUPAÇÃO E DESEMPREGO PARA A RMS	115
4.4 A PRESENÇA DAS MULHERES NO CENÁRIO POLÍTICO MUNICIPAL DA RMS 2002 A 2014	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS	133
ANEXO A – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL, NORDESTE, BAHIA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2003 - 2013.....	140

ANEXO B - EVOLUÇÃO ABSOLUTA DO ESTOQUE DE EMPREGO FORMAL, POR SEXO — BRASIL, NORDESTE, BAHIA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR — 2003-2013	141
ANEXO C - EVOLUÇÃO RELATIVA DO ESTOQUE DE EMPREGO FORMAL, POR SEXO — BRASIL, NORDESTE, BAHIA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS) — 2003-2013	142
ANEXO D - EVOLUÇÃO ABSOLUTA DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA — BRASIL, NORDESTE, BAHIA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR — 2003-2013.....	143
ANEXO E - EVOLUÇÃO ABSOLUTA DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR ANOS DE ESTUDO — BRASIL, NORDESTE, BAHIA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR — 2003-2013	144
ANEXO F - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DESOCUPADA, DA TAXA DE DESEMPREGO E DE SUAS DIFERENÇAS, ENTRE O SEXO MASCULINO E FEMININO — BRASIL, NORDESTE, BAHIA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR — 2003-2013	145

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo principal analisar a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho e na política, na Região Metropolitana de Salvador, entre 2003 e 2013, e as suas implicações para o empoderamento feminino. Este trabalho buscou contextualizar à situação econômica da mulher levando em conta a sua participação no mercado de trabalho, como um dos viés para o empoderamento, posto que a autonomia financeira possibilita melhores condições nas relações de equidade na sociedade, sobretudo porque empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em atividades ligadas diretamente à economia garante o efetivo fortalecimento da economia pois impulsiona negócios e melhora da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, impactando diretamente no perfil do desenvolvimento regional sustentável.

A questão central que direcionou toda esta investigação foi averiguar se a participação da mulher no mercado de trabalho e na política na Região Metropolitana de Salvador (RMS) gerou impacto no empoderamento feminino nesta região.

Compreender em que medida a situação da mulher repercute na avaliação do crescimento e do desenvolvimento consolida-se na primeira questão norteadora o que levou ao objetivo específico de analisar de que maneira a situação da mulher reflete na avaliação do crescimento e desenvolvimento regional na RMS.

Importa dizer que o empoderamento feminino é uma das premissas para a erradicação da pobreza, e é considerado, pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos requisitos básicos para o desenvolvimento sustentável, e que através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as nações têm sido alertadas sobre a importância da temática no contexto do desenvolvimento regional.

Saber se ocorreram mudanças significativas na participação das mulheres no mercado de trabalho e na política na RMS, é a segunda questão norteadora desta pesquisa. A fim de alcançar resposta para essa questão foi averiguado a participação das mulheres no mercado de trabalho e na participação política no âmbito municipal, entre 2003 e 2013, na RMS.

Ciente da importância que as empresas têm para o crescimento das economias e para o desenvolvimento humano, a ONU Mulheres e o Pacto Global criaram um conjunto de considerações que norteiam a comunidade empresarial a incorporar valores e práticas que corroborem para a equidade de gênero e empoderamento de mulheres.

Nesta direção, a terceira questão norteadora desta dissertação indaga se de fato ocorreu um cenário positivo no que se relaciona ao empoderamento da mulher, segundo o que está preconizado no Objetivo 3 dos Objetivos do Milênio. Esta questão remeteu a analisar o empoderamento da mulher na RMS, sob à luz dos Objetivos do Milênio, mais especificamente o Objetivo 3, no período compreendido entre 2003 e 2013.

Analisar a situação da mulher no panorama de crescimento e desenvolvimento regional, trata-se de um assunto relevante no campo da política pública para a igualdade de gênero pois fortalece as discussões sobre as estratégias adequadas para o desenvolvimento sustentável.

Neste campo está o empoderamento feminino que entrelaça com às condições socioeconômicas, e estas implicam na qualificação de resultados sobre o nível de desenvolvimento regional, visto que a equidade de gênero leva a crer que haja equilíbrio de oportunidades econômica, social e política tanto para homens quanto para mulheres, garantindo a todos a preservação do senso de justiça.

E é nesse caminho que o empoderamento feminino requisita a igualdade de gênero pois destaca a necessidade da equivalência social, cujo conceito carrega em suas bases, crenças, ideias e valores que se personificam em representações observadas em diferentes posições de homens e mulheres na sociedade.

A ONU que já havia incluído a igualdade de gênero como um dos objetivos sustentáveis no “Projeto Milênio das Nações Unidas”, desde 2005, trilha nesta discussão em torno de que a diferença de oportunidades e de direitos iguais, entre homens e mulheres implica no desenvolvimento regional de maneira sustentável, é que as metas definidas e estabelecidas pelas nações que integram a ONU, visam promover ações para reduzir as desigualdades e alcançar a equidade em suas sociedades.

Corroborando na justificativa para a realização desta pesquisa, a igualdade de oportunidades e participação econômica e política entre homens e mulheres, na sociedade ainda não é a situação ideal, conquanto muitas nações são marcadas por situações extremas de desigualdades socioeconômicas que refletem na qualidade de vida da população.

Nesta perspectiva, de acordo com o relatório do *World Economic Forum*³(2010), nenhum país conseguiu eliminar a disparidade entre os sexos, e a Suécia foi a nação que apresentou os melhores índices no que se refere a diferença entre gênero, liderando os países nórdicos que detém os mais baixos índices de disparidade de gênero no ano 2010. Já o *Global Gender Gap Report 2014* (GGGR/2014) destacou que a diferença de gênero persiste entre e dentro de regiões.

Dados de 142 países, em 9 anos de estudos, demonstraram que ocorreu uma pequena melhora na igualdade de gênero no que se refere a participação no mercado de trabalho. Entretanto, a participação econômica e política ainda é uma realidade que promove o maior hiato entre homens e mulheres, embora, a partir de 2006 essas diferenças tenham diminuído.

Ainda de acordo com o relatório do *World Economic Forum* (2014), cinco países do norte europeu diferencia-se com os melhores índices de igualdade de gênero do mundo: em primeiro lugar a Islândia que estava no topo de uma lista de 10 países com melhores índices de igualdade de gênero em 2014, seguido pela Finlândia, Noruega, Suécia e Dinamarca. Em sexto lugar aparece a Nicarágua, Ruanda em sétimo, Irlanda, Filipinas, e Bélgica em décima posição.

É claro que não é apenas a participação no mercado de trabalho que determina se a mulher está de fato empoderada, mas certamente a partir da inserção no mundo do trabalho muitas oportunidades são abertas, sobretudo porque o empoderamento

³ Organização sem fins lucrativos baseada em Genebra – Suíça reconhecida por suas reuniões anuais em Davos – Suíça. Reúne os principais líderes empresariais e políticos, intelectuais e políticos para discutir temas urgentes de interesse mundial.

feminino perpassa pela emancipação individual visto que devolve o poder e a dignidade, por abrir as portas para a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino.

Ao tratar a participação feminina no mercado de trabalho e na política como sendo as principais condições para que a mulher alcance o empoderamento concorda-se que para alcançar este empoderamento dependerá das oportunidades que lhe são postas.

Assim é aceitável que tais oportunidades estarão relacionadas às questões da economia pois afetam diferentemente as pessoas em relação ao sexo, a classe social, a raça e etnia, a origem cultural, a religião. Condições estas que interferem no acesso das mulheres ao dinheiro pois está estruturado pelas relações de gênero, no conjunto da sociedade e dentro dos lares.

Nesta direção, estudos que tratam de políticas sociais para o desenvolvimento apontam que as mulheres estão muito atrás dos homens no acesso à terra, ao crédito e ao emprego decente, apesar de um crescente número de pesquisas demonstrarem que aumentar as opções econômicas das mulheres impulsiona as economias nacionais, e para tanto é necessário que as múltiplas barreiras que impedem as mulheres de aproveitar às oportunidades econômicas devam ser eliminadas.

Atenta a essa realidade a ONU, através PNUD, tem focado suas ações em parceria com o governo brasileiro, o setor privado e a sociedade civil com o propósito de combater a pobreza e a desigualdade através do fortalecimento da governança democrática, do crescimento econômico e do desenvolvimento humano e sustentável, alertando sobre a importância da temática no cenário do desenvolvimento regional. Para tanto, se sustenta nos oito objetivos do milênio para o ano 2015, a saber:

1. Redução da pobreza;
2. Atingir o ensino básico universal;
3. Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade na infância;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças;
7. Garantir sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Em reconhecimento sobre a importância da igualdade de gênero que se defende a construção de sociedades mais justas e estáveis e para tanto é essencial que as mulheres participem de todos os setores da vida econômica, assim como em todos os níveis de atividades econômica. Sustentado nesta afirmativa o “Objetivo 3 - Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”, entre os oitos expostos, coloca uma lente de aumento sobre a importância dos estudos relacionados às condições das mulheres para o desenvolvimento regional, sobretudo porque estes possibilitam conhecer com maior clareza os cenários regionais, no tocante da situação do empoderamento das mulheres, possibilitando uma atenção para a criação de políticas macroeconômicas e o estabelecimento de políticas públicas.

O texto apresentado no relatório dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), mais especificamente o “Objetivo 3”, sinaliza a necessidade da redução das disparidades de gênero em escala mundial e nacional, e para tanto coloca os princípios de empoderamento como um conjunto de considerações que ajudam tanto o setor público quanto o setor privado a concentrar-se em questões-chave que visam a promoção da igualdade no local de trabalho, no mercado e na comunidade.

Neste sentido os desafios para romper as desigualdades entre os sexos persistem, principalmente no mercado de trabalho, a exemplo, a informalidade que está concentrada em maior parte para as mulheres, as taxas de desemprego, os níveis salariais inferiores e a ideia de que os ganhos das mulheres representam um complemento no orçamento doméstico.

As mulheres permanecem à margem do mercado muito por conta de modelos macroeconômicos que são alheios ao “sexo”, ignoram o trabalho doméstico e os cuidados com o lar, e desqualificam esta força de trabalho como atividade econômica reduzindo a menor categoria.

De certo, ocorreram mudanças e conquistas acerca da participação feminina tanto no mercado de trabalho quanto na política, todavia a equidade ainda está longe de ser alcançada. Segundo Monte e Pereira (2008), a participação feminina no mercado de trabalho no Brasil deu-se de forma mais efetiva a partir da década de 1940. Nesse período, tal movimento foi explicado por questões culturais, e o perfil dessa inserção na ocasião foi bastante homogêneo, constituído principalmente por mulheres pobres, de

baixo nível educacional e baixa profissionalização, condições que também refletiram em maior influência sobre a discriminação existente na época.

Já a partir da metade dos anos 1970, sustentado por um cenário de expansão econômica e maior urbanização, o mercado de trabalho passou a contar com maior intensidade de participação das mulheres em atividades econômicas, no entanto, não é possível afirmar que tal participação tenha ocorrido de forma saudável e com garantia de equidade.

Na década de 1980, embora a economia tenha sido de estagnação com redução de oportunidades de ocupação e elevação do desemprego, tanto para homens quanto para mulheres, a incorporação da mulher no mercado de trabalho manteve-se crescente. Todavia, foi nos anos 1990 até início dos anos 2000 que os níveis de desemprego apresentaram os maiores percentuais, abrindo espaço para a informalidade que ocorreu em diferentes graus para mulheres e homens.

Nos anos 1990, década caracterizada pela intensa abertura econômica, pelos baixos investimentos e pela terceirização da economia, continuou a tendência de crescente incorporação da mulher na força de trabalho. Contudo, incrementa-se, nessa última década, o desemprego feminino, indicando que o aumento de postos de trabalho para mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da PEA feminina (HOFFMANN; LEONE, 2004, p. 2).

O cenário passa a mudar na primeira década do terceiro milênio, marcadamente a partir de 2004, em que as taxas de desemprego começaram a cair como consequência do aumento no número de postos de trabalhos, dando sinais de recuperação com destaque para a maior formalização dos empregos.

Seguramente as mudanças oriundas da economia passaram a refletir na vida de homens e mulheres e suas implicações para a igualdade de gênero e para o empoderamento das mulheres, situação que contribui para a discussão sobre os princípios que norteiam o desenvolvimento sustentável defendido pela ONU, da qual está a perspectiva de inclusão das mulheres na economia como um dos impulsos ao desenvolvimento.

Neste alinhamento a Declaração do Milênio, adotada por 189 países, ainda no ano de 2000 para o qual ajudou a fundamentar leis nacionais e a moldar valores comuns que devem ser adotados por instituições nos variados espaços regionais, servindo como

referência para que seja possível uma avaliação sobre as reais condições de crescimento atual, tem o intuito de inspirar e intensificar esforços para a inclusão das mulheres em todos os níveis de negócios.

Assim, a ONU Mulheres propõe os Princípios do Empoderamento das Mulheres na expectativa de facilitar a utilização por parte das empresas e sociedade de maneira geral, como referências para analisar o empoderamento das mulheres sugere observar:

1. A liderança como promotora na igualdade de gênero.
2. Igualdade de oportunidades, inclusão e não discriminação.
3. Saúde, segurança e fim da violência.
4. Educação e formação.
5. Empreendedorismo de mulheres e práticas da cadeia de fornecedores de marketing.

Para analisar o empoderamento feminino é necessário observar comportamentos relacionados à educação, a participação no mercado de trabalho e a participação política. Neste sentido, o Brasil avançou no acesso à educação com redução de disparidades na escolarização de homens e mulheres, a partir da década de 1990. Entretanto, muitas das análises apontam que há uma desvantagem masculina na escolarização do ensino superior, já que as mulheres registraram um número maior de formação superior, indicando que no Brasil as mulheres são maioria entre os profissionais com nível de escolaridade superior. Mas o que dizer da participação da mulher no mercado de trabalho e na política? São indagações que suscitam a necessidade de conhecer de forma mais pormenorizada a situação da mulher no mercado de trabalho e em consequência os impactos para o empoderamento feminino no âmbito regional.

Este trabalho de dissertação alicerçado principalmente na dimensão econômica e no eixo de oportunidades para o qual analisa a participação da mulher no mercado de trabalho e na política na Região Metropolitana de Salvador, versa sobre uma região que se consolida como uma das mais representativas regiões metropolitanas do Brasil com

uma população estimada, segundo IBGE – 2014⁴, em 3.919.864 pessoas, ocupando o lugar da 6ª região metropolitana mais populosa do país.

No princípio, em 1973, a RMS era composta por oito municípios.

Em 1990, Madre de Deus, e Dias d'Ávila, incorporam à região que passou a ter dez municípios. Em 2008, Mata de São João e São Sebastião do Passé, se juntam aos outros dez municípios. E em 22 de janeiro do ano seguinte, a inclusão de Pojuca, o qual passa a totalizar 13 municípios. (SANTOS, 2015, p. 158).

Os treze municípios que compõe a região, comportam 25% da população baiana e 1,93% da população nacional. Atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro, o município de Salvador, o maior entre os treze que compõe a RMS, ocupou o 3º lugar na lista dos mais populosos municípios do Brasil com 2.902.927 habitantes.

No percurso desta pesquisa desejou discutir as desigualdades entre homens e mulheres, no âmbito da participação econômica, comparando os níveis de emprego, atividades e remuneração por trabalho igual. O número de mulheres que ocupam cargos executivos e legislativos municipais, bem como mulheres em cargos sêniores ligados a Secretarias de Governos para os municípios que compõem a RMS complementaram a discussão.

Colocadas as particularidades desta dissertação, ressalta-se a relevância do trabalho para a discussão sobre a situação das mulheres, no que tange a inserção no mercado de trabalho e as implicações no empoderamento feminino, temas que remetem a igualdade de gênero, numa região de suma importância do país, seja pelo aspecto demográfico ou pela participação na geração de renda. Esta é uma região que se vincula à produção nacional com a indústria petroquímica. Com relação ao Produto Interno Bruto, segundo Silva e Mello (2014) a RMS está em 8º lugar, superando Recife e Fortaleza, segundo dados do IBGE, 2010.

O estudo aqui apresentado vincula a análise da situação da mulher no mercado de trabalho da RMS como um dos pontos principais para o seu empoderamento, e para tanto emprega um esforço na revisão da literatura no sentido de promover o maior entendimento sobre esta temática, bem como com as questões que se relacionam a situação de desvantagem da mulher na sociedade.

⁴ Optou-se por utilizar dados mais atualizados sobre a estimativa da população da RMS visto que O ÚLTIMO Censo ocorreu em 2010.

É nesse sentido que o estudo pretende contribuir para melhor conhecer as questões ligadas ao empoderamento feminino, e as suas implicações para o desenvolvimento regional, a partir das orientações pautadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM 3), e para tanto são abordados aspectos importantes da literatura que levanta a problemática de gênero com relação a educação, ao mercado de trabalho e a participação política da mulher na RMS.

Importa dizer que a realização desta pesquisa se justifica também pelo fato de que a mulher ainda faz parte de um dos grupos de maior discriminação na sociedade. No mercado de trabalho, continua encontrando maior dificuldade pois continua assumindo atividades de menor *status*, e em consequência estão presas a maior precariedade e menor remuneração. No campo da política, embora tenham ocorrido avanços, a participação política da mulher ainda está longe do ideal.

É nesse caminho que os resultados aqui alcançados possibilitarão elementos para aprofundamento sobre a realidade das mulheres, além de poder servir para a elaboração de políticas públicas que contribuam com ações que de fato viabilizem maior equidade entre os gêneros e em consequência a conquista de maior empoderamento feminino.

Assim no intuito de atender a todas as demandas no alcance das respostas necessárias a este trabalho, foi traçado um caminho metodológico que caracteriza uma importante parte da pesquisa.

Para tanto assentou-se na revisão bibliográfica sobre desenvolvimento, gênero e empoderamento, principalmente. Em seguida reuniu e analisou informações de relatórios de acompanhamento de resultados dos Objetivos do Milênio dos anos 2005 a 2013. Para aprofundamento foi organizada análise a partir de dados secundários que tratam principalmente da participação da mulher no mercado de trabalho da RMS.

O caminho que pesquisador trilha para responder o seu problema de pesquisa inicia-se pela formulação do problema até o encontro da sua resposta ao término da pesquisa. Nesse percurso, esta pesquisa que é descritiva, visto que fatos foram observados, sistematizados, analisados, classificados e interpretados sem interferência da pesquisadora. Esse tipo de pesquisa estabelece relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado.

Variáveis relacionadas à classificação, medida e/ou quantidade que podem se alterar mediante o processo realizado irá respaldar como está o empoderamento da mulher na RMS, no período selecionado para este estudo, levando em consideração principalmente os aspectos ligados a participação e oportunidade econômica, mas complementados pela análise sobre a evolução educacional ligado a ocupação e participação política das mulheres.

A abordagem desta pesquisa é quali-quantitativa, ou seja, qualitativa e quantitativa, pois caracteriza-se pelo enfoque múltiplo com o uso de uma metodologia que une as duas abordagens. A pesquisa qualitativa trata de tudo aquilo que não pode ser mensurável, visto que a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis, e, portanto, não podem ser traduzidos em números quantificáveis, pois quando se trata do sujeito, há de se levar em consideração os seus traços subjetivos e suas particularidades.

Com a abordagem qualitativa procurar-se a dar respostas aos aspectos da realidade que não podem ser quantificados, mas que são importantes de observação e análise. Neste aspecto trabalha-se com significados, motivos, aspirações, opiniões, simbologias, crenças, valores e atitudes com o intuito que os dados qualitativos complementem os dados quantitativos, e vice-versa.

No que diz respeito a pesquisa quantitativa traduz em números, dados e informações classificadas e analisadas a partir de técnicas estatísticas testadas, e usa o método dedutivo que se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão é verdadeira.

Pela natureza deste trabalho, foram utilizados dados secundários a partir de cinco fontes de dados. Duas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e duas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nesta ordem: CENSO, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Duas pesquisas e dois registros administrativos, cada um com uma defasagem temporal entre a coleta do dado e sua disponibilização específica. Nos quatros bancos de dados, excetuando o CAGED, foram utilizadas as informações mais recentes disponíveis. Além destes, foi utilizada a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - RMS que é uma pesquisa domiciliar amostral, com periodicidade mensal, e tem por objetivo principal, investigar

características de emprego e desemprego, abarcando pessoas de 10 anos e mais de idade.

Atualmente, esta pesquisa é coordenada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia com convênio com a Fundação SEADE e DIEESE, que são os responsáveis pela metodologia. Através dela foi possível acessar dados do mercado de trabalho, domicílio, família e moradores, sendo viável analisar a condição de atividade, aos rendimentos auferidos e horas trabalhadas pelos ocupados.

Segundo aponta a PED em seu relatório anual 2009, em suas notas metodológicas, a pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana Salvador (PED/RMS) tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos 10 municípios que compõem esta região: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Estes municípios estão subdivididos em 17 distritos, 22 subdistritos, 165 Zonas de Informação (ZI) e 2.243 setores censitários (SC). Destaca-se que as informações de interesse da pesquisa são coletadas mensalmente através de entrevistas realizadas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.500 domicílios que representam uma fração amostral de 0,35% do total de domicílios da RMS.

Para as séries da PNAD não incluem o ano 2010, visto que a pesquisa não é realizada em ano de Censo Demográfico. As taxas de crescimento populacional são medidas em taxas geométricas e exponenciais, conforme as normas da Associação Brasileira de Pesquisas Populacionais (ABEP). Para correção monetária, foi utilizado o INPC que é um índice oficial, atualizado inclusive o mês base.

Segundo Gil (2008, p.26) “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Para a viabilidade do estudo foi decidido utilizar inicialmente como metodologia de estudo, a análise documental pela disponibilidade de relatórios nacionais, elaborados e aceitos por órgãos oficiais do Governo Federal, mais especificamente aqueles que tratam do acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, assim como a revisão literária de toda bibliografia pública sobre o tema para o aprofundamento de conceitos importantes para esta dissertação.

Como métodos de procedimentos, aqueles que estão relacionados as etapas da pesquisa, preliminarmente foram analisadas as dissertações de Moreira (2010), cuja temática aborda o empoderamento das mulheres em Minas Gerais, um trabalho que tem como foco as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além deste, o trabalho de Carvalho (2011) que aborda a importância do *Empowerment* da Mulher para o Desenvolvimento contribuiu para engrandecer essa proposta de estudo, porquanto são trabalhos que guardam uma relação muito próxima a temática trazida nesta dissertação. Somado a estes trabalhos, como já mencionado, utilizamos como inspiração a Tese de Doutorado de Souza (2007), cujo tema é a “Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS”.

Nesta pesquisa, são quatro categorias *a priori* selecionadas para análise em consonância com os objetivos propostos: desenvolvimento, empoderamento, gênero e mercado de trabalho. No intuito de aprofundar a discussão, estas desdobraram em subcategorias como: empoderamento da mulher e igualdade de gênero no contexto do desenvolvimento, a participação da mulher no mercado de trabalho e na política e a situação da mulher à luz do Objetivo 3, da Declaração dos Objetivos do Milênio.

Ao trazer o conteúdo sobre desenvolvimento para este trabalho buscou-se alinhar o empoderamento da mulher na lógica do desenvolvimento. Para tanto, primeiro tratou-se de conceituar desenvolvimento sob a ótica de autores como Bresser Pereira (2006) que conceitua o desenvolvimento como a melhoria na distribuição de renda. Furtado (1973) que traz a noção do desenvolvimento como mito. Amaro (2003) que aborda a análise conceitual do desenvolvimento, a partir dos relatórios de organizações internacionais, ligados à Organização das Nações Unidas (ONU), entre eles os Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD.

Sob o viés do desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen (2010), tem em sua visão nuclear para o desenvolvimento, a liberdade. Já numa visão muito próxima ao que é defendido nesta dissertação está Friedman (1996), que traz o empoderamento como base do estilo alternativo de desenvolvimento que concede o poder aos excluídos pelo sistema atual.

Vinculado o empoderamento feminino ao desenvolvimento, a discussão aprofunda-se sobre a conceituação e surgimento do termo empoderamento. Neste caminho, defende Sandenberg (2006), “[...] o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação”. E numa linha não distante Narayan (2002), trata do empoderamento como a maior capacidade dos pobres em participar ativamente da sociedade com maior controle de suas vidas.

Ao discorrer sobre o empoderamento como termo que remete à conquista concorda-se que a mulher ao adquirir competências e ir além, será reconhecida pelos outros por estas competências e assim, permitirá que elas fortaleçam a confiança e alcance o próprio sustento dignamente. Esse é um princípio simples para compreender que o empoderamento feminino e a promoção da igualdade de gêneros são contributos para um mundo mais justo para todos, pois constrói um ambiente com maior respeito e de pessoas engajadas.

Para Horochovski (2006) empoderamento é quase sinônimo de autonomia. Já Baquero (2012) diz que o empoderamento tem as raízes na Reforma Protestante, e discute sob duas perspectivas: empoderar como o sujeito age sobre o objeto e empoderar quando a ação é do próprio sujeito.

É válido destacar mais uma vez que as Nações Unidas tem discutido que o desenvolvimento esperado para um país passa pelo crescimento econômico que beneficie a todos os cidadãos, e neste aspecto, importa destacar que condições que permitam que as mulheres participem ativamente das decisões que afetam suas vidas, ter condições dignas e trabalho, ter equidade entre os pares em relação a carga de trabalho não remunerado, ter condições para conquistar novas habilidades e participar ativamente da vida pública, são realizações que consolidam o direcionamento para o desenvolvimento sustentável.

O fato é que uma sociedade mais igual beneficia a todos, e neste aspecto a igualdade de gênero ao partir da discussão que traz o emponderamento da mulher como uma das condições para a equidade na sociedade requer o fortalecimento das mulheres em cargos de liderança, assim como o tratamento igual para homens e mulheres, com justiça no ambiente de trabalho.

Neste sentido levanta-se o tema ‘trabalho’ acreditando ser este um dos maiores implicadores para o fortalecimento do empoderamento da mulher. É pela conquista dos direitos iguais nas condições de trabalho e na remuneração justa que se assegura em grande parte a saúde, a segurança e o bem-estar. Entretanto, quando se trata das mulheres mães e trabalhadoras, elas assumem mais atividades, pois além de exercer o seu papel de mãe, tem funções e responsabilidades que vão além do ambiente familiar.

Por este ângulo a mulher continua sendo prejudicada pois acumula funções de papéis diferentes sobrecarregando-a, e a impedimento em muitas vezes de conquistar ou continuar conquistando a formação e o desenvolvimento educacional e profissional necessários para dividir os espaços com igualdade com os homens.

Aqui esta dissertação é sustentada que a integração equitativa da mulher no mercado de trabalho, na educação e na participação política gera ganhos para o desenvolvimento regional. Através da Educação, a mulher capacita-se para ser capaz de escolher o papel que deseja ocupar nos espaços sociais. Sequenciando, está o Trabalho pois permite o alcance da autonomia econômica, e finalmente a participação Política que dá legitimidade através da formulação de políticas públicas que fortalecem a luta feminina.

A condição de ser mulher e trabalhadora possibilitou aumentar a sensibilidade sobre as matérias desta dissertação e vivenciar a realidade sobre o quanto que o empoderamento da mulher favorece a várias vertentes da sociedade, principalmente quando há equidade de ganhos com o homem. A preferência pela discussão do empoderamento a partir da condição econômica, e mais especificamente sobre a participação no mercado de trabalho surgiu a partir do reconhecimento sobre a importância que tem o trabalho na vida da mulher, assim como da urgência e da necessidade de afunilar estudos multidisciplinares que traga dimensões sociais e econômicas ligadas ao tema gênero.

No que diz respeito à estruturação desta dissertação foi decidido organizá-la em quatro capítulos de forma sequencial. Além desta introdução e das considerações finais inicia-se com o referencial teórico, para o qual trouxe elementos conceituais sobre o Empoderamento, além de focalizar nas interações com o mercado de trabalho no Brasil. Ainda neste capítulo tratar-se-á das transformações da estrutura familiar e as implicações no papel da mulher. Posteriormente a toda discussão conceitual o capítulo 3, dará conta do trabalho feminino, do desenvolvimento, da economia e política no

Brasil na primeira década do século XXI e as implicações para o empoderamento feminino, além de refletir sobre o que dizem os estudos internacionais sobre a questão do trabalho feminino e o empoderamento.

O capítulo 4 faz-se um levantamento sobre o empoderamento feminino da RMS a partir de uma análise da participação feminina no mercado de trabalho e na política, entre 2003 e 2013. E finalmente caminha-se para a conclusão quando é fundamentada toda a discussão com dados relacionados a participação da mulher no mercado de trabalho da RMS, na contemporaneidade com enfoque para o empoderamento sob a luz do Objetivo 3 da Declaração do Milênio das Nações.

A promoção da igualdade de gênero e da autonomia das mulheres é súmula central deste trabalho, e para tanto, concentrar nos problemas relacionados ao poder, fez parte das questões em discussão como um dos aspectos que impactam no desenvolvimento. Nesta direção, valeu a pena percorrer o caminho que trouxe a melhor compreensão sobre o empoderamento nas relações de gênero e suas intercessões como importante aspecto para inclusão das mulheres nas diversas esferas sociais. Deste modo, no quarto capítulo também reflete sobre os principais resultados apresentados pelos órgãos oficiais e/ou credenciados pelo Governo Federal que estão relacionados ao terceiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM 3) para o qual analisou-se as ações que visam eliminar as disparidades entre os sexos.

Pelos dados analisados ficou claro que aqui no Brasil a igualdade de oportunidades e à participação econômica, educacional e política, entre homens e mulheres ainda não é de equidade, visto que a nação continua marcada por condições extremas de desigualdades socioeconômicas que refletem na qualidade de vida da população.

Espera-se que este trabalho contribua para incrementar a discussão sobre as questões que tratam do empoderamento da mulher e suas implicações para o desenvolvimento regional, despertando o interesse sobre o aprofundamento e fortalecimento do tema empoderamento da mulher.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo tem como centralidade a importância do empoderamento da mulher para o desenvolvimento. Deste modo, ao longo de todo o texto serão enquadrados conceitos das quatro categorias de análise principais para esta dissertação como: empoderamento, mercado de trabalho, gênero, e desenvolvimento de forma a balizar o cruzamento entre empoderamento da mulher e desenvolvimento regional.

Para sustentar a discussão trazida para este texto sobre o empoderamento, foi selecionado autores como Sandenberg (2006) que discute o empoderamento da mulher a partir dos movimentos feministas, e que imputa a liberdade em partipar ativamente do espaço na sociedade como uma das maiores evidências de conquista da mulher e do poder sobre a sua vida. Importante também para esta seção é Narayan (2002) que acrescenta à discussão a necessidade de ampliar os meios e capacidades para as pessoas ter participação ativa na sociedade.

Pretigioso refletir que entre os elementos fundamentais para a liberdade está a educação, e ao valorizar a conquista do poder pela ocupação no econômico, de modo algum está subestimando a importância que a educação tem na vida da mulher, compreende-se que esta é uma condição medular, e que o econômico é um reflexo da sua condição educacional.

Baquero (2012) faz uma reflexão sobre as formas de entender o empoderamento como algo “dado” ou conquistado. Aqui a percepção defendida é que a mulher possa de fato conquistar o seu espaço na sociedade de forma igualitária, com condições dignas para que possa inserir-se no mercado de trabalho e que conquiste espaço no âmbito político, pois assim, desvinculará-se da imagem do espaço privado, abrindo-lhe as portas definitivamente para o espaço público com oportunidades em áreas de maior destaque e impacto econômico e político.

A defesa desta dissertação é que o empoderamento feminino está muito relacionado com a sua participação no mercado de trabalho e na política. Neste sentido, de maneira

que fosse possível vincular as categorias relacionadas utilizou-se principalmente de autores como Engels (1984) que coloca o trabalho como centro de humanização do homem.

Ainda na perspectiva da discussão sobre o Mercado de Trabalho, Offe (1989) contribui com o entendimento sobre o que é o mercado de trabalho, como ele se organiza em relação as trocas interrelacionadas. Já Murteira (2007) traz uma abordagem mais voltada para as classes trabalhadoras relacionando o emprego e desemprego, salários e condições de trabalho. Neste sentido, o autor faz uma tratamento direcionado para as relações de trabalho.

Todavia esta dissertação envolve gênero, visto que credita-se ao trabalho grande influência sobre o empoderamento da mulher. Por esse motivo a necessidade de aprofundar sobre o tema gênero de modo a compreender melhor as diferenciações que tratam da inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho e que implicam no empoderamento.

Muito apropriado a esse trabalho, Bourdier (2002) convoca em seu texto a reflexão das mulheres sobre uma maior participação na ação política. Esta reflexão é totalmente oportuna, sobretudo porque é na participação política que as mulheres ainda sofrem com menor expressão. Este autor contribui significativamente para esta dissertação, conquanto em suas implicações está a análise sobre as simbologias, tão importante, pois afetam em sobremaneira, em muitos casos, a forma como as mulheres ocupam os espaços na sociedade. Neste sentido é válido pontuar:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre o qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres. [...] (BOURDIER, 2002, p.13).

As relações de gênero estão imbricadas a origem da família, sobretudo porque as interações entre formação e transformações da família estão intimamente ligadas à inserção feminina no mercado de trabalho. Para tratar da origem da família, estruturação

e papéis da mulher este debate apoiou-se em Engels (1984) que faz uma das mais importantes abordagens desta temática na literatura.

Toda essa discussão foi válida para esta dissertação em razão desta ter o intuito de analisar a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho e na política da RMS, condições que elevam ao empoderamento e que no entendimento aqui defendido refletem no desenvolvimento regional, uma vez que eleva-o ao patamar do desenvolvimento sustentável.

Isto posto, a discussão sobre desenvolvimento complementa o enquadramento teórico ao trazer diferentes interpretações sobre o assunto. O exame sobre desenvolvimento demarca a apresentação desta discussão, e neste sentido inicialmente traz a visão de Bresser Pereira (2006), que infere ao desenvolvimento não necessariamente a produção de uma sociedade igualitária. Esta ideia reforça a tese de que para uma região ou nação contar com o desenvolvimento sustentável, são necessários que pontos além do crescimento econômico sejam priorizados e sustentados, de modo a evitar que o seu significado seja a concentração de renda em algumas classes específicas.

Uma importante e inquestionável contribuição ao debate sobre desenvolvimento é conduzida por Celso Furtado que atribui aos desequilíbrios espaciais e as desigualdades regionais, problemas políticos que necessitam de resoluções, e não apenas como resultados de fatores naturais ou decisões macroeconômicas. Para Furtado (1973) o consumismo não é sinônimo de crescimento real e por tal não deve ser considerado como uma característica substancial do desenvolvimento.

No seu entendimento, o autor sugere que o crescimento cria desigualdades, e, em seu pensamento, expressa que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento equivalem a reprodução de estruturas sociais que é fruto da superioridade de um ou de outro, e que são oriundas do mesmo impulso inicial, Furtado (2000).

Tais convicções tiveram inspiração na observação de Prebisch para o qual avistava o capitalismo como um processo de difusão irregular do progresso técnico,

principalmente sobre o problema dos baixos níveis de absorção de tecnologia por parte dos países periféricos que manifestava em desigualdades das populações.

Atenta as requisições manifestadas para o alcance do desenvolvimento sustentável, esta dissertação ampara-se fortemente nas premissas preconizadas pela ONU Mulheres naquilo que trata do empoderamento feminino, e é neste sentido que Amaro (2003), associa o conceito de desenvolvimento a modernização, sobretudo porque trata da análise conceitual de desenvolvimento a partir dos relatórios de organizações internacionais ligados a ONU, que para este trabalho traduz em importante contribuição visto que a análise está pautada no Objetivo Desenvolvimento do Milênio 3.

O empoderamento está vinculado a conquista de poder entre os cidadãos, associado a conquista de participação e condições dignas e iguais na sociedade. Neste caminho o empoderamento assemelha-se a conquista da liberdade, e desse ponto o desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen (2010) não restringe sua avaliação apenas ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas ao fato das pessoas conquistarem melhorias nas condições de vida de modo a fortalecer sua liberdade.

Nesta linha argumenta a desvinculação do crescimento das rendas pessoais, da industrialização, do avanço tecnológico ou da modernização social, sobretudo porque defende que para a expansão da liberdade, condição nuclear para o desenvolvimento, deve haver uma melhora nas condições de vida dos indivíduos, fortalecendo as suas liberdades, Amartya Sen (2010).

Não é possível sonegar da análise a respeito do desenvolvimento, a discussão que trata da exclusão da mulher, sobre como ela tem sido elidida de espaços importantes na sociedade ao longo da história. Ao considerar a conquista do empoderamento feminino pela participação no mercado de trabalho e na política, está colocando em pauta a necessidade de condições dignas e justas, para o qual abre-se novas perspectivas para uma sociedade mais inclusiva e sustentável.

É uma linha que Friedman (2006) defende no qual o reequilíbrio de estrutura de poder na sociedade com proteção aos interesses do povo, principalmente das mulheres e gerações futuras garanta um desenvolvimento mais sustentável e justo.

Realizada a primeira abordagem em relação aos principais conceitos e com os principais autores que fazem parte desta discussão, vale a pena destacar que todo esse empreendimento segue sob a luz dos Objetivos do Milênio 3, ou seja, ODM3, importante referencial para espelhar a situação da mulher numa região sob três aspectos: oportunidade e participação econômica, e política.

Nessa perspectiva, a partir deste ponto o debate versa sobre os conceitos e sobre o surgimento do termo empoderamento.

2.1 ELEMENTOS CONCEITUAIS: EMPODERAMENTO FEMININO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Na atualidade empoderar e empoderamento viralizou tornando-se uma palavra de moda. Empoderar jovens, mulheres, velhos e crianças parece algo simples, fácil e que de certo modo deve ser cobrado do poder público, e, portanto, é dado. Aqui neste estudo o conceito de empoderamento está ligado a autonomia, numa perspectiva que o empoderamento da mulher é uma conquista viável, contudo necessita ainda das condições justas de modo alcançar a sua efetividade.

Para compreender a relação do empoderamento da mulher com o desenvolvimento, fez-se necessário buscar o entendimento a partir de diferentes olhares.

Em verdade o empoderamento tem se transformado numa categoria analítica e empírica em diversas áreas de estudos como – administração, economia, sociologia política, entre outras. Seu princípio básico para o estudo tem sido pautado na transformação da vida das pessoas, grupos e comunidades. Neste caminho busca-se processos que promovam desenvolvimento autossustentável.

Fora do Brasil este conceito começou a ser desenvolvido por volta dos anos 1960 quando a sociedade civil dos países centrais se forma como sujeito coletivo e se fortalece. Aqui no Brasil esse processo ocorre por volta de meados da década seguinte.

Citado por Solomon (1976) Perkins (1995) Costa (2000) Cornwall (2000) Antunes (2002) apud Horochovski (2007), o termo empoderamento, “foi ouvido pela primeira vez, aqui no Brasil, no início dos anos 1970, ainda no original inglês *empowerment*, tendo como seus emissores principais movimentos feministas e negros”. O autor alerta que os EUA e outros países de língua inglesa foram os primeiros a utilizarem o termo *empowerment*.

A expressão foi acolhida para o discurso do desenvolvimento alternativo, fortalecido por conta do modelo tradicional de desenvolvimento não ter atingido as promessas, no qual a centralidade estava o crescimento econômico, condição que promoveu a exclusão social pois deixou de observar a liberdade política, o respeito ao meio ambiente, a solidariedade, a paz e a segurança material (FRIEDMANN, 1996; SEN, 2000).

Com o uso recorrente do termo, empoderamento apresenta-se como um conceito “guarda-chuva”, pois fornece vários usos à diferentes perspectivas intelectuais, políticas e de intervenção na realidade. O sentido adotado para o debate nesta dissertação busca colocar uma lente de aumento sobre as questões implicantes para o empoderamento da mulher que aviltam sua condição de ser protagonista da sua própria vida que clamam com um aperfeiçoamento da democracia com garantias reais para a equidade e justiça das diferentes esperas da sociedade para a qual faz parte.

A reflexão posta por Sandenberg (2006), o empoderamento tem em suas bases teóricas conceituais os movimentos radicais vividos por ativistas feministas. Segundo a autora, a partir daí, seguiu dois caminhos: um na perspectiva feminista para o qual se reporta ao “poder”, e o outro nas discussões sobre “desenvolvimento”.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação [Sic]. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta

a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do 'empoderamento' é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre 'nossos corpos, nossas vidas'. (SANDENBERG, 2006, p.2).

O significado de Empoderamento pode ser diferente a depender do contexto, e dessa forma, sempre suscinta em boas discussões. Em termos pessoais, na perspectiva de valores e crenças, está associado à capacitação, a força pessoal, controle, poder pessoal, escolha, vida digna de acordo com os próprios valores da pessoa, a condição e capacidade de luta pelos próprios direitos, a independência, a liberdade para tomar decisões, ter condições de despertar suas capacidades, entre outras condições que pressupõe ao domínio da sua própria vida.

O Empoderamento possui um valor instrumental importante para o crescimento individual e coletivo. Neste aspecto, pode ser econômico, social ou político, expandindo o controle sobre os recursos e decisões que afetam suas vidas, por isso talvez, o termo empoderamento tem conquistado tanto espaço nos debates que permeiam conquistas e igualdade. Para Narayan (2002, p.16) "Empowerment é a expansão dos meios e capacidades das pessoas pobres de participar, negociar, ter influência, e controle, e dispor de instituições responsáveis que influenciam suas vidas."⁵

Nesse sentido da expansão do horizonte de escolhas, mulheres e homens pobres precisam de bens materiais e físicos, bem estar, segurança, educação, trabalho e a autoconfiança para que seja possível negociar com os mais poderosos. Nesta linha, parece-nos digno a importância e força que o conceito de Empoderamento ganhou nas discussões sobre desenvolvimento.

No Brasil ainda há muitas limitações relacionadas aos desdobramentos conceituais sobre Empoderamento, sobretudo pelo limitado número de publicações no âmbito nacional.

A noção de empoderamento começa a ser utilizada na década dos 70, com movimentos sociais e, posteriormente, passa a permear as práticas das ONGs. Nos últimos anos, o conceito e a abordagem foram gradualmente apropriadas pelas agências de cooperação e organizações financeiras multilaterais (como o Banco Mundial). (ROMANO; ANTUNES; 2002, p. 5).

⁵ Tradução do original em Espanhol

Pautado na noção de autonomia, o empoderamento revela a capacidade de pessoas e grupos escolher o caminho e ações sob múltiplas esferas, seja política, econômica, cultural ou outra qualquer. Deste modo, empoderar é um atributo, mas também um processo pelo qual se conquista poder e liberdade.

Empoderar na ótica emancipatória tem total aderência quando trazida para as discussões de gênero pois retrata o processo pelo qual as mulheres conquistam recursos que lhes permite participar ativamente da sociedade com visibilidade e capacidade de decisão. Entretanto tais recursos ainda são limitantes dado que dependem de ações estratégicas, muitas vezes políticas que são necessárias para sua conquista. Nesta lógica a mulher que deseja ser empoderada ainda encontra desvantagens, sejam elas advindas de intervenções internas ou externas.

John Friedmann, autor do estudo: *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, em 1996, foi quem terminou por influenciar novos estudos sobre o empoderamento. Para o autor a pobreza desempodera pois retira dos pobres as condições de utilizar os direitos de cidadania. Em sua súmula o objetivo do processo de empoderamento é

[...] reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, tornando a ação do Estado mais sujeita a prestação de contas, aumentando os poderes da sociedade civil na gestão dos seus próprios assuntos e tornando o negócio empresarial socialmente mais responsável. Um desenvolvimento alternativo consiste na primazia da política para proteger os interesses do povo, especialmente dos setores disempowered (sic), das mulheres e das gerações futuras assentes no espaço da vida da localidade, região e nação. (FRIEDMANN, 1996, p. 32-3).

Não obstante do que foi trazido por outros autores ao refletir sobre o uso do termo *empowerment* ou empoderamento, para Herriger (1997) apud Baquero (2012), a utilização crescente se deu a partir dos movimentos emancipatórios pela cidadania o qual envolviam os negros, as mulheres, os homossexuais e as pessoas deficientes nos Estados Unidos, por volta da metade do século XX, com raízes na Reforma Protestante. Neste sentido, o conceito de Empoderamento como emancipação social, tem a concordância dos autores e estudiosos, e eclodiu com notoriedade, a partir dos

movimentos sociais pela libertação e de contracultura, nos Estados Unidos, na década de 1960.

[...] empoderamento é quase sinônimo de autonomia, na medida em que se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aquire poder e liberdades negativas e positivas. (HOROCHOVSKI, 2006, p.1).

Entretanto, Baquero (2012) destaca e acrescenta que foi o movimento religioso do monge Martinho Lutero que questionava a interpretação das escrituras com críticas a Igreja e a autoridade papal através das suas 95 teses, em que defendia a livre interpretação da Bíblia, o qual possibilitou a diferentes estratos da sociedade alemã o contato do povo simples e do pouco culto com a Bíblia.

Neste sentido a autora associa o processo de Reforma, iniciado por Lutero no século XVI, ao empoderamento das pessoas o qual ela chama de Tradição do *Empowerment* com raízes na Reforma Protestante.

Assim, *empowerment* é um conceito que tem raízes na Reforma Protestante. Contemporaneamente, se expressa nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da "ação social", presentes nas sociedades dos países desenvolvidos, na segunda metade do século XX. Nos anos 70, esse conceito é influenciado pelos movimentos de auto-ajuda, e, nos 80, pela psicologia comunitária. Na década de 1990, recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social, entre as quais a prática médica, a educação em saúde, a política, a justiça, a ação comunitária. (BAQUERO, 2012, p. 175-176).

É, portanto, aceito concordar, que o Empoderamento é um construto aberto e melhor acomodado com definições em contextos particulares. Entretanto, cabe-nos destacar que é cada vez mais aceito o conceito do empoderamento em que se analisa comunidades e indivíduos com o controle das suas vidas em diferentes perspectivas do seu ambiente, sejam elas econômica, política, educacional, entre outras.

Para Gohn (2004) *apud* Baquero (2012), há um duplo significado para o *empowerment* que pode ser utilizado sob duas visões diferentes como verbo transitivo ou intransitivo. Na condição do verbo transitivo, empoderar significa que o sujeito age sobre o objeto.

No intransitivo, envolve a ação do próprio sujeito. Aqui infere-se uma dualidade no que se relaciona ao empoderamento motivo de muitas discussões e debates.

Empoderar no significado transitivo, pressupõe dar poder a outro, limitar os poderes que os outros devem ter e ser agente de empoderamento permanecendo com o papel do controlador inclusive definindo os termos desta interação. A autora alerta para a afirmação "precisamos empoderar este ou aquele grupo" reforça a ação de um indivíduo/grupo sobre outro indivíduo/grupo, considerados incapazes de sua própria ação de poder (BAQUERO, 2012, p. 179) ". Pensar no empoderamento como algo "dado" é limitar a força que possui a conquista do poder e neste sentido contradiz os aspectos fundamentais.

Esta dissertação conforta-se mais à perspectiva do verbo intransitivo, em razão de defender o empoderamento como um processo pelo qual as pessoas conquistam o controle das suas vidas (WALLERSTEIN; BERSTEIN, 1994 apud BAQUERO, 2012).

Nesta linha, a importância no investimento à possibilitar condições que viabilizem a igualdade, sobretudo através da capacitação e do desenvolvimento de habilidades que permitam que as pessoas pelos seus próprios esforços conquistem mais poder são fundamentais para criar o ambiente propício para a conquista do empoderamento. Finalmente a autora certifica-se que Empoderar na concepção de conquista da liberdade configura-se no processo pelo qual os indivíduos, as organizações e a comunidade obtêm condições para ter visibilidade, influência, capacidade de ação e poder de voz. Tais recursos possibilitam o reequilíbrio da estrutura de poder na sociedade.

Conforta saber que é possível mediante ajustes na sociedade encontrar condições que permitam a igualdade entre homens e mulheres. Conquanto aqui defende-se que por meio da inserção no mercado de trabalho, com condições dignas e iguais de salário e reconhecimento para o qual abrem-se as portas para maior participação nas esferas de poder dentro das organizações, e no âmbito político a mulher transita a conquistar com importante força para o seu empoderamento.

Ao atinar que a inserção no mercado de trabalho exerce tamanha força para a conquista de poder das mulheres, cabe-nos investigar os seus reflexos que impactam no seu empoderamento. Daí traz-se para esta discussão o mercado de trabalho, contudo antes

far-se-á uma reflexão sobre os impactos da economia e da política no mercado de trabalho nos primeiros anos do século XXI.

2.1.1 Os reflexos da economia e da política no mercado de trabalho brasileiro nos primeiros anos do novo século XXI

Decerto para qualquer nação uma das grandes incitações são os desafios da economia nos quais devem ser harmonizados o crescimento econômico, a estabilidade e a redução das desigualdades.

Ao longo das duas últimas décadas do século XX, a América Latina em geral e o Brasil, passaram por baixas taxas de crescimento econômico com uma alta crise da dívida externa e um crescimento inflacionário que transfigurou o processo de industrialização para as importações.

Por volta do final dos anos 1999 o governo de Fernando Henrique Cardoso estava com a imagem muito desgastada, com uma baixa popularidade impactada pela desvalorização da moeda, a falta de crença e a forte oposição. Nesta ocasião foi lançado o Plano-Plurianual para 2000 – 2003 que previa o desenvolvimento econômico-social.

Todavia o Brasil entra no século XXI com um subdesenvolvimento caracterizado por uma minoria de cidadãos educados, representando cerca de 30% da população total, contra uma grande maioria deseducada e pobre. Destes, cerca de 14% das famílias encontravam-se em estado de miséria e 31% em estado de pobreza, afirma (JAGUARIBE, 2000).

Importa acentuar que grande parte desta desigualdade se concentrava na região Nordeste e no campo, além dos bolsões das regiões metropolitanas.

É possível mencionar que dois importantes fenômenos internacionais contagiaram a economia mundial com reflexos para mudanças importantes na economia brasileira: a China como potência econômica fornecedora de bens industriais para o mundo e a crise financeira internacional.

O afloramento da China como ‘parque industrial do planeta’ representou um novo dinamismo para países emergentes e desenvolvidos impactando na queda dos preços de produtos manufaturados e manutenção da inflação e juros mais baixos. Com o aumento

da participação da China no mercado mundial o país ganha projeção como parceiro comercial, condição que afetou positivamente o saldo da balança comercial do Brasil nos últimos anos. “As exportações brasileiras saltaram de um patamar de US\$ 55 bilhões em 2000 para US\$ 256 bilhões em 2011, enquanto as importações de US\$ 56 bilhões para US\$ 226 bilhões.” (CRUZ, et al, 2012, p.19).

Ao ingressar no ano 2000, o Brasil apresenta-se razoavelmente recuperado da crise da desvalorização do real de janeiro de 1999 e nos primeiros dez anos século XXI a economia alcançou êxito, resposta de fatores externos, internos, bem como da adoção de políticas públicas neste período que ocasionou num crescimento médio anual perto de 4% a.a. entre 2000 e 2011, e com uma inflação com taxa anual média de 5,4%, (CRUZ, et al, 2012).

Nesse intervalo foi adotada uma política que priorizou a expansão do crédito, a valorização do salário mínimo com aumentos reais de renda entre 2002 e 2011, as políticas públicas de transferência de renda, como exemplo o programa Bolsa Família, a ampliação da rede bancária por meio dos respondentes bancários, a criação da modalidade de crédito consignado que possibilitaram maior capacidade de consumo a indivíduos até então sem acesso completo a bens essenciais, e o estímulo ao microcrédito, não apenas produtivo, mas também para consumo. Tais decisões refletiram na melhoria na qualidade de vida das famílias mais pobres e no fortalecimento do mercado doméstico.

Segundo Borça Jr. (2015), o principal vetor de crescimento da economia brasileira entre 2004 e 2013 deve-se a absorção doméstica. Assim sendo o consumo das famílias empresta a maior contribuição à expansão, aliada as transformações macroeconômicas que conceberam efeitos impulsores que refletiram na ativação do consumo das famílias.

Entre essas mudanças, uma das mais relevantes certamente foi o comportamento do crédito bancário. Enquanto, em 2004, a relação crédito-PIB situava-se pouco acima de 25%, ao fim de 2013 seu patamar era de 56%, a despeito da crise financeira internacional de 2008-2009 e seus desdobramentos. Esse processo foi liderado, em grande parte, pela expansão das operações de financiamento às famílias, sobretudo aquelas destinadas às pessoas físicas e ligadas ao consumo (isto é, excluindo financiamentos habitacionais e ao setor rural). (BORÇA, JR.; GUIMARÃES, 2015, p.122).

Contudo com o aumento das operações de crédito, as famílias passaram a ficar mais endividadas, e em 2011 chegaram ao padrão de endividamento similar aos padrões internacionais.

Nesse sentido o governo brasileiro assume então o compromisso em manter as condições de estabilidade interna e externa da economia com acúmulo de reservas internacionais entre 2000 e 2010 para o qual percebeu-se significativa redução de vulnerabilidade, principalmente a partir do pagamento da dívida externa em 2006.

Outro fato importante destacável no terreno econômico foi o crescimento do PIB, notadamente entre 2004 e 2008, seguido pela queda da dívida pública e uma inflação baixa, condições que influenciaram um novo cenário no mercado de trabalho.

No que concerne o mercado de trabalho ocorreu uma mudança estrutural, porquanto o Brasil inicia a década com uma taxa de desocupação próxima a 12% em 2002, e chega no fim de 2010 com 6%. As transformações ocorridas ao longo dos anos na primeira década do século XXI permitiram a criação de uma nova conjuntura oportuna ao aumento da renda da população, contudo pelo excedente estrutural de mão de obra ainda persistem situações de subemprego não superadas.

Se somado a esse contingente a parcela da população que se encontra em formas disfarçadas de desemprego, como o exercício do trabalho precário ou em situação de desalento, a dimensão do problema adquire contornos ainda maiores. É importante atentar para o fato de que o desemprego atinge de forma diferenciada os distintos estratos da força de trabalho, assim como as regiões geográficas do país. Nesses termos, o desemprego é mais recorrente entre a população jovem, as mulheres, os negros e os trabalhadores com menor nível de instrução (OLIVEIRA, 2013, p.242).

Dessa maneira, os primeiros dez anos deste século vivenciou um novo comportamento no mercado de trabalho com o patamar de empregos formais atingindo números inéditos o qual demandou a significativa redução da informalidade e crescimento do rendimento médio real do trabalho especialmente a partir de 2004.

Contudo problemas estruturais característicos do mercado de trabalho brasileiro ainda persistiram, a exemplo das relações informais de trabalho, das ocupações mal remuneradas e das elevadas taxas de rotatividade, condições que favorecem concentração de renda, características que causam implicações negativas na qualidade

do mercado de trabalho de modo geral e mais significativamente sobre aquelas classes mais desfavorecidas na sociedade como exemplo as mulheres e os negros.

Tais ligações próprias ao mercado de trabalho merecem estudos especializados, entretanto nesta dissertação, a seguir faz-se considerações importantes para o entendimento exigido a esta pesquisa.

2.1.2 Ponderações sobre o mercado de trabalho

Como foi possível averiguar, o mercado de trabalho no primeiro decênio do século XXI evidenciou um comportamento associado a dinâmica econômica do país, e após alcançar a mais alta taxa de desemprego do período em 2003 iniciou uma fase de melhora significativa. Segundo aqui exposto, com o enfraquecimento gradual do neoliberalismo, o dinamismo do mercado doméstico exerceu importância para o crescimento do emprego ao longo do período dos anos 2000, particularmente após 2004.

O mercado de trabalho evoluiu com queda de taxa de desemprego, aumento do grau de formalização da força de trabalho, sobretudo pelo aumento das contratações com carteira assinada e a expansão dos rendimentos médios da população ocupada.

É válido dizer que até o final do ano 2008 o quadro econômico e político externamente estava mais favorável, condição que contribuiu no restabelecimento do cenário econômico e do mercado de trabalho no Brasil, aliado a promoção de políticas de estímulos à demanda e de impulso aos investimentos.

Embora o mercado de trabalho brasileiro tenha seguido uma nova trajetória a partir dos anos 2000, não houve indicações que tenha adquirido características aferidas em países de capitalismo avançado visto que traços estruturais próprios de mercados de trabalhos subdesenvolvidos ainda estão presentes como: heterogeneidade produtiva (grandes empresas e menor porte), heterogeneidade entre setores e empresas, concentração de ocupações com baixa qualificação e baixa remuneração.

É prudente refletir que tais transformações não foram suficientes para proscreever a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, evidenciado ainda por altas taxas de

desemprego e alto grau de informalidade nas relações de trabalho, além das desigualdades nas condições de inserções regionais.

Assim, antes de entrar sobre aspectos relacionados ao mercado de trabalho como um dos principais propulsores para o empoderamento, fez-se necessário tratar do termo ‘trabalho’, e, para tanto, foi imprescindível assentar-se sobre a procedência da palavra que carrega em sua cepa a simbologia da tortura da qual deriva do latim *tripalium* ou *tripalus* uma antiga ferramenta que imobilizava cavalos e bois para serem ferrados.

Numa visão mais moderna o trabalho é um processo que tem por objetivo o lucro que é produzido de algo que é vendido, neste caso, a força de trabalho.

O trabalho está no centro da teoria marxista para o qual sugere que através do trabalho o homem transforma a si mesmo. O trabalho transformador para o qual se defende como algo que se conquista. É o poder pelo trabalho ou através dele. Aqui não se discute a luta de classes, mas o que o trabalho representa enquanto possibilidade de libertação, ou de conquista para novas condições de vida.

Nesta lógica o trabalho é um produto para o qual os trabalhadores são vendedores que recebem salários como remuneração paga pelos empregadores que atuam como compradores. Essas transações ocorrem num espaço que é o mercado de trabalho. Num sentido mais amplo, a produção capitalista deve alocar os trabalhadores de uma sociedade em diferentes espaços produtivos assegurando renda para aqueles que dali participam.

Na vertente marxista, o tratamento da força de trabalho como mercadoria, como é apresentado na teoria clássica, engendra a exploração dos trabalhadores. A propriedade dos meios de produção e do desenvolvimento tecnológico permite ao capitalista manter uma parcela dos trabalhadores desempregados. A existência deste exército de reserva de trabalhadores possibilitaria a manutenção de salários a níveis tão próximos quanto possíveis do nível de subsistência. Mesmo que em algum momento se alcance o pleno emprego, este não será duradouro, visto que o capitalismo é caracterizado por uma instabilidade dinâmica que se traduz por crises econômicas. (OLIVEIRA;PICININI, 2011, p. 1521).

Marx defende a existência do antagonismo fundamental entre os interesses do capital e os do trabalho que são insuperáveis. Para ele esta contradição entre o trabalho produtivo

e não produtivo é insuperável porque surge em primeira estância do caráter explorador do processo de trabalho capitalista e pela busca de encontrar uma forma de controle à sua perpetuação, conclui Mészáros (2002), em sua obra “Para Além do Capital”.

A complexidade sobre as relações de troca traz o trabalho como uma das centralidades do capitalismo. Nesta discussão, foi necessário trazer o entendimento sobre o Mercado de Trabalho pois o tema requer a compreensão sobre as relações entre aqueles que ofertam a força de trabalho com aqueles que a procuram, sobretudo naquilo que o trabalho representa como alternativa para a conquista do poder.

Coerente com esse pensamento importa saber que no mercado de trabalho se negociam preços, quantidades, requisitos, entre outros atributos que dependerão da situação econômica e social do país, da região ou da cidade.

[...] o mercado de trabalho organiza a produção e a distribuição como uma relação de troca entre salários e inputs de trabalho e que, neste caso, como em todos os outros mercados, vendedores e compradores de ‘trabalho’ encontram-se em oposição. (OFFE, 1989, p.19).

Autores como Oliveira e Piccinini (2011) fazem referência a Adam Smith que no final do século XVIII entendia o funcionamento do mercado de trabalho idêntico aos demais mercados, com firmas e indivíduos na busca de maximizar o seu bem-estar, e em que a oferta e demanda de emprego dependem do nível de salário.

No final do século XIX surge a perspectiva neoclássica que defende o nível de emprego como resultado da confrontação entre oferta e demanda. Para este cenário a estratégia é utilizar o preço do trabalho como variável para o equilíbrio, e neste caso o preço do trabalho sofre variações em detrimento da formação que tem implicações sob o aspecto de diferenças nos níveis de qualificação pois esta influenciará a rentabilidade em função dos investimentos nos estudos.

Singer (1979) apud Oliveira e Piccinini (2011) diz que as quantidades de mão de obra são em função do volume de produção e, portanto, são definidas fora do equilíbrio do modelo de mercado de trabalho como defendem os neoclássicos. Em verdade, nesta perspectiva o nível de oferta de emprego pode ser inferior a disponibilidade de mão de obra, o que vem a configurar a situação de desemprego.

Por este ângulo o mercado de trabalho não é um espaço homogêneo com postos de trabalho disponíveis em iguais condições para todos os trabalhadores, pelo contrário, há um conjunto de segmentos que concorrem entre si, com diferentes barreiras que impedem que os indivíduos possuam condições de igualdade.

Assim sendo, as empresas vivem em um ambiente de mudanças constantes e, portanto, precisam adaptar-se as incertezas e as instabilidades. Esse cenário imputa a necessidade em apropriar-se do trabalho ao menor custo possível com vistas a aumentar a eficácia do trabalho para o ganho maior de produtividade, e nesta lógica a localização geográfica dos empregos e da mão de obra, a qualificação, a profissão e a idade são condições que implicam no retrato do emprego e desemprego de uma determinada região.

Neste seguimento é compreensível concluir que “o nível de equilíbrio do emprego nem sempre é o pleno emprego, uma vez que a oferta de força de trabalho é determinada pelo interesse no salário baseado em seu poder de compra de mercadorias de consumo” (SINGER, 1979 apud OLIVEIRA; PICCININI, 2011, p. 1522). Tal situação ocasiona uma situação de desigualdade que se desdobram em disparidades muitas vezes incontroláveis e que afetam a sociedade de diferentes formas.

De modo genérico, no Brasil, a desigualdade de renda é compreendida pela ideia de segmentação do mercado de trabalho. Trabalhadores com capacidades produtivas semelhantes, mas com situação de emprego diferentes (formal e informal) sofrem de disparidades de renda. Aqueles reconhecidos como protegidos, os trabalhadores com carteira assinada estão resguardados pela legislação trabalhista, e os informais estão aqueles que não gozam dos benefícios legais ou desprotegidos pela legislação.

No que corresponde as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no dia a dia, além das barreiras comuns também ocupam os maiores níveis de emprego informal, caracterizando um contingente de trabalhadoras “desprotegidas”.

Muitas são as razões para as dificuldades crescentes no mundo do trabalho, contudo a inserção de novas tecnologias a partir dos anos 1970 trouxe como efeito a redução de mão de obra uma condição que possibilitou ao mercado de trabalho a assumir um novo modelo mais flexível, conjuntura que ampliou o número de trabalhadores fora do grupo dos “protegidos” pela legislação trabalhista. Entretanto, foi a partir deste período com a

expansão econômica e a urbanização que as mulheres passaram inserir-se com maior intensidade em atividades econômicas.

Além das novas tecnologias, a pressão demográfica acarretou mudanças no perfil das mulheres ativas no mercado de trabalho que nos anos setenta, eram em sua maioria jovens, solteiras e pouco escolarizadas. A mulher responsável pela educação dos filhos e a mulher ocupada no mercado de trabalho ainda era muito evidenciada nesta ocasião. Segundo Leone (2000), as mulheres que participam da força de trabalho têm faixa etária mais elevada, possuem níveis mais elevados de instrução, são chefes-de-domicílio ou cônjuges e exercem a dupla jornada de trabalho.

Complementando esta discussão, a maioria dos autores defende que a taxa de fecundidade e a melhoria nas condições de vida foram essenciais para a nova composição da força de trabalho para o qual destaca-se a participação feminina.

É um sentido óbvio que as condições mais favoráveis no âmbito doméstico facilitaram a inserção feminina e até o crescimento de muitas mulheres no mercado de trabalho. Mas ao que parece a taxa de fecundidade está muito mais atrelada a sobrecarga que a mulher suporta, e que de certo modo é uma condição imposta para que se insira e mantenha-se no mercado de trabalho, sobretudo porque neste campo há ausência de políticas públicas fundamentais para garantir a equidade entre homens e mulheres quando o assunto são os cuidados com os filhos e o mercado de trabalho.

É um entendimento comum de muitos autores que a maior participação da mulher no mercado de trabalho está diretamente ligada a relação entre filhos e engajamento. Quanto menor o número de filhos maior inserção no mercado. Neste aspecto concorda-se que a maternidade ainda gera grande impacto na conquista do empoderamento pelo trabalho, sobretudo porque a família, como unidade de trabalho, requer decisão familiar sobre quem vai trabalhar, ou seja, o homem ou a mulher. Nesta decisão pesa aquele que é mais produtivo e que ganhe a maior remuneração.

Entretanto além dos fatores que analisam a maximização da produtividade, a presença de filhos pequenos limita muito as mulheres em relação aos homens. Aliados estão a idade e a escolaridade e a relação conjugal que determinam se as mulheres ingressarão ou permanecerão no mercado de trabalho.

De certo a maternidade tem impacto direto na absorção do trabalho por parte da mulher, porquanto ela provavelmente fará a análise a partir de dois parâmetros: o efeito sobre a renda e o efeito da substituição que representa o custo de oportunidade da mulher associado ao salário recebido no mercado, e em contrapartida aos custos que estão envolvidos os cuidados dos filhos. A renda não varia, mas as atividades em tempo e horas aumentam.

Compreende-se, portanto que o número de filhos afeta negativamente a participação da mulher no mercado de trabalho, e tal condição repercute em maiores jornadas de trabalho que não são em sua plenitude remuneradas, em razão de que a maior jornada está fora do âmbito do trabalho formal já que acumula as funções da maternidade e do profissional.

Diferentemente das mulheres sem filhos que podem dedicar maior número de horas de atividades ao trabalho as mulheres com filhos necessitam de apoio no âmbito doméstico para que possam dedicar-se de maneira igual as atividades laborais externas.

É neste caminho que a inserção da mulher no mercado de trabalho encontra barreiras que impactam na conquista e manutenção do empoderamento feminino, sobretudo porque demanda de condições iguais para concorrer aos postos de trabalho ocupados em sua maioria por homens.

Neste caso a família tem papel importante e fundamental nas decisões que impactam na condição da mulher no mercado de trabalho, e em consequência no seu nível de empoderamento. Assim no ponto, 2.2, após finalizar as considerações a respeito do mercado de trabalho argumenta-se sobre gênero e a respeito da evolução da estrutura familiar.

2.2 AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA FAMILIAR E AS IMPLICAÇÕES NO PAPEL DA MULHER

As relações de gênero margeiam os debates sobre empoderamento e desenvolvimento dado que são assuntos do cotidiano das relações de trabalho, da família e da própria comunidade. Deste modo, antes de iniciar a discussão sobre gênero foi necessário ponderar acerca das transformações na estrutura da família e as implicações no papel da mulher.

A configuração de uma sociedade é dada por suas instituições, e as famílias assumem papel de grande importância, ainda que seja a menor entre as instituições que compõem a sociedade não é menos importante no seu contexto. O entendimento sobre família varia de acordo com a abordagem que propicia e fundamenta a reflexão sobre o que ela é, sobre a sua importância, e sobre qual o seu papel na sociedade.

É correto afirmar que nenhuma instituição se modificou tanto nos últimos tempos quanto a família que inicialmente era tida como uma unidade econômica, religiosa e política, e para o qual trazia como propósito apenas assegurar a vida, a transmissão de bens e do nome.

É na família que os filhos e os demais membros encontram o espaço para a sobrevivência, o bem-estar e o desenvolvimento através da afetividade e, sobretudo, do aporte material na busca da proteção integral. Neste sentido o uso da família como unidade de análise está associado à perspectiva de reprodução da população com enfoque que aborda as relações familiares com as matérias do trabalho.

Já a perspectiva da construção dos valores familiares e a identidade social são reconstruídas a partir do relacionamento entre homens e mulheres, segundo Nascimento (2006). É na família que nascem as principais referências que irão determinar as relações sociais dos seus participantes, e é nesse espaço que homens, mulheres e crianças se organizam em prol de projetos em comum.

Para Engels (1984) “As designações “pai”, “filho”, “irmão”, “irmã”, não são simples títulos honoríficos, mas ao contrário, implicam em sérios deveres recíprocos, perfeitamente definidos, e cujo conjunto forma uma parte essencial do regime social desses povos”.

Na antiguidade, as formas de família eram muito diferentes dos dias de hoje. Cada filho poderia ter vários pais e várias mães. Esta é uma situação totalmente contrária a concepção tradicional que traz a monogamia ao lado da poligamia. A prática da poligamia dos homens e a poliandria das mulheres tendo em comuns os filhos de ambos era muito comum nos tempos primitivos. Foram as mudanças ao longo dos tempos que derivou uma família monogâmica com a união conjugal comum que predomina hoje. Para Durkeim (2010, p.24) “[...] houve uma época na história da família em que não

havia casamento; as relações sexuais se faziam e se desfaziam à vontade, sem que nenhuma obrigação jurídica ligasse os cônjuges”.

Só a partir de 1861 que os estudos da história da família começam verdadeiramente com o Direito Materno de Bachofen (ENGELS, 1984). É nessa perspectiva trazida por este autor que neste estudo é reportado inicialmente a história mais antiga da família primando, no entanto pelo distanciamento místico peculiar desta interpretação. Bachofen levanta quatro teses que segundo ele cercam o que se conhecia como “família”. A primeira que os seres humanos viviam em promiscuidade sexual. Essa condição inviabilizava a certeza da paternidade, e neste caso computava a filiação para a linha materna consolidando-se em sua segunda tese. A terceira tese recai sobre os resultados desses comportamentos, atribuindo à mãe, única progenitora conhecida, grande respeito e apreço, estabelecendo domínio absoluto feminino (ginecocracia). Curiosamente, nessa época a passagem para a monogamia correspondia numa transgressão grave do ponto de vista religioso, e a penalidade era compensada pela posse da mulher por outros homens durante determinado período.

Finalmente a mudança do direito materno para o direito paterno aconteceu inicialmente entre os gregos como resultado de novas concepções religiosas e a introdução de novas divindades no grupo dos deuses tradicionais. Vale dizer que Bachofen pautou suas teses em achados da literatura clássica antiga. Para ele, segundo exposto por Engels (1984) em sua obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, o reflexo religioso foi o determinante para as transformações históricas na situação social recíproca do homem e da mulher. No entanto, este autor faz questão de destacar a sua discordância da visão mística de Bachofen sobre a condução da religião como “alavanca decisiva na história do mundo”, mas não desfaz o seu mérito enquanto pioneiro nos estudos sobre a história da família.

Numa visão mais fria, em 1865 Mac Lennan segue com os estudos acerca da pré-história da família contemporânea, sem nunca ter conhecido a obra de Bachofen. Para Engels, há muitos equívocos no trabalho de Lennan, no entanto, reporta importância na sua indicação sobre a difusão geral e ao que ele chama de exogamia. Ele também reconhece como primária a ordem de descendência baseada no direito materno. É a

teoria de Mac Lennan que é plenamente acolhida na Inglaterra e o autor é reconhecido como fundador da história da família e autoridade no assunto com sua antítese das “tribos” exógamas e endógamas.

Em sua observação, Mac Lennan identifica em povos selvagens e até civilizados, uma forma de matrimônio do qual o noivo deve tomar da casa dos pais a sua futura esposa simulando um rapto com violência. Ele analisa que esse comportamento pode ter tido sua origem em costumes anteriores, até porque identifica que em 1865 em povos não civilizados, o matrimônio era proibido no seio do grupo obrigando os homens e as mulheres a buscar seus parceiros fora do grupo. Ainda em sua análise, Mac Lennan identificou outras tribos com costumes opostos, e neste caso, os homens eram coagidos a procurar as esposas no seu próprio grupo, o que ele chama de tribos endógamas e as primeiras de tribos exógamas.

Percebe-se até aqui que a mulher sempre esteve colocada no lugar de quem é tomada e submetida. Ela não é o indivíduo que escolhe ou seleciona. É sempre a escolhida e a selecionada. A mulher neste contexto está sempre a espera de alguém que a leve ou a tome. Não há nenhum tipo de poder atribuído e nem tão pouco conquistado. Essa condição reflete nos dias de hoje, embora tenha ocorrido muitos avanços ainda se discute a submissão feminina nas esferas da família, e em muitos casos no mercado de trabalho para o qual tem sido submetida a trabalhos de menor valor econômico e social.

Morgan surge em 1871 com documentos novos abrindo outros caminhos para estudos de sistemas de parentescos e formas de famílias a eles correspondentes, e as conclusões derivaram em seu Sistema de Consanguinidade e Afinidade da Família Humana, Engels (1984). Mas é com “A Sociedade Antiga”, em 1877, que estremece a teoria de Mac Lennan, pois ele afirma que “endogamia e exogamia não forma antítese alguma”. Sobre a sua refutação, Morgan constata:

[...] a existência de “tribos” exógamas não está provada, até hoje, em nenhuma parte. Na época, todavia, em que ainda dominava o matrimônio por grupos – provavelmente existiu em toda parte, num dado tempo – a tribo dividiu-se num certo número de grupos, de gens consanguíneas por linha materna, dentro das quais estava

rigorosamente proibido o matrimônio, de sorte que embora os homens de uma mesma gens pudessem, e realmente o faziam, conseguir suas mulheres dentro da própria tribo, eles, entretanto, tinham que conseguí-las fora da gens. (ENGELS, 1984, p. 16).

Conclui-se então se as gens eram exógamas, a tribo que compreendia a totalidade das gens era endógama. Tal constatação fez cair de vez a teoria de Mac Lennan. De fato, a partir da teoria da “gens de direito materno” de Morgan os progressos para o estudo sobre a origem da família ganharam outra dimensão, visto que foi o primeiro com conhecimento de causa a colocar ordem precisa na pré-história da humanidade. Na interpretação de Morgan a medida que a sociedade evolui, a família passa de uma forma inferior para uma forma superior, pois é um elemento ativo e que nunca é estacionária.

A reflexão, ainda que breve, sobre a história primitiva da família é importante para compreender algumas conexões da mulher diante a constituição familiar nos dias de hoje.

Houve um tempo que a filiação só poderia ser afirmada a partir da linha materna, colocando a mulher num patamar de importância sobre a sucessão parental. Nessa época em que a escravidão era real, a força de trabalho do homem ainda não produzia excedente sobre a sua manutenção. Nesta fase, foram introduzidas a criação do gado, a elaboração dos metais, a arte em tecido e por fim a agricultura, permitindo uma outra fisionomia nas relações “familiares”, ao introduzir os rebanhos como propriedade da família.

Esse foi um duro golpe da sociedade baseada no matriarcado, visto que coloca o homem, “o pai” no mesmo patamar que “a mãe”, conferindo-lhe total autenticidade. Cabia ao homem procurar a alimentação e viabilizar os instrumentos necessários para isso. Assim, assumia o direito de suas conquistas, e no caso de uma separação levava consigo, tudo que foi conquistado, aumentando o grau de importância do homem em relação a mulher, e assim se foi o direito materno com o homem conquistando uma posição mais importante do que a da mulher, conquanto suas atividades transcendiam o ambiente doméstico ao permitir a conquista de espaços no âmbito social.

Com a queda do direito materno, o homem apoderou-se da direção da casa e deixou a mulher apenas como servidora, uma escrava de luxúria masculina ou um simples instrumento de reprodução. A supremacia feminina, em certa medida, é destituída pelo poder econômico ao passo que o homem inicia a agregação de bens e valores, tornando-o superior ao papel da mulher no âmbito familiar.

São nestes termos que surge o primeiro esforço sobre o entendimento que o impacto econômico interfere na conjuntura familiar, sobretudo no papel da mulher e do homem no âmbito doméstico, e mais recentemente na inserção no mercado de trabalho. Assim, fica claro que na análise evolucionista, a organização familiar está ligada aos processos econômicos e/ou culturais de cada época e de cada grupo humano.

É um campo que suscita muitas contradições, e na visão de Araújo (2003, p. 21) “A monogamia, portanto, não entrou como uma forma mais elevada de matrimônio, mas como a escravização de um sexo pelo outro, a escravização do sexo feminino pelo masculino”. A família monogâmica tinha como finalidade principal a procriação dos filhos, de modo que estes tornassem herdeiros das riquezas do pai. Nesse modelo, a mulher era exigida quanto a fidelidade conjugal, ao contrário do homem que não era obrigado a seguir os preceitos da monogamia. Esta foi a primeira forma de família que não estava baseada nas condições naturais, mas sim econômicas.

O modelo apresentado por Araújo (2003) tem reflexos na atualidade. A mulher ainda é a única, ou a maior responsável pela criação dos filhos. A ela ainda é reservado o espaço doméstico como sendo da sua responsabilidade quase que exclusiva. O homem “provedor” e a mulher “cuidadora”. Para a mulher as atividades domésticas, sem remuneração e, portanto, sem valor econômico, implicam nas conquistas que interferem no empoderamento, pois o seu tempo fica ocupado pelos afazeres de cuidados com os filhos e a casa.

Neste contexto, o papel dado na família é apenas o espaço de reprodução biológica e do estabelecimento de vínculos afetivos, visto que a reprodução social se constrói fora do âmbito familiar, limitando a sua participação, e possibilitando aos seus membros a garantia de disposição para a ação da esfera da produção. “A família de hoje não lhe

parece nem mais nem menos perfeita do que a de outrora, apenas diferente porque as circunstâncias são diferentes.” (SEGALEN, 1999, p.22 apud ARAUJO, 2003, p.22).

2.2.1 Alterações no âmbito da família e as implicações para o papel da mulher

O conjunto que representa a estrutura social de produção formada por indústrias, empresas e empregos dos trabalhadores constitui em um dos aspectos da divisão do trabalho para o qual remete a especialização de tarefas. Contrário a uma época em que os indivíduos especializados na produção de um produto comercializavam entre seus pares o seu produto final e vice-versa dentro de uma comunidade, a divisão social do trabalho alicerça o aumento da produtividade baseado na especialização e na comercialização entre quem pode e sabe produzir com quem necessita do produto. Assim sendo a divisão social do trabalho permitiu a criação do mercado de troca e preços relacionando o custo com o tempo de produção de cada produto.

Num movimento em que a família não está inserida na dinâmica produtiva da sociedade e aí se constitui um campo que é dependente juridicamente dos títulos e transmissão dos patrimônios individuais. Entretanto com a evolução do processo de urbanização e a aceleração dos movimentos migratórios do campo para as cidades as formas tradicionais de família foram sendo desgastadas ao longo do período. Surge então uma nova forma de família, a qual cada membro foca em seus próprios interesses.

Esta nova forma de família em que há uma transição do foco afetivo para o econômico está alicerçado na análise da Escola de Chicago em que a prioridade era a função “afetiva”, Araújo (2003, p.23) defende que “a família transfere a função educadora e econômica para o Estado, simplificando esse espaço para a realização do ‘amor romântico’ ”. Aqui está uma das explicações sobre a família moderna no contexto da divisão social do trabalho.

Neste âmbito, a associação da industrialização com o movimento da urbanização em que a mulher e os menores ingressam no ciclo de produção consolida-se na condição para o qual provoca uma grande modificação na estrutura familiar, porquanto resulta na redução das funções de produção econômica no círculo da família.

É uma perspectiva válida concluir que um dos efeitos do capitalismo sobre a família é a redução da autoridade familiar com maior “paridade” entre os cônjuges. “O Estado

capitalista retira da família as funções de assistência, providência, educação, proteção aos menores e incapazes, estimulando a concepção individualista de sociedade e a socialização daquelas funções.” (ARAÚJO, 2003, p.23).

Essa é uma transformação que compatibiliza com a dinâmica da divisão social do trabalho, sobretudo quando se avalia que no mercado as exigências passam a ser da especialização o que remete a individualização da produção em atenção às empresas que conduzem seu proletariado à medida que o resultado deve ser atingido individualmente.

A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho, fracionamento dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias independentes entre si. Enquanto na manufatura a lei de bronze da proporcionalidade submete determinadas quantidades de trabalhadores a determinadas funções, na sociedade, o variado jogo do acaso e do arbítrio determina a distribuição dos produtores de mercadorias e de seus meios de produção entre os diferentes ramos sociais de trabalho. (MARX, 1996, p.470).

É comum a compreensão que muitos autores possuem sobre a existência da divisão do trabalho que inicialmente era dada pela divisão sexual pelo vigor corporal e de acordo com a idade. Com a intensificação das migrações do campo para as cidades a vida em sociedade foi tornando-se cada vez mais complexa pautada por um sistema de trocas mais robusto e para o qual foi exigido, de certo modo, a divisão social do trabalho.

Tais transformações tem reflexos diretos na constituição estrutural da família. As rendas familiares necessitam da participação da mulher, posto que a sociedade moderna por sua maior complexidade requer novas formas de captação de rendimentos. A mulher passa ocupar um espaço além do doméstico, entretanto o seu tempo de dedicação ao trabalho fora de casa é limitado pelos afazeres da casa que continua acumulando. Essa condição limita as mulheres de dedicar-se plenamente as atividades externas, a novos aprendizados, treinamentos e qualificações, situação que impacta diretamente nas condições de empoderamento pelo trabalho.

Assim como ocorreu na Europa, até o estágio atual a estrutura da família brasileira da mesma forma passou pela família patriarcal e pela família moderna como já citado anteriormente. Os estudos iniciais sobre família no Brasil vieram por Gilberto Freire

(1977) apud Araújo (2003), o qual se baseou no modelo patriarcal para sua compreensão.

Esse modelo sofreu adaptações aqui no Brasil em decorrência de fortes características do patriarcalismo e do conservadorismo. Outro aspecto importante foi que esses traços eram mais percebidos na região canavieira do nordeste do Brasil-Colônia.

As relações entre desiguais (homem e mulher, branco e negro, senhor e escravo, senhor e agregado) delimitam este modelo, integradas hierarquicamente, produzindo um quadro de brandura e acomodação. As características objetivas da família extensa passaram a ser subsumidas por este modelo possibilitando a vivência de relações familiares que vão além dos laços de consanguinidade e parentesco. (ARAÚJO, 2003, p.24).

O modelo de família tradicional, e o nuclear tem origem no tradicionalismo positivista e na atuação da igreja do Brasil. Para Samara (1989) a família foi incorporada a historiografia brasileira a partir da década de 1980, antes disso, a autora defende que a família era estudada por antropólogos e sociólogos com pouca contribuição de historiadores.

Para Nascimento (2006), o conceito de família na literatura brasileira, tem sido estudado sob óticas distintas, que variam segundo disciplinas e abordagens teóricas diferentes. Ele faz uma reflexão sobre as abordagens de alguns autores no qual resume em: Fukui (1998) que traz as condições de vida, instituição e valor, além da composição e do ciclo familiar. Medeiros, Osório e Varella (2002) que têm a demografia e a sociologia como disciplinas destacadas para os estudos que abordam a unidade doméstica (arranjo domiciliar).

Para Bruschini (1989) a família constitui-se num grupo de indivíduos ligados por elos de sangue, de adoção ou qualquer tipo de aliança que seja socialmente reconhecido e organizado em núcleos de reprodução social. Por fim, Goldani (1984) que acredita no surgimento de diversas classificações, como família clássica, nuclear até as com novos padrões de convivência.

[...] enfocar a sequência de mudanças históricas associadas à troca, ao controle e à significação atribuída às mulheres, no contexto das estruturas de poder internacionais, pode ajudar a entender não somente como se constituem as estruturas de poder nacionais, mas também como o estabelecimento de formas de abordar a família fomenta a

compreensão de transformações na identidade nacional, bem como as mudanças nas relações de gênero. (SCOTT, 2011, p.19).

O papel do indivíduo na família influencia o seu papel na sociedade como um todo, e é essa sociedade que está formada por identidades baseadas em crenças e imagens. No Brasil colonial até o império do século XIX, a troca ocorria entre a sociedade indígena e os colonizadores portugueses que tomavam as mulheres indígenas como concubinas e esposas, e na maioria das vezes não lhes davam nada em contrapartida. Com as mulheres negras não foi diferente a exploração sexual e laboral. Inicialmente eram trazidas para servir nas áreas de plantio e em sequência para o uso da força de trabalho na mineração de ouro.

Foi esse papel assumido involuntariamente pela mulher indígena e pelas negras que introduziu a mulher na vida doméstica lhe pautando grande influência nessa área. Surge aí o povo misturado racialmente, movimento relacionado à exogamia que difere dos padrões europeus, pautado no valor do “paterno” assumindo a condição formal na família. Neste aspecto, a família brasileira formou-se por padrões culturais de populações não-europeias.

Diferentemente dos impérios europeus, o império brasileiro foi baseado em sua própria população, e não sobre populações estrangeiras. Entretanto, os resultados da mistura entre portugueses, indígenas e negros para a formação familiar brasileira, necessitava ser enquadrado para que os brasileiros fossem tidos como “nação” como república independente. É nesse contexto que se constrói a família brasileira, entre a necessidade de ser reconhecida como “nação” e a condição imposta pelos europeus de povo “misturado”, implicando aí a ideia de “menor valor” e, portanto, furtada da sua identidade o reconhecimento enquanto “povo”.

Para Freyre (2003) o europeu serviu-se do homem para as questões de trabalho, de guerra e para o desbravamento de terras ainda não habitadas; e da mulher para a geração e formação de família.

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto as relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura com a mulher

indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas tradições, experiências e utensílios da gente autóctone. (FREYRE, 2003, p.80).

Mas um aspecto foi comum aos dois povos, assim como ocorreu na Europa, os elementos poligâmicos estavam presentes no berço da família. Ao homem branco eram permitidas todas as relações sexuais ativas, enquanto que as mulheres brancas a castidade e fidelidade eram exigidas. As famílias nessas condições viviam sob uma aparente “cordialidade”.

Já no sul do Brasil as famílias mais abastadas apresentavam outro padrão. Nas famílias paulistas as mulheres tinham participação ativa na família e no gerenciamento das propriedades causando insatisfação e tensões na relação conjugal. As diferenças entre o nordeste e o sul do país, também se concretizam na ausência de um padrão da família brasileira entre essas regiões. A mulher sulista, embora submissa, era ativa e não passiva. A família negra (escrava) não era reconhecida na sua condição humana, sendo tratada como “coisa” possuída de “humanidade”.

Tal como ocorreu na industrialização da Europa, no Brasil não foi diferente. O fenômeno proporcionou os efeitos similares. Ainda no século XIX, o modelo de família nuclear, apoiada no modelo patriarcal, caracterizava-se por uma família que circulava no espaço do privado se opondo ao espaço do público, não participava da produção e era apenas uma unidade de consumo que se adaptava às novas demandas da urbanização e da industrialização.

Esse é um período que coincide com a implantação da república, e nesse contexto a mulher é educada para exercer seu papel de mãe e de suporte ao homem que está envolvido diretamente com a produção. É a mulher prendada que sabia bordar, ler e escrever. Essa nova forma de mulher implica que o homem assuma o “machismo” nas suas relações com aquela que cuida do lar. É uma época que aparece claramente, a agressividade, o narcisismo e a sexualidade incontrolada. Sobretudo, no que se refere as famílias negras que são excluídas da sociedade, visto que as oligarquias que assumiram o estado não desenvolveram políticas públicas para as mesmas pois lhes atribuíam incapacidade biológica e ausência de educação. A Igreja Católica passa então a assumir o papel de apoio a essas famílias pobres que de fato constituem a organização familiar brasileira.

Com o acirramento da industrialização e a expansão da globalização a família perde algumas funções para o Estado pois a família conjugal mudou de posição na sociedade e de estrutura interna. A função de proteção material sofre em termos de importância, dado que esse espaço é cada vez mais ocupado pelas instituições sanitárias, educativas, jurídicas e de segurança social. É neste campo que a bandeira do movimento feminista contra a domesticidade, estimula alguns questionamentos sobre o novo modelo.

Segundo Araújo (2003, p.29):

A urbanização acelerada, a dinâmica das relações de produção, a modernização das formas de reprodução da vida coletiva e a globalização da economia capitalista tem impactado o modelo familiar, delimitando novos arranjos e alterações de funções e definindo as formas de organização da vida coletiva.

Hoje o sistema produtivo conta com a participação da mulher, situação que reflete na configuração familiar. Esse movimento tem dois aspectos - em primeira mão, foi o resultado da vontade da mulher em desenvolver suas potencialidades além do ambiente doméstico, por outro lado também houve a necessidade de assumir as responsabilidades de sustento da família diante de um mercado de trabalho fragilizado e mais difícil para o homem.

Nesta circunstância a participação da mulher no mercado de trabalho passa ser algo necessário para complementar as rendas familiares, já que o homem começa a perder espaço e os seus ganhos não são mais suficientes para manter o padrão de vida alcançado. A situação insere mulheres de outro padrão de vida, e agora não são apenas aquelas de camadas mais pobres, mas as de camadas da classe média e alta também passam a inserir-se no mercado de trabalho.

Por outro lado, com a migração das mulheres do âmbito doméstico para o mercado de trabalho abre-se uma lacuna nas funções de criação, sustentação e educação dos filhos, e passa a requerer do Estado maior e melhor participação no sentido de suprir parte do papel feminino exercido no lar e agora transferido para as atividades laborais no ambiente externo.

Foi possível constatar até aqui, toda a influência das mudanças ocorridas no âmbito da família que afetaram diretamente as mulheres. Os novos aspectos conduziram à

diminuição do tamanho da família que tem lutado pela sobrevivência entre os ganhos salariais e os recursos para garantir o sustento do grupo familiar.

Segundo dados do IBGE observa-se que ao longo dos anos o tamanho médio das famílias saiu de 3,4 membros (1999) para 3,3 (2003) e 3,2 (2011). Outro indicador que a família brasileira tem diminuído de tamanho é a taxa de fecundidade total (número médio de filhos por mãe) que caiu de 2,3 (2003) para 1,94 (2009). Esse é um fenômeno preocupante, sobretudo porque a família constitui no espaço da reprodução, muito embora a estruturação não se dê de forma igual para todos os grupos e classes sociais (ARAÚJO, 2003).

Ao acompanhar os dados relacionados a família é observado que aquelas chefiadas por mulheres ao longo dos anos têm crescido substancialmente. Nesse novo arranjo familiar a mulher está dividida entre o trabalho no âmbito doméstico e o trabalho fora de casa que na maioria das vezes submete-se a baixa remuneração, porque também não encontra a disponibilidade de tempo necessária para dedicar-se da maneira necessária a obter um melhor posto e logicamente uma melhor remuneração.

2.2.2 As mudanças socioeconômicas e a dinâmica das famílias

A compreensão sobre os movimentos e as causas da dinâmica da família relacionada as transformações socioeconômicas são importantes para a observação dos fenômenos relacionados ao mercado de trabalho e a inserção da mulher.

Neste sentido é válido relatar que muitos padrões na ordem da família foram mudados a partir da lógica do desenvolvimento. A inserção da mulher no mercado de trabalho foi um dos aspectos implicados pela ordem do desenvolvimento. O movimento migratório do campo para as cidades e os novos padrões de consumo exigiram novos comportamentos dos indivíduos, e assim, novos padrões de “sociedade conjugal” foram surgindo procurando adequar-se às novas realidades em que a mulher se divide cada vez mais entre as atividades domésticas e as atividades laborais fora da casa.

Uma constatação comum àqueles que atuam no campo da pesquisa da família é que à medida que os tempos modernos avançam, o número de casamentos dissolvidos cresce. Para Durkheim (2010, p.25), “[...] o estado do casamento nas sociedades em que os dois

sexos são pouco diferenciados atesta, pois, que a própria solidariedade conjugal é muito frágil”.

Mas não se pode atribuir a dissolução dos casamentos apenas ao desenvolvimento, e nem tão pouco à sociedade moderna. Sobretudo, porque nas raízes da divisão do trabalho, o mais importante não era aumentar o rendimento das funções divididas, e sim fazê-las solidárias (DURKHEIM, 2010, p.25). No entendimento do autor, a questão econômica pode de certo modo influenciar a divisão do trabalho, contudo está mais ligada ao estabelecimento de uma ordem social e moral.

Vale ressaltar que a família reflete e, ao mesmo tempo é o reflexo das mudanças que ocorrem numa sociedade. Nesse âmbito, dissociar as suas transformações das ocorridas no âmbito econômico, histórico e no mundo do trabalho não encontra respaldo na maioria dos estudos sobre a temática. Numa constituição histórica trazida por Toledo (2007), a autora faz um resumo sobre as principais correntes de estudos sobre família. Nesta discussão, a autora cita Da Matta (1987) que analisa como o mundo da rua e o da casa é o do reconhecimento das pessoas.

É na família que as pessoas se amparam para o enfrentamento dos desafios cotidianos. Esta é uma reflexão de acordo com o que expõe Durkheim e pode nos remeter a pensar que as transformações das famílias podem de fato ser atribuídas às demandas originadas do desenvolvimento, mas intrinsecamente estão ligadas a comunhão de parceria entre seus pares.

O século XX foi marcado por grandes mudanças e a família acompanhou parte dessas transformações, sobretudo nos últimos 50 anos. A família patriarcal tratada pela primeira vez por Gilberto Freyre em 1933, embora tenha ocultado formas alternativas de organização familiar, foi a referência básica para o modelo de família brasileira, como já mencionado neste trabalho.

Identificada com uma estrutura forte, extremamente centralizadora e autoritária, a família patriarcal, vista como instituição normatizadora, vigilante e disciplinar, organizava as formas de reprodução e reposição da vida social ao lado da Igreja e de valores morais, mantendo-se basicamente inalterada até o século passado. (TOLEDO, 2007, p. 22).

Na década de 1960 com a revolução dos costumes e a introdução da mulher no mercado de trabalho, a chamada “crise” da organização clássica da família tem aí seu marco histórico. O movimento crescente para as grandes cidades aumentou as dificuldades da vida nos grandes centros, exigindo maior preocupação com a segurança, mas principalmente reportando às famílias maior envolvimento com atividades fora do âmbito familiar, de modo a garantir a sua sobrevivência.

Paralelamente, o movimento feminista ganha maior força com suas reivindicações incorporadas às políticas públicas, e nesse contexto a mulher liberta-se da alienação do espaço privado e passa a incorporar o mercado de trabalho, espaço até então exclusivo do homem.

Contudo, apesar de ser clara a conquista feminina, a mulher “ganha” para si, mais encargos, pois embora consiga sua introdução no mercado de trabalho, suas responsabilidades com o lar passam a ser acumuladas com suas tarefas no âmbito do mercado de trabalho, caracterizando aí a chamada “dupla jornada”. Essa nova contextualização passa a requerer serviços de apoio no que tange as políticas públicas, como o apoio de creches, por exemplo. Entretanto, a realidade era outra, e além da ausência de serviços de suporte, os salários praticados eram baixos. Nessa condição a mulher foi obrigada a recorrer a estratégias diferenciadas (TOLEDO, 2007).

Nesta perspectiva, a evolução da família ao longo das últimas décadas seguiu condições próprias para o ajuste ao desenvolvimento com novas configurações e novas formas de organização familiar, ganha maior espaço, principalmente nas grandes metrópoles, o qual passa a apresentar outras composições, a exemplo, as famílias monoparentais.

Segundo Goldani (1993) nos grupos populares o tipo de arranjo que sobressai são as famílias monoparentais, embora a preferência seja pelo modelo nuclear conjugal, organizada ao redor do trabalho remunerado do chefe homem, e do trabalho doméstico da mãe. Nas famílias da chamada “camada média”, os arranjos estariam mais relacionados com a abertura das opções individuais e estilo de vida moderno, do que com as restrições materiais. A autora conclui que é nessa camada que ocorre os vínculos afetivos variados e as moradias separadas, o qual predomina as mulheres optando pela maternidade independente, situação que completa o perfil.

Comumente observado nas camadas mais pobres que a existência das famílias monoparentais é tida como uma consequência, e não como uma opção da mulher, é muito apropriada a visão de Goldani (1993), sobretudo porque é exatamente nas camadas menos abastadas que se encontra um número maior de mulheres com limitações do ponto de vista educacional. Tal condição traz implicações sérias na vida da mulher que sozinha necessita manter a família, mesmo encontrando maior dificuldade para o seu acesso ao mercado de trabalho, além das barreiras e piores condições para manter-se nele.

Quando consegue inserir-se no mercado é geralmente em atividades de baixa remuneração, condição que limita o investimento em qualificação. Aliado a baixa remuneração está o acúmulo de atividades, pois geralmente associa as funções domésticas, os cuidados com os filhos e as atividades laborais fora do âmbito do domicílio. Com jornadas tão intensas a maioria não consegue alcançar o autodesenvolvimento e acaba por muitas vezes migrando para o mercado informal com a esperança de ter mais tempo para combinar suas atividades, assim como na expectativa de ter melhores rendimentos.

A partir desse novo cenário em que a mulher é cada vez mais submetida a condições extremas para sobrevivência e para garantia do bem-estar dos seus filhos, outras composições vão surgindo principalmente à medida que começam a conquistar maior grau de escolaridade.

Na avaliação apresentada no estudo, “As famílias no Brasil contemporâneo”, da autora Goldani (1993),⁶ para o qual ela traz que entre 1970 e 1989, o número de unidades domésticas quase dobrou, enquanto que o tamanho das famílias diminuiu em 22%, ou seja, as famílias passaram para uma composição de 5 para 4 pessoas, embora o número de pessoas casadas tenha aumentado entre a década de 1970 e 1990, em contrapartida as taxas de chefia entre mulheres solteiras, viúvas, separadas e com filho, aumentaram também. Outra constatação importante foi que houve queda de fecundidade e a queda de mortalidade, além do aumento da viuvez, separações e divórcios.

Importante destacar que esta fragmentação do modelo tradicional de família sobretudo para as famílias mais pobres e com dificuldades na geração de recursos estavam

⁶ A autora utiliza como referência dados da PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

concentradas nas regiões mais pobres do país. Assim parece digno concluir que o desenvolvimento e as dinâmicas demográficas influenciaram esse fenômeno em que as áreas metropolitanas da região Nordeste apresentaram o maior número das mulheres chefes de família.

A sociedade ainda preconiza que o gênero legitima o papel da mulher, o qual lhe reporta a ideia de responsável exclusiva pelos “filhos”, e pela necessidade de sustentá-los, ela coloca-se em vulnerabilidade pois está à marginalização na ocupação laboral, obrigando-se a aceitar piores condições de trabalho com subocupações de baixas remunerações e trabalhos mais degradantes em prol do sustento dos filhos.

É nessa condição que a mulher busca a inserção no mercado de trabalho, e não é incomum que transfira o seu papel de mãe e dona de casa, para a filha mais velha, o qual termina por perpetuar as desigualdades de gênero, visto que coloca para as crianças do sexo feminino o amadurecimento precoce, dificultando o processo de escolarização, instalando o mesmo padrão de desigualdade (MACEDO, 2003).

Certamente não é novidade que os filhos imaturos constituem no elemento de maior interferência na participação da mulher no mercado de trabalho, sobretudo pela insuficiência de aparelhos de suporte, como creches e escolas em período integral, por exemplo. Tais circunstâncias tem forçado as mulheres optarem por atividades informais com menores remunerações e trabalho precário, visto que são estas atividades que permitem a melhor conciliação entre as atividades laborais fora do âmbito doméstico e com os cuidados que precisa dispor para os filhos.

Sob um outro olhar, a capacidade de lidar com situações extremas, de certo modo, tem possibilitado uma certa diferenciação no mercado de trabalho, visto que a mulher tem tido o reconhecimento, sobretudo por sua capacidade em administrar situações de escassez com estratégias de subsistência para a sua família. Macêdo (2003) aponta:

No desempenho desse papel, as mulheres articulam redes de parentesco e apoio mais amplos, que significam não apenas a mobilização de recursos materiais, mas, inclusive, a integração dos membros da família a novas oportunidades de trabalho. (MACEDO, 2003, p.3).

Nesse caminho a situação da família e as transformações sociais, econômicas e demográficas estão inter-relacionadas, de modo a não se modificar isoladamente.

Não há como separar se as motivações para as mudanças tiveram origem no interno ou no externo. O fato é que ao longo dos anos as mudanças foram acontecendo associadas, e difícil e desnecessário se faz o desmembramento. Neste processo, a mulher tem se desdobrado para suprir os diversos papéis ao tentar sair da condição de subordinada na busca de um terreno que lhe permita vivenciar maior igualdade.

Esta concepção é muito oportuna visto que traz para este debate as questões que envolvem gênero, pois visita a evolução acerca das transformações da família. Nesta abordagem a mulher está no centro na discussão e, portanto, a necessidade de ampliar esse discurso no sentido de entender melhor as conexões que atravessam as relações entre os sexos.

2.2.3 Percepções sobre gênero e as relações de poder

A divisão sexual do trabalho é uma insistente discussão na história de assuntos ligados a homens e mulheres. O determinismo biológico que busca naturalizar essa divisão em muitos campos tem perdido força, contudo, ainda estamos longe de um patamar de equidade entre gêneros.

Deste modo importa reconhecer que os fatores de ordem social, política, étnica, econômica e cultural, perpassam significativamente nos comportamentos e atuações de homens e mulheres, é, portanto, possível aceitar que ser homem ou ser mulher não se dá apenas no biológico. São as amarras do pensar a mulher como reflexo do ser “biológico, no que se refere ao sexo, que dá a condição da desigualdade e em consequência da subordinação”. Neste aspecto, Sardenberg e Macedo (2011), num artigo que fez parte do trabalho, Ensino e Gênero – Perspectivas transversais, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM) Universidade Federal da Bahia (UFBA), concluem:

Mais importante, porém, é o fato de que, pensadas como biológicas e, portanto, como ‘naturais’, as diferenças entre os sexos têm servido de pretexto para se edificar e legitimar relações desiguais entre homens e mulheres, historicamente caracterizadas por uma situação de subordinação das mulheres. (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p. 33).

O entendimento da maioria dos autores e pesquisadores sobre gênero, é que estas relações superam a regulação da relação homem-mulher. Na origem alemã poder significa algo como ter força, dispor sobre alguma coisa ou reger. A concentração de poder e monopólio legítimo da violência.

Arendt (2007) pensa na relação de poder com a intenção de quebrar a instabilidade da relação do poder e da violência, ela coloca em jogo uma nova variável, a ação comunicativa, que contrapõe diretamente a ação estratégica.

A autora traz uma distinção entre o mundo político e o mundo social, entre a esfera pública e a esfera privada. Esta é uma relação conflituosa vivenciada pelas mulheres que estão em contenda sobre os seus papéis no privado e no público. Neste sentido o poder surge da capacidade humana não somente de fazer algo, mas na elaboração de uma vontade comum com entendimento recíproco e orientado.

A ligação entre o poder gerado no mundo da vida e aquele referente ao mundo sistêmico, está mediada através do direito. Na visão de Habermas (1992) o poder político não pode ser considerado apenas em seus aspectos comunicativos, assim como também não pode ser pensado apenas como resultante de uma ação estratégica.

As mulheres foram alvos estratégicos do poder desde o início do século XIX. A associação da mulher materna, o natural, ligada a esfera privada, opõe-se a figura da mulher pública, ameaçadora, moderna. Essa combinação justificou a sua exclusão da esfera pública.

Para Bourdier (2002) a dominação masculina está no fato que as diferenças visíveis entre o corpo masculino e o corpo feminino tornam-se garantias da visão androcêntrica, organizada segundo gêneros relacionais do masculino e do feminino, instituídos a partir das diferenças biológicas com claro intuito de sustentar a hierarquização entre os sexos. A naturalidade da reprodução biológica fundamenta uma aparente naturalidade da dominação masculina da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho. Nesta estrutura de reflexão, Bourdier (2002) declara:

A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a numa natureza biológica que é, por sua vez, ele própria uma construção social naturalizada. (BOURDIER, 2002, p.16).

Não distante do que foi acompanhado ao longo da reflexão sobre as transformações da família, a respeito do papel da mulher e do homem, as visões ganham terreno na contemporaneidade fortalecidas pelo processo histórico. É como dizer: sempre foi assim. Neste sentido, o antinatural é a mulher que sai e vai para rua trabalhar, que ganha terreno, que não prioriza o ser mãe. Essa mulher não pode contrapor ao homem viril, macho e provedor.

Bourdier (2002) retrata a diferenciação do universo social e econômico a partir das expectativas objetivas que já iniciam no ambiente familiar, sob a ideia da oposição entre os universos masculinos e femininos. Na casa a mulher sempre está associada às tarefas domésticas, enquanto que no âmbito de fora da casa, num contexto mais exótico a associação é para o homem, que sempre está ligado ao ambiente do bar, dos clubes “anglo-saxão” que remetem a imagem do duro, do rude e do viril”.

O mundo do trabalho está, assim, repleto de pequenos grupos profissionais isolados (serviços de hospitais, gabinetes de ministérios etc.) que funcionam como quase famílias, nos quais o chefe do serviço, quase sempre um homem, exerce a autoridade paternalista, baseado no envolvimento afetivo ou na sedução, e, ao mesmo tempo, sobrecarregado de trabalho e tendo a seu encargo tudo que acontece na instituição, oferece uma proteção generalizada ao pessoal subalterno, principalmente ao feminino (enfermeiras, assistentes, secretárias) assim encorajada a um investimento intenso, muitas vezes patológico, na instituição e naquele que a encarna. (BOURDIER, 2002, p.36).

Nesta perspectiva, as mulheres estão quase sempre em posições ou papéis considerados “menores”, tradicionalmente aqueles mais apropriados para o “sexo frágil”, e se pretender conquistar uma posição no debate público, a sua luta deverá ser maior”. A representação social do corpo é apreendida pela percepção que depende da posição ocupada socialmente.

Matos (2008) traz uma discussão dualista, de certo modo, concedeu apoio para justificar e reproduzir o caráter de dominação, opressão e exploração ligada ao sentido da subordinação das mulheres. Para a autora, o novo nos estudos de gênero, reporta-se a diversidade e ao pluralismo de temáticas e assuntos relacionados, e entre eles a questão do empoderamento da mulher no contexto da sociedade.

Nesta perspectiva, é válido destacar que a primeira publicação a utilizar a conceituação de gênero foi por Gayle Rubin, uma antropóloga estadunidense, em meados dos anos 1970 e disseminou-se nas ciências a partir de 1980.

Historicamente, as mulheres sempre foram excluídas da produção do conhecimento científico e/ou filosófico pelas religiões e pelas organizações científicas, relata Marlise Matos, em seu artigo “Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformam em um campo novo para as ciências”, publicado no ano 2008, na revista Estudos Feministas, Florianópolis. Inspirada por Schott (1996), a autora reflete:

Tal conexão não casual ou banal entre religião ascética e conhecimento universitário fez com que, tanto a filosofia quanto a ciências modernas, se empenhassem em excluir mulheres da busca pela verdade, já que as impediam sistematicamente de estudar, assim como as impediam de receber instrução profissional, revelando tendenciosidade androcêntrica que nos tomou séculos para desconstruir e sobre a qual seria difícil afirmar estar já superada. Os movimentos organizados de mulheres, e depois os movimentos feministas de todos os matizes, inauguraram no alvorecer do século XX grandes viradas, inclusive no escopo do próprio modo de se perceber o conhecimento. (MATOS, 2008, p.335).

Para Matos (2008) entre os anos 1930 e 1970, a problematização para a produção científica, estava suportada principalmente pelo viés crítico dos estudos feministas ou os chamados estudos de mulheres. A partir daí, ocorreu uma reconstrução para o qual se buscava a distinção entre os sexos – uma abordagem sustentada no biológico, e o gênero que problematiza questões históricas, sociais e políticas, exigindo uma análise mais relacional. Essa dualidade seguiu até a década de 1980, e foi contestada com novas perspectivas pela também estadunidense, historiadora Joan Scott, em 1986. Para Scott os estudos sobre homens e mulheres devem ir além do uso descritivo.

Seu entendimento sobre gênero reporta as diferenças sexuais, logo, influenciada por Michel Foucault, ela defende que gênero está entrelaçado com as relações de poder. Visão totalmente pertinente a este debate, Scott e Foucault trazem em suas percepções a ideia básica que fundamenta o empoderamento da mulher, a conquista do poder, do ser “dona” da sua vida, da autonomia.

Independente do construto de gênero, o ponto comum está na subordinação da mulher ao homem, e foi a partir daí que os primeiros questionamentos, as primeiras reflexões

do movimento feminista procuraram combater toda forma de relações patriarcais que representassem a dominação masculina em prol da condição democrática da igualdade política entre os sexos, embora o senso comum tenha tentado descaracterizá-lo como sendo um movimento com propósitos diferentes, como destaca Matos (2008):

[...] infelizmente o que acaba por ‘restar’ para o senso comum e mais rasteiro desse primeiro e corajoso movimento foi a sua própria descaracterização, em que o feminismo passou a ser equiparado pelas ‘forças hegemônicas’ que o pretendiam deslegitimar com várias categorias degradantes ao ser mulher: ‘mal-amadas’, ‘infelizes’, ‘mal-cheirosas’, ‘feias’ *and so on* [...] (MATOS, 2008, p.338).

Ao prosseguir, numa segunda fase o movimento feminista passou a sustentar sua luta no diferencialismo contrário a igualdade e o igualitarismo. Esse contexto foi o estopim de correntes antifeministas e pós-feministas, caracterizado pela dissociação do pensamento feminista e do movimento pela profissionalização das Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para mulheres cada vez mais especializadas nas questões das mulheres independente do direcionamento político do feminismo, relata Matos (2008).

A luta das mulheres pela igualdade de direitos e por um empoderamento maior na sociedade parece nunca se esgotar. É incansável e parece-nos ainda longe em atingir seus objetivos essenciais. Alguns dos direitos conquistados pelas mulheres, ainda são questionados por parte da sociedade, e por vezes, tais questionamentos iniciam-se no âmbito familiar. Para muitos, os direitos conquistados foram impostos, porque em sua visão limitada, não é merecido. É o retrato violento na condição da mulher ainda se perpetuando no século XXI, sobretudo por conta que muitas das questões não estão superadas.

Em “A dominação masculina” de Pierre Bourdier (2002), em seu preâmbulo, o autor constata:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível, as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas, da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. (BOURDIER, 2002, p.3).

No sentido da hegemonia da dominação masculina está dada em quase tudo que vai da definição essencial até ao ser visto pela perspectiva de uma situação singular, pois ele não precisa se apresentar como indivíduo de um determinado sexo já que ser homem é natural.

Na formalidade, as declarações de identidade, é que o masculino e o feminino aparecem como simétricas. Essa é uma visão de Simone de Beauvoir (1970) que se completa com:

A relação dos dois sexos não é a das duas electricidades, de dois pólos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *vir* o sentido geral da palavra *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. Agastou-me, por vezes, no curso de conversações abstratas, ouvir os homens dizerem-se: "Você pensa assim porque é uma mulher". Mas eu sabia que minha única defesa era responder: "penso-o porque é verdadeiro", eliminando assim minha subjetividade. Não se tratava, em hipótese alguma, de replicar: E você pensa o contrário porque é um homem", pois está subentendido que o fato de ser um homem não é uma singularidade; um homem está em seu direito sendo homem, é a mulher que está errada. (BEAUVOIR, 1970, p. 9).

É um lugar em que a mulher é sempre colocada como um "ponto" inferior, sem prioridades, sem direito ao espaço libertário, porque assim, o mundo sempre pertenceu aos homens. Ao longo da história a mulher sempre foi vista como um ser desprovido de virtudes, carente de qualidades, um ser naturalmente dependente e incompleto. Ao questionar a situação de subordinação ela reconhece e legitima a dominação masculina, condição que lhe oprime, entretanto é essencial para a criar a conscientização, visto que o processo de empoderamento necessita também de ser desencadeado por fatores e forças estimuladas externamente.

Ao abordar gênero, não há referência apenas a sexo, pois este se fundamenta nos aspectos físico-fisiológicos. Gênero traz uma reflexão sobre a construção cultural de relações por processos construtores que se desdobram num movimento de desigualdades e hierarquias.

É possível através dos estudos de gênero conhecer a situação real das mulheres, no tocante da exploração, discriminação e subordinação, condições desencadeadoras para reflexão das determinações sobre as relações sociais e as relações de gênero, a partir das forças sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas Sardenberg e Macedo (2011). Importa salientar que as relações de gênero não ocorrem linearmente de sociedade para sociedade, elas variam, e, portanto, não são fixas, pois perpassam por relações de poder, entre homens e mulheres. A questão central é a legitimidade do poder que nem sempre é dada a mulher.

Por este ângulo ao concordar com as autoras salienta-se que gênero é um construto alicerçado num princípio organizador, do social, econômico e político, sobretudo porque dá a condição para organizar e legitimar não apenas a divisão sexual do trabalho, mas a construção de papéis sociais, tal como a divisão de direitos e responsabilidades, acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidades de trabalho, e igualmente a melhorias nas condições de produção.

Sob a ótica de Scott (1989), a caracterização de gênero como elemento articulador das relações sociais, tornar-se possível compreender como os sujeitos sociais formam-se no cotidiano, trazendo consigo os símbolos culturais, os conceitos normativos, as institucionalidades que colocam o homem e mulher em um lugar diferenciado no mundo.

As reflexões até aqui levam a concordar que o progresso, embora tenha acontecido, não tem sido de maneira fácil, e nem tão pouco uniforme para homens e mulheres. Um dos aspectos significativos sobre a igualdade de gênero condiz com a importância essencial que está ligada a capacidade de viver a vida que se deseja em condições de direitos iguais. O outro aspecto está relacionado a importância instrumental pois contribui para a eficiência econômica que trazem resultados essenciais para o desenvolvimento.

O desenvolvimento, o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero tem significados convergentes, pois todos tratam de menos pobreza, melhor acesso à justiça e maior igualdade no bem-estar entre homens e mulheres pesando os objetivos para o

desenvolvimento. Nesta acepção em que pode aumentar a eficiência econômica a partir da melhoria dos resultados de uma economia mais inteligente é que igualdade de gênero se consolida num importante vetor para o desenvolvimento.

Para cumprir ao objetivo da igualdade e em resultado a conquista do empoderamento, as barreiras que impedem que as mulheres acessem de forma igual à educação, às oportunidades econômicas que podem gerar maiores ganhos de forma a colocar e mantê-la no mundo competitivo, corroboram para uma situação de desenvolvimento mais equânime.

De maneira a contribuir na discussão que envolve gênero, igualdade e desenvolvimento, na próxima seção são abordadas reflexões e concepções que colaboram no entendimento sobre as condições de competitividade que possibilitam mulheres e homens a ter chances iguais para se tornar social e politicamente ativos, tomar decisões e formular políticas.

3 TRABALHO FEMININO E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO: O QUE DIZEM OS ESTUDOS INTERNACIONAIS

A mão-de-obra no mundo tem a participação de mais de 40% das mulheres, e representa 43% da força de trabalho e mais de 50% dos estudantes universitários no mundo. O debater sobre como interage e quais as intercessões com o desenvolvimento é de suma importância pois coloca numa perspectiva de não restringir o desenvolvimento apenas ao crescimento da produção em uma determinada região, e eleva a análise a um padrão mais qualitativo, de fundamental importância para perceber como os frutos deste crescimento estão distribuídos na sociedade.

Embora exista um amplo número de teóricos que conceitua o desenvolvimento como a melhoria na distribuição de renda, Bresser Pereira (2006) discorda, e em sua tese discorre:

A médio prazo, o desenvolvimento econômico implica sempre melhoria dos padrões médios de vida da população, mas daí não se pode deduzir que o desenvolvimento produza em termos práticos a constituição de uma sociedade mais igualitária. Pelo contrário, historicamente, temos longos períodos em que o desenvolvimento econômico é claramente concentrador de renda, e, no curto prazo, pode mesmo implicar em deterioração desses padrões. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 11).

Uma importante e inquestionável contribuição a discussão sobre desenvolvimento é trazida por Celso Furtado que atribui aos desequilíbrios espaciais e as desigualdades regionais, problemas políticos que necessitam de resoluções, e não apenas como resultados de fatores naturais ou decisões macroeconômicas.

Para o pensador, referência nos estudos que conduzem essa temática, a noção do desenvolvimento como mito concretiza-se, visto que dos países subdesenvolvidos, dezenove em vinte são excluídos dos benefícios do crescimento, e essa parcela não parece elevar-se de forma significativa com a industrialização (FURTADO, 1973). Segundo o cientista político, o consumismo não caracteriza um crescimento real refletido pelo que ele chama de comportamento das empresas e sim a “dependência cultural em que se encontra”. Ele enfatiza, inclusive que o modelo brasileiro conjectura

uma tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso tecnológico.

Certamente o conceito de desenvolvimento tem servido, também, para avaliar e classificar o nível de progresso e bem-estar de uma nação. Contrapondo a visão de Bresser Pereira, nesse sentido, ao refletir sobre os processos de mudanças e desenvolvimento entre as décadas de 1940 e o início da década 1970, observam-se alguns contrastes, como defende (AMARO, 2003). Para este autor, existem alguns conceitos genéricos sobre o desenvolvimento econômico, como a superação nos níveis de vida, ou a melhoria sustentada no bem-estar social e material. Segundo (AMARO, 2003, p.47) “[...] desenvolvimento econômico é do aumento do nível de rendimento nacional através de um produto per capita acrescido, de forma que cada indivíduo possa consumir mais”.

Numa abordagem endógena, lê-se que um país industrializado se converte na ideia de um país desenvolvido. Entretanto, Amaro (2003) traz mais uma associação ao conceito de desenvolvimento, a “modernização” que tem influência nas abordagens surgidas no pós-2ª Guerra Mundial nos campos da economia, sociologia, política e psicologia.

Contudo, sua maior contribuição para este trabalho, está na referência que ele faz ao tratar da análise conceitual do desenvolvimento, a partir dos relatórios de organizações internacionais, ligados à Organização das Nações Unidas (ONU), entre eles os Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD. Neste sentido, simplifica os progressos alcançados ao longo das últimas décadas, ao aumento da produção e em consequência o aumento do consumo de produtos e serviços, consolidando-se numa das mais importantes estratégias utilizadas para as considerações sobre o desenvolvimento capitalista.

Ainda segundo o mesmo autor, aliado estão a progressão da escolaridade, as melhores condições de saúde atreladas a redução das taxas de mortalidade infantil e o aumento da longevidade média e expectativa de vida, além do nítido avanço da ciência e tecnologia. Em sua análise, sobre a contrapartida está a não generalização destes progressos com limitações de acesso para a maior parte da população.

Na atualidade, dentre os principais conceitos sobre desenvolvimento, referendados pelos órgãos internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros, estão: Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Integrado. As pessoas e as comunidades como atores principais do desenvolvimento condicionam a análise e reflexão sobre a cidadania e a equidade na participação de todos com satisfação das necessidades.

É na parceria do Desenvolvimento Humano com o Desenvolvimento Local que, para Amaro, se externaliza o processo de satisfação de necessidades e o percurso para melhoria das condições de vida de uma comunidade, tomando como partida as suas capacidades. Mas aquele que melhor se adequa a realidade desta dissertação é o conceito de Desenvolvimento Integrado que está transversalmente a todos os outros conceitos, sobretudo pela abordagem interdisciplinar e da metodologia inclusiva.

[...] podendo ser concebido como o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade, o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a acção; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc (AMARO, 2003, p. 59).

Já sob o viés do desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen (2010), desvincula-se da ideia restritiva que o desenvolvimento é puramente relacionado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), das rendas pessoais, da industrialização, do avanço tecnológico ou da modernização social, sobretudo porque defende que, para a expansão da liberdade, que em sua visão é a condição nuclear para o desenvolvimento e que deve haver uma melhoria nas condições de vida dos indivíduos fortalecendo as suas liberdades.

Para Sen (2010), o reconhecimento da condição de agente permite que as pessoas façam suas escolhas, para as quais possam definir sobre os caminhos que pretendem percorrer. Neste aspecto, o maior acesso à educação e ao emprego pode, por exemplo, fortalecer a condição de agente das mulheres, sobretudo porque aumenta seu poder dentro e fora da família, incluindo-a no debate no âmbito da sociedade para a qual ela existe de fato e de direito.

Na América Latina e no Caribe o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, viabilizou muitas das transformações sociais, e em consequência melhorias das condições econômicas que embora tenham visto que estas ocupações foram mais de mulheres de baixa renda do que as de rendimentos altos, representou importante redução da pobreza.

Segundo um estudo publicado em 2012, realizado pelo Banco Mundial sobre o efeito do poder econômico das mulheres na América Latina e no Caribe, a renda feminina no mercado de trabalho contribuiu em 30% para a redução da pobreza extrema, comparada com a de 39% do rendimento assalariado masculino.

Numa perspectiva diferente, Friedmann (1996), traz uma noção de desenvolvimento em que destaca que os mecanismos pelos quais se têm buscado o crescimento econômico, e o processo de urbanização acelerado têm conduzido à exclusão da maioria da população aos benefícios do modelo de desenvolvimento dominante.

Friedmann defende que um desenvolvimento alternativo deve fortalecer a comunidade sob o aspecto político e no âmbito da sociedade civil. São nestes termos que o empoderamento surge como base do estilo alternativo de desenvolvimento que concede o poder aos excluídos pelo sistema atual.

Para o autor, há quatro elementos centrais para o desenvolvimento alternativo: o primeiro refere-se à democracia inclusiva que fortalece os espaços comunitários e que devolve poder efetivo aos níveis regionais e locais de governo; o segundo está fundamentado no crescimento econômico baseado na articulação de relações territoriais (políticas) e não territoriais (mercado) permitindo o acesso das famílias a

um estado de saúde produtivo, ao desenvolvimento rural e ao trabalho informal organizado; o terceiro elemento requer a igualdade entre os sexos com destaque ao papel econômico e aos direitos políticos e sociais das mulheres, questões fundamentais que estão no coração de um estilo alternativo; o quarto e último elemento trata-se da sustentabilidade em atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas necessidades.

Na tese de Friedmann (1996), o objetivo do processo é:

[...] reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, tornando a ação do Estado mais sujeita a prestação de contas, aumentando os poderes da sociedade civil na gestão dos seus próprios assuntos e tornando o negócio empresarial socialmente mais responsável. Um desenvolvimento alternativo consiste na primazia da política para proteger os interesses do povo, especialmente dos setores *disempowered* (sic), das mulheres e das gerações futuras assentes no espaço da vida da localidade, região e nação. (FRIEDMANN, 1996, p. 32-3).

É reconhecido que o processo de desenvolvimento é irregular e não acontece uniforme em todas as partes. Essa condição pode ser explicada pelo agravamento do processo migratório do campo e das cidades periféricas para os grandes centros, para o qual fez surgir o interesse por políticas públicas com vistas à justiça e solidariedade.

Nesta linha coloca-se na agenda política, reivindicações para programas regionais, condições que recaem nas discussões que envolvem o desenvolvimento regional. Lima (2009, p. 6) “[...] define que uma região como unidade de análise, é representada por um conjunto de pontos do espaço, que tenham maior integração entre si do que em relação ao resto do mundo”.

Traçado os paralelos entre o desenvolvimento, as diretrizes para o empoderamento da mulher e a necessidade em ter mecanismos para o acompanhamento das metas é que na seção a seguir buscou-se levantar e analisar os relatórios e trabalhos que deram conta de averiguar como está o cumprimento das metas estabelecidas que incluem a equidade de gênero, de modo que nesta dissertação seja possível utilizar como mais uma referência para a análise sobre o empoderamento da mulher na RMS.

3.1 A DECLARAÇÃO DO MILÊNIO DA ONU E OS ENTENDIMENTOS DA OIT SOBRE O TRABALHO

Os atributos sociais, comportamentais, culturais além das expectativas e normas associadas a ser uma mulher ou a ser um homem constitui ao que se conhece por gênero. Neste sentido, a igualdade de gênero relaciona-se sobre como homens e mulheres interagem, assim como se dão as diferenças resultantes do poder entre eles.

Ao tratar de empoderamento muitas particularidades podem ser atribuídas para o êxito do poder, entretanto ao conquistar o espaço econômico e político, as mulheres ganham mais áreas para obtenção de outros campos, como por exemplo o respeito social.

Nesta análise em que se aborda a igualdade de oportunidades e ocupação nos espaços econômicos e políticos de homens e mulheres como objetos que corroboram para o empoderamento, o acesso ao relatório de acompanhamento das metas, cuja a responsabilidade é do grupo técnico de acompanhamento das metas do milênio, foi um importante instrumento que contribuiu para o mapeamento sobre os dados necessários que respaldaram a responder o problema desta pesquisa.

Tais relatórios apresentaram dados com foco nos resultados em relação a dotações, capacidade de decidir e acesso a atividades econômicas. Foi possível averiguar que um conjunto de elementos como: forças de mercados combinadas, crescimento de renda e a implantação de instituições de prestações de serviços ajudaram a reduzir os hiatos de gênero no tocante da educação, fertilidade e participação como força de trabalho, contudo não foi atingido a sua totalidade e, muitas mulheres ainda se encontram em posições e situações desfavorecidas na sociedade.

Por este ângulo, quando tais fatores são combinados com outros como etnia, raça, distância dos grandes centros, casta, deficiência física ou orientação sexual, os hiatos são ainda piores. Todos estes gatilhos de alguma sorte representam implicações relacionadas ao poder, e que ao não serem tratados corretamente constituem em entraves para o desenvolvimento.

Sendo assim com a análise destes trabalhos, foi possível averiguar que houve avanço na história das mulheres brasileiras nas últimas três décadas com alguns progressos de mudanças no cotidiano, como afirmam Pitanguy e Barsted (2011), entretanto tais

mudanças não se deram de forma homogênea e democrática sob o âmbito das diferenças de raça/etnia, classe social, principalmente quando analisado sob perspectiva das diferenças regionais entre Sul/Sudeste e Nordeste, complementou-se as autoras nesta última consideração⁷.

No campo político o Brasil elegeu a primeira mulher presidente em 2010 que na ocasião nomeou nove ministras, e segundo a análise de Tavares (2011), a presidente Dilma Rousseff “[...] priorizou o empoderamento econômico das mulheres e o enfrentamento à violência baseada no gênero”.⁸ Mas, apesar da melhora, o cenário para as mulheres em muitas localidades, não apresenta de fato as melhores condições para o alcance da equidade.

Internacionalmente a ONU tem incentivado as discussões que abordam a equidade de gênero no mundo globalizado, sobretudo quando destaca a importância do empoderamento da mulher para o desenvolvimento, entretanto a situação de igualdade entre homens e mulheres ainda se encontra muito aquém do esperado.

Em setembro do ano 2000, 191 países, entre eles o Brasil, firmaram um pacto internacional pela eliminação da pobreza, na maior reunião de dirigentes de nações ocorrida em Nova Iorque. Considerado um documento histórico do novo século, a Declaração do Milênio das Nações Unidas é um marco para o início de definições concretas relacionadas aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que deveriam ter sido alcançados até 2015, e entre eles estão as ações de combate à pobreza e à fome, a promoção da educação, da igualdade de gênero, de políticas de saúde, saneamento, habitação e meio ambiente.

⁷ Pesquisa do Dieese e MTE/FAT (Ministério do Trabalho e Emprego/Fundo de Amparo ao Trabalhador) aponta a diferença de rendimento real máximo e mínimo das mulheres assalariadas no trabalho principal entre as Regiões Metropolitanas Sul/Sudeste e Nordeste. Fortaleza e Salvador são as RMs que apontam menor rendimento para as mulheres, em 2003 e 2013, entre todas as Regiões Metropolitanas selecionadas para o estudo.

⁸ Não nos furtamos em dizer que conquistas importantes devem ser destacadas ao longo da primeira década do 3º milênio, dentre elas a criação da atual Secretaria para Políticas de Mulheres (SPM), em 2002. Outro marco importante ocorreu em 2006 com a aprovação da Lei 11.340, reconhecida como Lei Maria da Penha, que veio para consolidar o cumprimento de garantias internacionais e constitucionais do direito da mulher para a liberdade sem violência.

Pensamos que o principal desafio que se nos depara hoje é conseguir que a globalização venha a ser uma força positiva para todos os povos do mundo, uma vez que, se é certo que a globalização oferece grandes possibilidades, actualmente os seus benefícios, assim como os seus custos, são distribuídos de forma desigual. (DECLARAÇÃO DO MILÉNIO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 2).

Para atingir os Objetivos, foram apresentados um conjunto de 18 metas, ligadas a 48 indicadores, a fim de mensurar o que é possível de implementar e comparar em escala mundial. No início do século XXI, os oito Objetivos identificados pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) foram:

- 1 Erradicar a extrema pobreza e a fome.
- 2 Atingir o ensino básico universal.
- 3 Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.
- 4 Reduzir a mortalidade infantil.
- 5 Melhorar a saúde materna.
- 6 Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
- 7 Garantir a sustentabilidade ambiental.
- 8 Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.
9. Garantir que as melhorias obtidas na luta pelo cumprimento dos objetivos do milênio promovam igualdade de condições para brancos e negros⁹.

O primeiro documento que trouxe a avaliação da dimensão da disparidade de gênero foi elaborado pelo *Comitted to improving the state of the world*¹⁰, em 2005 que avaliou entre 58 países, até que ponto as mulheres atingiram igualdade em relação aos homens em cinco áreas críticas: participação econômica, oportunidade econômica, empoderamento político, conquistas educacionais, saúde e bem-estar.

Neste relatório ficou evidenciado que embora os países nórdicos tenham conseguido reduzir tais disparidades a índices baixos, não conseguiram eliminá-las em sua

⁹ O Brasil tem o nono objetivo para qual a meta foi batizada de “ Os objetivos do milênio sem racismo” que será levada em consideração na análise dos resultados finais.

¹⁰ Tradução própria. Comitê para melhorar o estado do mundo

plenitude. O estudo apresenta a Suécia como líder mundial na redução destas disparidades, seguida pela Nova Zelândia, Canadá, Reino Unido, Alemanha e Austrália.

No Brasil, o pleno exercício da cidadania das mulheres ainda está longe de atingir o ideal que segundo Pitanguy e Barsted (2011):

[...] destacam-se as desigualdades de gênero no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos no acesso ao trabalho, à ascensão profissional a aos recursos produtivos, na persistência da violência de gênero, entre outras questões, agravadas quando se introduz a dimensão étnica/racial. (PITANGUY; BARSTED, 2011, p.16).

Importa chamar a atenção que esta discussão não teve o intuito de tratar sobre todas as diversas manifestações de desigualdades entre homens e mulheres, negros e branco, contudo é importante reforçar que as mulheres negras sofrem a discriminação duplamente, pois são vítimas do racismo e do sexismo.

Nesta perspectiva, consta na primeira edição do relatório “Brasil Retratos das Desigualdades Gênero Raça”¹¹ elaborado por Soares (2004) do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e Pinheiro (2004) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que em referência a distribuição da população por raça/cor, segundo as grandes regiões, em 2003, o Norte e o Nordeste concentravam os maiores percentuais de negros com 73% e 71%, respectivamente. Nestas regiões a parcela de brancos foi menor que 30%, sendo que no Norte 26% da população era composta por brancos e no Nordeste 29%.

Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste foram apresentados um diferente retrato. No Sul há uma inversão clara deste cenário com 82% de brancos e 17% de negros. Já o Sudeste, embora apresentasse uma concentração menor de negros em relação ao Sul, contava com 62% de brancos e 37% de negros em sua população.

¹¹ Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça é produzido desde 2004 pelo IPEA e UNIFEM através das secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e de Política para Mulheres (SPM), inicialmente com a proposta de ser uma publicação anual.

O Centro-Oeste aparece com maior equilíbrio na distribuição de raça/cor entre todas as regiões em 2003, com 43% de brancos e 56% de negros. Vale lembrar que da população negra, aproximadamente 50% são mulheres. Na quarta edição deste estudo publicado em 2011, de modo geral a distribuição da população no que se refere a brancos e negros não apresentou cenário de mudança.

Neste estudo é destacado que em 2009, 51,3% da população brasileira era feminina e que ocorreu aumento do número de famílias chefiadas por mulheres com cerca de 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres, o que representava 35,2% do total. Entretanto o estudo revela que em 2009 o percentual de mulheres chefes de famílias em relações monoparentais passou a ser menor, enquanto que nas relações formadas por casais aumentou¹². Esse dado sugere que novos padrões comportamentais de famílias vêm surgindo, assim como uma maior autonomia das mulheres.

Transpor as disparidades entre homens e mulheres através de oportunidades para que as mulheres possam efetivamente ocupar papéis com maior representatividade no mundo econômico e na política é essencial para superar as desigualdades de gênero. Sendo assim, a inserção igual no mercado de trabalho é uma condição central para construção da identidade, pois possibilita a conquista de recursos que permitem alcançar o empoderamento.

Neste aspecto o estudo do IPEA revela que embora entre 1995 e 2009 tenha ocorrido maior inserção de mulheres no mercado de trabalho no âmbito Brasil, os padrões de desigualdade ainda permaneceram. A taxa de desocupação feminina ainda foi maior que a taxa de desocupação masculina, e no que diz respeito a qualificação destes empregos, o estudo demonstra que embora tenha ocorrido aumento do número da formalização através da carteira assinada, tanto para homens quanto para mulheres, o espaço ainda foi predominantemente masculino.

Ainda sobre o cenário Brasil, o setor de serviços foi aquele que ofertou o maior número de vagas para ocupação de homens e mulheres, contudo foi identificada uma clara

¹² Na quarta edição do relatório Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça, 2011, o bloco de “chefia de família” faz um recorte de 1995 – 2009.

segmentação ocupacional em que as mulheres, especialmente as negras estão alocadas no setor de serviços sociais, ou seja, os serviços de cuidados (educação, saúde, serviços domésticos e serviços sociais).

Neste capítulo, no qual analisou os Relatórios Nacionais de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio produzido pela Presidência da República (RNAODM)¹³, mais especificamente os publicados em setembro de 2005 (Relatório 2)¹⁴ e em maio de 2014 (Relatório 5)¹⁵, foi selecionado especificamente o terceiro Objetivo (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM 3) que trata do panorama relacionado a promoção da igualdade de gênero. Para a ONU, a meta até 2015 era eliminar as disparidades entre homens e mulheres em todos os níveis de ensino.

Até o ano de 2003 as mulheres mantiveram níveis de escolaridade superiores aos dos homens em quase todos os indicadores educacionais, cenário este que permaneceu até a coleta de dados em 2012 para o qual o relatório apontou que no campo educacional os homens estão em desvantagem em relação as mulheres.

A paridade entre os sexos dos estudantes do ensino fundamental de 7 a 14 anos foi alcançada em 1990. Já nos ensinos médio e superior, percebem-se movimentos contrários. De 1990 a 2012, a escolarização dos homens no ensino médio aumentou mais do que a das mulheres, diminuindo a disparidade. Enquanto em 1990, havia 136 mulheres para cada 100 homens no ensino médio, em 2012, a proporção era de 125 para 100. (RNAODM¹⁶, 2014, p. 50).

Tanto no relatório de 2005 quanto no relatório de 2014, a desvantagem masculina no ensino superior é evidente. Em 2012, para cada 100 homens frequentando a faculdade, haviam 136 mulheres, e neste sentido, concordando com a conclusão apresentada no relatório, a expansão do ensino superior afetou mais as mulheres do que os homens.

¹³ O Relatório Nacional é um documento elaborado pelo Grupo Técnico para Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (Decreto de 31 de outubro de 2003) sob a coordenação do IPEA e IBGE.

¹⁴ Este relatório reúne dados entre 1992 a 2003.

¹⁵ Este relatório reúne dados entre 1992 a 2012.

¹⁶ Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio 2014.

Conquanto esta vantagem não representou superação das desigualdades de gênero, visto que as mulheres ainda são direcionadas nas famílias e nas escolas a definir sua trajetória profissional pela escolha de cursos considerados femininos, como aqueles relacionados aos serviços de cuidado, que historicamente possuem remuneração mais inferior.

Outra conclusão trazida pelo relatório quanto os indicadores de educação para homens e mulheres, foi que os meninos abandonam as escolas em detrimento do mercado de trabalho, e isso se dá na esfera pública, em contrapartida as meninas dedicam-se mais aos estudos porque a elas são destinados os cuidados dos familiares e afazeres domésticos, relegando a mulher a esfera privada.

Este comportamento afeta diretamente a inserção feminina no mercado de trabalho, já que as mulheres tendem a seguir carreiras nas áreas de Educação, e cursos de Saúde e Bem-estar Social, enquanto que os homens ocupam as vagas nos cursos de Ciências, Matemática e Computação, Engenharia, Produção e Construção, áreas de melhor remuneração.

Ainda que as mulheres tenham níveis educacionais superiores aos homens, a segmentação do conhecimento, associada a fatores como a distribuição desigual das tarefas domésticas, levam a um quadro de persistentes distâncias entre os dois sexos no acesso a postos de trabalho, na renda e na qualidade dos vínculos de emprego. (RNAODM¹⁷, 2014, p.53).

De acordo com Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio 2014, no Brasil, fora da agricultura, às mulheres representavam em 1992, 42,7% da força de trabalho, e em 2012 passou para 47,3%. No setor não agrícola, 59,5% dos empregados com educação superior eram mulheres em 2012.

A constatação apontada no relatório 2014, é que no Brasil embora a formalização do trabalho feminino tenha crescido entre 1992 e 2012, fato este que influenciou na redução da diferença entre os sexos, a taxa de ocupação de mulheres em idade ativa ainda foi menor que a dos homens. Segundo apresentado no relatório, versão 5, “[...] em

¹⁷ Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio

2012, 50,3% da população feminina com 15 anos ou mais de idade estava ocupada, em contraposição a 74% dos homens.” (RNAODM, 2014, p.54).

Uma forte hipótese defendida no relatório (RNAODM – 2014) para este cenário é que em função das responsabilidades com os cuidados da família estarem condicionados majoritariamente às mulheres, tal situação tem impactado diretamente nas formas de inserção feminina no mercado de trabalho. Esta hipótese é reforçada quando avaliada a taxa de ocupação de mulheres com filhos. Lá está evidenciado que entre as mulheres com maior número de filhos menores de 6 anos, a taxa de ocupação é menor do que aquelas que tem menor número de filhos.

Não obstante a algumas visões aqui expostas, um dos aspectos que mais implicam sobre a forma de inserção da mulher no mercado de trabalho está na dificuldade em associar as tarefas do lar com o trabalho fora de casa, principalmente no tocante aos cuidados com os filhos menores. A mulher, por sua natureza, sempre irá ponderar entre os seus valores de mãe e os ganhos e perdas entre o trabalho e o cuidado com os filhos. Na ausência de políticas públicas que garantam a plena realização como mãe e como profissional, geralmente a mulher, quando economicamente possível, escolhe o papel de mãe.

Interessante destacar dois paralelos nas análises dos relatórios RDAODM 2 e 5, publicados em 2005 e 2014, respectivamente. Segundo o relatório 2, dos homens ocupados em 2003, 32,9% possuíam carteira assinada, enquanto que das mulheres empregadas a proporção era de 25,6%. Já a situação das mulheres em serviços militares e estatutários era de 8,9% maior que a masculina, caracterizando predominância feminina neste setor que tem por meio de acesso o concurso público.

Neste aspecto, no relatório está claro a constatação de que a inserção no mercado de trabalho para as mulheres em 2003 ainda era muito penalizada, principalmente para as negras ou pardas. Neste relatório “destaca-se sua elevada concentração no emprego doméstico (22,4%) e entre trabalhadores sem remuneração (10,2%)”. E aí o Nordeste (16,8%) tem o percentual três vezes superior ao nacional (6,2%), no que diz respeito a

mulheres sem remuneração, com destaque ao setor agrícola, área que é comum o trabalho não remunerado para mulheres.

No relatório cinco o destaque é para o trabalho doméstico que a partir de 2009 perdeu espaço entre as atividades femininas, e em 2012 atingiu 14,8% das mulheres ocupadas no Brasil. Neste campo, importa destacar que a formalização do vínculo de emprego doméstico ou mesmo a associação individual à previdência social é registrada em menor número na região Norte do país já que em 2012 tinha apenas 17% de trabalhadoras protegidas.

Ainda sobre a o emprego doméstico na região Norte, entre 2003 e 2012 ocorreu uma melhora nas condições de trabalho, em 2003 eram 26% trabalhadores e trabalhadoras formalmente contratadas, e em 2012 passou para 36,8% com proteção da previdência social, com carteira de trabalho assinada ou como contribuinte autônoma.

Segundo o relatório nacional de acompanhamento, publicado em 2005, as mulheres continuam a ganhar menos que os homens, ainda que sejam mais escolarizadas. O documento aponta que entre 1990 e 2003, a diferença entre os rendimentos de homens e mulheres diminuiu, entretanto, a conclusão apontada indica que este comportamento foi em decorrência da “queda mais intensa nos rendimentos dos homens do que no das mulheres”.

No campo da política, os dois relatórios, indicaram que a participação política da mulher ainda é muito insipiente em relação a participação política dos homens. O relatório publicado em 2014 relembra o diminuto número de mulheres senadoras, deputadas federais ou governadoras, indicando uma evolução lenta, no que tange o quarto indicador proposto pela ONU que trata do acompanhamento do Objetivo 3.

Apesar de em 2010 o país ter eleito a primeira mulher presidente da nação, esta realidade não repercutiu nos demais cargos do poder Executivo e Judiciário. O relatório publicado em 2014 apontou que “ as mulheres representavam em 2012, 51,7% do

eleitorado brasileiro, mas o acesso feminino a cargos eletivos permaneceu baixo.” (RNAODM, 2014, p. 59).¹⁸

Assim, a visão apresentada no relatório demonstra que no Brasil, embora tenha aumentado a participação de deputadas federais e senadoras a partir de 1994, ainda permanece abaixo da média global que tem como meta o percentual acima de 20%. “Na Câmara dos deputados, a participação feminina não ultrapassa os 9%, e no Senado Federal a situação é bastante semelhante: desde as eleições de 2002, as mulheres respondem por 14,8% do total de senadores eleitos. (RNAODM, 2014, p. 59) ”.

Nos cargos não eletivos do Executivo antes da eleição de 2002, a presença das mulheres ainda era muito tímida. A partir de 2003, com a posse do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram empossadas cinco ministras, sendo que três delas negras. No âmbito dos cargos de confiança ocorreu crescimento maior no nível intermediários colocando as mulheres em uma concentração nos níveis básicos e intermediários das carreiras.

Neste mesmo relatório a análise aponta que no Poder Executivo a situação das mulheres melhorou pois representavam 45,9% da força de trabalho e 43% dos cargos de confiança, entretanto, as dificuldades relacionadas a presença feminina por nível hierárquico persiste, conquanto quanto mais elevado o cargo nesta estrutura, menor a participação feminina.¹⁹

Outro comportamento percebido e publicado no relatório em 2005, foi que o Poder Judiciário a partir da década de 1990 registrou aumento no número de ingresso de mulheres no setor público a partir de seleção formal, como concursos públicos. Todavia, quando o cargo é para um nível hierárquico maior e que depende de indicações, a presença feminina ainda é restrita.

¹⁸ Em 2009 a Minirreforma Eleitoral promoveu mudanças na Lei dos Partidos Políticos e no Código Eleitoral obrigando um percentual mínimo de candidaturas femininas inscritas por partido para eleições proporcionais, além de dotação de tempo de propaganda eleitoral gratuita e de recursos para campanhas, porém tais medidas ainda não refletiram no número de mulheres eleitas.

¹⁹ Entre 2010 e 2012 dos 39 ministros nomeados 10 foram mulheres, em 121 anos de República ocorreram apenas 18 nomeações.

Este cenário permanece no Relatório 5 (2014) no qual aponta que no Poder Judiciário ocorreu ligeiro aumento da participação das mulheres entre ministros de Tribunais Superiores, sendo que em 2009 representavam 17,5% dos postos, e em 2014 passou para 20%.²⁰

O cenário da política brasileira ainda revela desafios importantes no sentido de acrescer a presença das mulheres num ambiente considerado “reduo masculinos”, e dessa forma consolidar esta área com maior igualdade.

No Relatório 2 (2005), os dados apresentados concernentes a proporção das mulheres prefeitas no Brasil e nas Grandes Regiões, ao considerar as eleições dos anos de 1992, 1996, 2000, 2004, demonstraram crescimento em todas as regiões ao longo do período. Na região nordeste ocorreu um aumento de 5 pontos percentuais entre as eleições de 1992 e 2004, portanto maior que no Brasil que foi de 4,1 pontos percentuais. O mesmo comportamento ocorreu com os percentuais de mulheres eleitas vereadoras e deputadas estaduais.

De acordo com a análise apresentada nos relatórios de acompanhamento dos anos 2005 e 2014, embora ainda exista a necessidade de muitas melhorias quando se trata de igualdade entre homens e mulheres, de certo modo identificou-se uma certa melhora nos dados. Entretanto ainda há muito a evoluir visto que os problemas históricos como a baixa expressão política, ocupação em postos de trabalho de menor nível hierárquico e em consequência menor rendimentos, ainda persistem.

Conhecer esta percepção foi importante para confrontar com o perfil encontrado na Região Metropolitana de Salvador que de modo geral carrega as mesmas dificuldades e questões relacionadas a igualdade entre gêneros, talvez com uma porção maior de dificuldades pois conta com o peso das desigualdades regiões.

Neste ínterim, abrir a perspectiva para uma análise em que traga a igualdade de gênero sob uma perspectiva ainda mais ampla, favorece o discurso aqui apresentado em razão

²⁰ No Supremo Tribunal entre 11 ministros duas são mulheres (RELATÓRIO 5, 2014).

da necessidade de confrontar outras realidades. Assim, a seguir será tratado a Igualdade de Gênero sob a Perspectiva da OIT.

3.1 IGUALDADE DE GÊNERO E OS ENTENDIMENTOS DA OIT SOBRE O TRABALHO

Até aqui foi possível constatar que o empoderamento da mulher, dentre outros aspectos dá-se a partir do maior acesso à educação, as melhores condições no mercado de trabalho e a maior participação política. Entretanto uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ocupar melhores circunstâncias nas diversas esferas da sociedade recai exatamente no equilíbrio entre o trabalho e a família.

A Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais do Trabalho e da Agenda do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), prevê a promoção da igualdade de oportunidades e a eliminação de todas as formas de discriminação como um dos seus elementos fundamentais. O aperfeiçoamento da situação das mulheres está na pauta como uma das condições para o crescimento e desenvolvimento econômico de países, e isso se dá pelo acesso a empregos capazes de possibilitar uma vida digna para as mulheres e que reflete em suas famílias.

Tal preocupação é evidenciada nas Normas – Recomendações da OIT, entre elas para a qual destaca-se nesta dissertação o que segue: Recomendação 90 – Adoção OIT em 1951: sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor – esta visa aplicar o princípio da igualdade para remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor.

- Recomendação 165 – Adoção OIT em 1981: sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família. Esta recomendação leva em consideração as dificuldades enfrentadas por trabalhadores com encargos de família, e, portanto, que requerem medidas para melhorar as condições. Este é um conselho que se aplica a homens e mulheres no qual possibilita a criação de maior equidade entre os gêneros. Para tanto, o dispositivo sugere que seja incluído entre os objetivos de sua política nacional, condições apropriadas para

pessoas com encargos de família de modo a garantir chances de melhor conciliação entre emprego e família.

- Recomendação 201 – Adoção OIT em 2011: sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos. Tal recomendação sugere a adoção de medidas que garantam aos trabalhadores domésticos a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.

A ênfase a essas duas recomendações justifica-se pois estão diretamente ligadas a situação das mulheres no mercado de trabalho, conquanto, vale lembrar que não estão classificadas como “Convenções Ratificadas”.

Para a OIT, as condições das mulheres no mercado de trabalho afetam diretamente o crescimento de um país. Para o entendimento aqui apresentado, o equilíbrio entre o trabalho e as responsabilidades familiares representa um dos pontos principais de discussão para o empoderamento da mulher.

Importa destacar aqui que em algumas notas publicadas pela OIT, a temática com esse *report* garante espaço por sua relevância. A exemplo, na série “Equilíbrio entre trabalho e família (2011)”, publicado pela OIT, em sua nota de número 1, “Trabalho e responsabilidades familiares: novos enfoques” evoca-se que as pessoas precisam trabalhar e ao mesmo tempo cuidar da família desempenhando tarefas domésticas que não são remuneradas, mas que tomam o tempo, e o tempo é um bem escasso, motivo pelo qual provoca tensão que afeta principalmente as mulheres, visto que culturalmente a responsabilidade “do cuidar” recai sobre ela.

Neste aspecto a OIT, desde 2005 tem colocado na mesa de debates aqui no Brasil, a Convenção nº 156²¹. Este documento além de tratar da não discriminação profissional das pessoas com responsabilidades familiares, indica que o Estado adote medidas com relação aos serviços comunitários, públicos e privados de assistência à infância e a família contemplando as necessidades de trabalhadores e trabalhadoras.

²¹ Em 2009 foi encaminhada a discussão da ratificação da Convenção nº 156 para a Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI) que recomendou para ao Ministério das Relações Exteriores. Em 2010 foi enviada pela Casa Civil ao Congresso Nacional.

Como foi possível averiguar ao longo de toda a discussão aqui exposta, tradicionalmente a mulher sempre assumiu a responsabilidade dos cuidados com a família, sem receber remuneração por este trabalho. Nestas bases, a estrutura do mercado de trabalho tem sido sustentada na dicotomia do homem provedor e mulher cuidadora. Tal caracterização condicionou ao homem o lugar na esfera pública e produtiva, e para a mulher a esfera privada e doméstica.

Contudo, mudanças têm sido constatadas no âmbito das famílias e além da multiplicidade de arranjos familiares com forte crescimento de mulheres chefes de família, hoje a renda da mulher não é mais tida como algo secundário, passou a ser essencial para a manutenção da família, sobretudo pelo aumento da instabilidade e insegurança no mundo do trabalho, este é mais um entendimento apontado pela OIT.

Por esta lógica o aumento do tempo dedicado ao trabalho fora de casa, tanto para homens quanto para mulheres tem sido compartilhado, entretanto não se percebe a mesma condição para as responsabilidades sobre os serviços domésticos.

Pela dificuldade em conciliar o trabalho e as atividades domésticas as mulheres tendem a ocupar empregos mais vulneráveis e informais, pois estas ainda necessitam viabilizar a associação das “responsabilidades familiares”. Neste contexto, as mulheres estão mais suscetíveis a trabalhos sem proteção social, mais precários e com menor remuneração.

Na abordagem da OIT, o papel desempenhado pelas mulheres ligado as responsabilidades familiares e afazeres domésticos implicam diretamente na forma de inserção da mulher no mercado de trabalho, visto que as horas gastas nos afazeres domésticos faz com que as mulheres tenham uma jornada de trabalho semanal superior à dos homens, contudo, esta jornada superior não representa maior remuneração.

Outro aspecto importante a ser destacado é que no trabalho remunerado as mulheres têm jornada semanal inferior à dos homens, o que aliás é lógico em função de ter que dividir seu tempo entre as atividades do lar (não remunerada) e do trabalho externo ao lar (remunerada).

Para a OIT essa circunstância aliada a ausência de políticas públicas de apoio com programas e ações que viabilizem o equilíbrio entre família e trabalho, tem impacto direto na taxa de fecundidade que para as mulheres de 15 a 49 anos, entre 1991 e 2007, caiu de 2,9 para 1,95, ou seja, abaixo de 2,1 considerada a taxa de reposição da população.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho as questões relacionadas com as responsabilidades familiares estão diretamente ligadas a promoção da igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mundo do trabalho, e os mecanismos tradicionais não são mais capazes de responder as necessidades atuais tanto para os novos arranjos familiares quanto para as novas características do mercado de trabalho.

As mulheres têm tido maior acesso a empregos, mas em condições mais precárias que os homens. Apesar de compartilharem com eles o tempo de trabalho remunerado, não ocorreu para elas um processo equivalente de mudança com relação à redistribuição das responsabilidades sobre as tarefas domésticas e os cuidados (OIT, 2010, p. 4).

O acesso e permanência em iguais condições no mercado de trabalho dialogam com o Empoderamento econômico das mulheres, pois pressupõe igualdade de oportunidades e remuneração entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A ocupação das mulheres com afazeres domésticos impacta diretamente em sua autonomia, sobretudo porque o seu tempo fica comprometido com um trabalho não remunerado, além de implicar numa sobrecarga maior de tempo e trabalho em relação ao homem.

4 O EMPODERAMENTO DA MULHER NA RMS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E NA POLÍTICA, ENTRE 2003 E 2013

Foi possível refletir nos capítulos anteriores sobre implicações importantes que refletem no desenvolvimento, mas que por si só não são suficientes para pleno desenvolvimento de um país, ou para que uma região seja considerada bem-sucedida.

Neste aspecto, os avanços sociais traduzem a capacidade que o lugar possui em incluir cidadãos na complexidade de suas diferenças individuais e de grupos, em condições iguais de inserir-se neste espaço tendo suas necessidades básicas atendidas e com condições para poder desenvolver melhor a qualidade de vida.

Diante disto, progressivamente estão sendo incorporados novos parâmetros para que as avaliações sobre desempenho, quando o assunto é desenvolvimento, possam contribuir de maneira digna para uma sociedade mais igualitária.

Posto isto, a análise realizada parte das orientações que cercam o acompanhamento dos avanços do milênio que foram imprescindíveis para nortear a discussão deste texto. Assim, nesta dissertação foram selecionadas duas dimensões para análise sobre o empoderamento da mulher: oportunidades e participação econômica, para qual explorou a participação da mulher no mercado de trabalho e na política da Região Metropolitana de Salvador.

Além do mercado de trabalho e a política, alguns dados relacionados a educação complementaram a visão que é defendida a respeito do empoderamento da mulher e que está contemplado no 'Objetivo 3', dos Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio segundo a ONU.

Por este ângulo nas avaliações sobre desempenho do desenvolvimento tem sido introduzida matérias que tratam de maior diversidade, ou melhor, que vão além do crescimento econômico pura e simplesmente, integrando cada vez mais questões que impactam na igualdade entre os gêneros, por exemplo.

As análises realizadas a partir dos dados indicados para o acompanhamento dos avanços do milênio foram aqui separadas a partir das dimensões de oportunidades e participação econômica, naquilo que está ligado a pontos que se relacionam ao empoderamento da

mulher e que está contemplado no Objetivo 3, dos Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio segundo a ONU.

Para o debate sobre a participação política foi considerado o número de cadeiras ocupadas nas prefeituras e na câmara de vereadores dos municípios que compõem a RMS, entre os períodos eletivos 2002 e 2014.

Como já exposto, o foco desta investigação é o Empoderamento das Mulheres da Região Metropolitana de Salvador que se consolida numa iniciativa de pesquisa importante, pela oportunidade de abrir o espaço para maiores debates e mais investigações que dão conta de analisar as assimetrias relacionadas à equidade de gênero, principalmente em regiões do Nordeste do Brasil.

Optou-se em trabalhar com dados secundários, o que em hipótese alguma limitou a extensão e importância desta pesquisa.

Conquanto aqui não se pretendeu encobrir as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que compõe esta região, através de dados estatísticos disponibilizados por órgãos competentes e reconhecidos. Isto posto, para atender esta conduta assentou-se em dados de fontes pertinentes a possibilitar um retrato mais amplo sobre a questão investigada.

Aliado a este entendimento, tais informações corroboram para revelar em qual ponto estamos em relação ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no que tange a “Promoção da igualdade de gênero e da autonomia das mulheres”.

Com um retrato detalhado sobre as questões que envolvem e interferem no processo para empoderamento da mulher, bem como para a equidade de gêneros na Região Metropolitana de Salvador, a seguir serão apresentados dados da caracterização regional da RMS frente a as demais áreas geográficas Brasil, Região Nordeste e Bahia, de modo a realizar um parâmetro sobre o quanto esta região representa nestes cenários.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS GEOGRÁFICAS: BRASIL, REGIÃO NORDESTE, BAHIA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Após ter realizado todo trabalho de aprofundamento teórico nos capítulos anteriores, etapa absolutamente fundamental para o qual tratou-se dos conteúdos mais relevantes que caracterizam o empoderamento da mulher numa sociedade em desenvolvimento, foi

possível compreender as particularidades sobre o empoderamento e a busca por igualdade entre gêneros.

Neste capítulo retratar-se-ão as “fotografias” da realidade sob o âmbito da participação econômica, da oportunidade econômica; da participação política e sob o viés do avanço educacional da mulher trabalhadora na Região Metropolitana de Salvador.

Um importante caminho para aprofundar sobre as discussões que interessam ao desenvolvimento regional está na igualdade entre os gêneros. Conhecer o cenário quantitativo de homens e mulheres das regiões selecionadas, constitui no primeiro passo para contextualizar o empoderamento mulher.

Para esta análise conhecer sobre como evoluiu a População em Idade Ativa (PIA) e a População Economicamente Ativa (PEA), no âmbito: Brasil, Região Nordeste, Bahia e Região Metropolitana de Salvador (RMS), entre o ano 2000 e 2010 foi essencial para ter a dimensão do peso que o contingente feminino possui sobre essas regiões.

Com este estudo foi possível constatar que o número de pessoas em idade ativa (com idade superior a 10 anos) na RMS saiu de 2.485.733 em 2000 para 3.083.580 em 2010.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, entre os anos 2000 e 2010, os setores produtivos da RMS contou com um acréscimo de aproximadamente 24,8% no número de pessoas ao considerar a população economicamente ativa, e 22,8% no número de pessoas para a população economicamente inativa. A diferença entre a população economicamente ativa e o contingente de pessoas desempregadas e as que não estavam procurando emprego (inativos no mercado de trabalho) no ano 2010 foi superior para aqueles economicamente ativos em 679.926 pessoas. No âmbito nacional, a variação entre a população economicamente ativa e a população economicamente inativa seguiu num comportamento semelhante ao ocorrido na Região Metropolitana de Salvador, entretanto a variação entre os anos 2000 e 2010, quando observada a participação da população economicamente inativa no estado da Bahia foi menor do que o apresentado na RMS.

Tabela 1 - Taxa de participação, população em idade ativa, economicamente ativa e inativa - Brasil, Nordeste, Bahia e Região Metropolitana de Salvador - 2000/2010

Nível Geográfico	População em Idade Ativa						Taxa de Participação		Var. % 2000/2010
	Total		Economicamente Ativa		Economicamente Inativa		2000	2010	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010			
Brasil	55.873.008	161.981.299	32.801.114	93.504.659	23.071.894	68.476.640	58,7%	57,7%	-1,67
Nordeste	37.565.737	44.217.039	19.477.471	23.106.950	18.088.266	21.110.089	51,8%	52,3%	0,79
Bahia	10.389.119	11.764.109	5.613.079	6.555.397	4.776.040	5.208.712	54,0%	55,7%	3,14
RMS	2.485.733	3.083.580	1.507.059	1.881.733	978.674	1.201.847	60,6%	61,0%	0,65

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Dados da Amostra do Censo Demográfico, 2000/2010.

De acordo com a Tabela 2, a seguir, no Brasil a taxa geométrica de crescimento da população economicamente ativa entre 2003 e 2013, foi de 1,46% enquanto que na RMS a mesma taxa foi de 2,12%. A Região Nordeste e o estado da Bahia registraram taxas geométricas de crescimento no período analisado de 0,89% e 0,88%, respectivamente.

Em 2013 foram mais 417.281 pessoas incorporadas como população economicamente ativa para a RMS, o que vale dizer que esta região proporcionalmente apresentou um crescimento da população ativa muito superior ao ocorrido no Brasil, Nordeste e comparativamente ao próprio estado da Bahia.

O número absoluto de homens, no Brasil, em 2003 era de 86.517.447 e em 2013 foi de 97.894.193, portanto, com um crescimento de 11.376.746. Já a população de mulheres no Brasil, saiu de 90.842.902 em 2003, para 103.572.891 em 2013, com um salto de 12.729.989 em dez anos. A RMS registrou em 2003 uma população de homens de 1.641.713, e em 2013 cresceu 186.849, com alcance de 1.828.562.

Tabela 2 - Evolução da população economicamente ativa e sua taxa de crescimento anual - Brasil, Nordeste, Bahia e Região Metropolitana de Salvador - 2003-2013

Nível Geográfico	Ano										Taxa de Crescimento ¹	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	Geométrica	Exponencial
Brasil	89.484.712	93.563.787	96.682.046	97.859.793	98.899.175	100.586.293	102.280.873	101.585.653	102.463.061	103.401.464	1,456	1,446
Nordeste	24.436.845	25.103.833	25.985.862	26.010.636	26.196.798	26.616.940	26.780.646	26.149.041	26.398.779	26.718.520	0,897	0,893
Bahia	6.900.643	7.166.658	7.336.350	7.291.617	7.337.588	7.664.803	7.792.454	7.602.476	7.415.796	7.530.393	0,877	0,873
RMS	1.785.589	1.919.533	1.934.455	1.950.267	1.995.583	2.066.095	2.168.224	2.157.209	2.138.342	2.202.870	2,122	2,100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2003-2013.

(1) Taxa de crescimento anual, via método geométrico e exponencial.

O número absoluto de homens, no Brasil, em 2003 era de 86.517.447 e em 2013 foi de 97.894.193, portanto, com um crescimento de 11.376.746. Já a população de mulheres no Brasil, saiu de 90.842.902 em 2003, para 103.572.891 em 2013, com um salto de

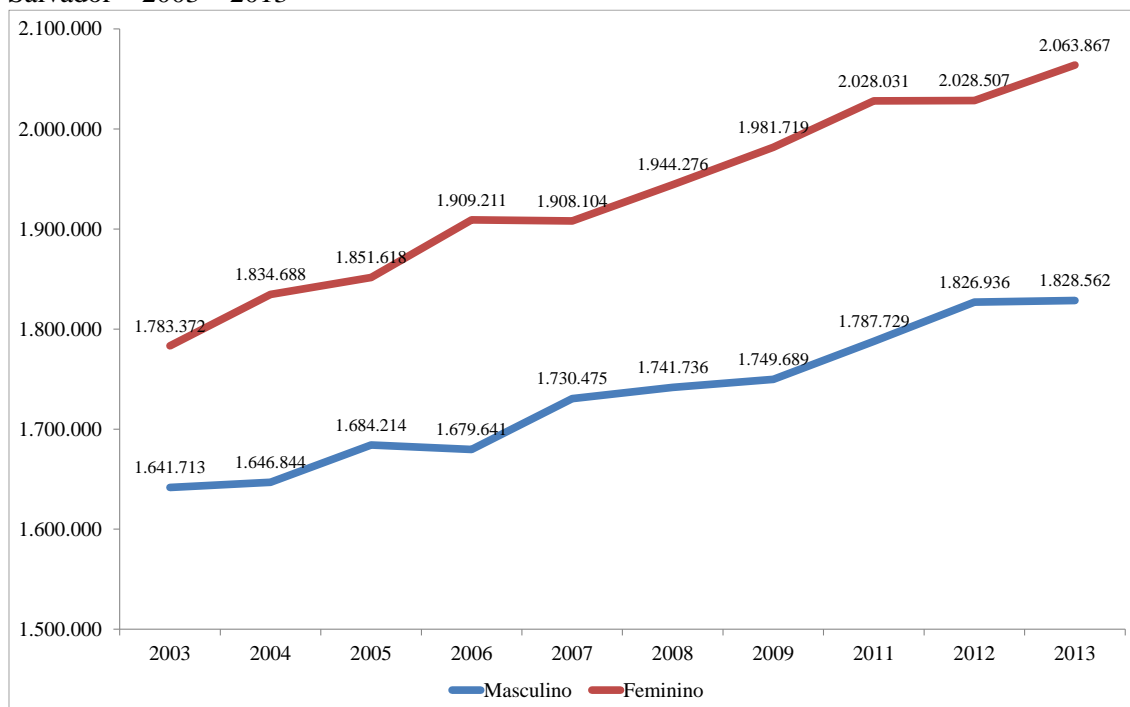
12.729.989 em dez anos. A RMS registrou em 2003 uma população de homens de 1.641.713, e em 2013 cresceu 186.849, com alcance de 1.828.562.

O cenário da RMS, em 2003 apontou para 1.783.372 mulheres, com crescimento de 280.495, alcançando 2.063.867 no ano 2013. No período analisado a diferença ao considerar o gênero, foi de 93.646 mulheres a mais que os homens, conforme apresentado no Gráfico 1. Neste ponto, tanto no âmbito nacional quanto na RMS o crescimento do número de mulheres na população de modo geral, foi superior ao crescimento no número de homens.

No Brasil, a diferença na distribuição da população de homens e mulheres, em 2003 e 2013, não atingiu 3 pontos percentuais, e a Região Nordeste não apresentou um cenário tão distante do cenário nacional, entretanto em 2013 a distribuição relativa de mulheres foi 3,18 pontos percentuais acima da distribuição dos homens.

O estado da Bahia o número de mulheres na distribuição da população teve evolução ao longo de 2003 a 2013, e a RMS foi a área geográfica que apresentou um cenário com maior percentual de mulheres na população. Para esta região, em 2003 a diferença entre os percentuais de distribuição relativa entre homens e mulheres foi de 4,14 pontos percentuais e passou em 2013 para 6,04 pontos percentuais, confirmando que a RMS possui uma população composta por maior número de mulheres do que de homens, conforme pode ser observado detalhadamente no Anexo A.

Gráfico 1 - Evolução absoluta da população, segundo o sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2003 – 2013



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2003-2013.

4.2 PANORAMA DA PRESENÇA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO E NA POLÍTICA NO CONTEXTO DA RMS: AVANÇOU-SE NA DIREÇÃO DO EMPODERAMENTO?

Aqui discute-se que a situação econômica da mulher está relacionada à sua participação no mercado de trabalho, e que esta cria melhores condições nas relações de equidade na sociedade. Averiguar se há empoderamento feminino a partir das condições socioeconômicas, e como estas implicam na qualificação de resultados sobre o nível de desenvolvimento regional é de extrema relevância para estudos relacionados a igualdade e desenvolvimento sustentável.

Para este estudo foi importante averiguar o empoderamento feminino, no que tange o econômico, a partir da participação da mulher no mercado de trabalho, relacionando dados de ocupação e emprego comparativamente aos dados de desocupação e desemprego da RMS, entre 2003 e 2013.

4.2.1 Cenário da ocupação do mercado de trabalho na RMS entre 2003 e 2013

A seguir são apresentados os dados relacionados a ocupação de homens e mulheres na RMS, entre 2003 e 2013.

Uma perspectiva importante a ser considerada na ocupação são os atributos pessoais, uma vez que exterioriza o retrato sob aspectos significativos de uma determinada população. Ao observar a Tabela 3, foi verificado que quando se tratou da idade a ocupação das mulheres teve a maior concentração na faixa etária de 25 a 39 anos, ocasião que a mulher está em pleno período reprodutivo. Das mulheres ocupadas a maioria é negra e são cônjuges, e 25% são chefes de família e quase 24% com filhos em 2013, quadro que não era diferente em 2003.

Tabela 3 - Distribuição das mulheres ocupadas, segundo atributos pessoais, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013

Período	Distribuição dos Ocupados (%)												
	Total	Faixa Etária						Posição na Família				Raça/Cor	
		10 a 15 Anos	16 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos	60 Anos e Mais	Chefes	Cônjuge	Filhos	Demais	Negros	Não-Negros
2003	100,0	(1)	19,7	43,5	22,6	10,2	3,2	25,0	38,8	23,9	12,3	86,2	13,8
2004	100,0	(1)	19,0	43,3	22,8	11,0	3,2	25,4	38,4	23,6	12,7	85,4	14,6
2005	100,0	(1)	19,3	43,1	22,8	11,2	2,9	24,6	39,6	24,3	11,5	85,5	14,5
2006	100,0	(1)	17,9	44,0	22,7	11,9	3,1	24,9	39,9	24,8	10,4	85,8	14,2
2007	100,0	(1)	17,1	43,4	23,4	12,3	3,5	25,8	40,0	23,7	10,5	85,2	14,8
2008	100,0	(1)	16,0	44,4	22,7	13,0	3,6	26,8	38,0	25,1	10,1	83,9	16,1
2009	100,0	(1)	15,0	44,2	23,7	13,6	3,3	26,9	38,4	25,8	9,0	85,2	14,8
2010	100,0	(1)	14,3	45,4	23,4	13,4	3,3	26,6	38,9	25,1	9,3	86,0	14,0
2011	100,0	(1)	14,2	44,9	23,1	14,1	3,5	26,9	40,4	25,1	7,6	88,0	12,0
2012	100,0	(1)	14,1	44,7	24,0	13,7	3,4	26,9	44,0	22,4	6,7	89,5	10,5
2013	100,0	(1)	13,6	45,6	23,5	13,9	3,4	25,6	44,5	23,5	6,4	90,9	9,1

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Na distribuição dos homens ocupados, segundo atributos pessoais, a concentração maior está também na faixa etária de 25 a 39 anos, a maior parte são chefes de famílias e negros, em menor número declararam-se cônjuges, de acordo com dados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Distribuição dos homens ocupados, segundo atributos pessoais, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013

Período	Distribuição dos Ocupados (%)												
	Total	Faixa Etária						Posição na Família				Raça/Cor	
		10 a 15 Anos	16 a 24 Anos	25 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos	60 Anos e Mais	Chefes	Cônjuge	Filhos	Demais	Negros	Não-Negros
2003	100,0	1,2	20,7	42,3	20,8	11,0	4,0	64,6	2,4	24,6	8,4	85,4	14,6
2004	100,0	1,1	21,4	42,4	20,7	10,5	3,8	63,0	2,7	25,8	8,5	85,6	14,4
2005	100,0	(1)	20,1	43,3	20,8	11,3	3,8	64,9	1,9	25,6	7,6	85,4	14,6
2006	100,0	(1)	19,1	43,2	21,1	11,8	4,0	65,6	1,6	25,3	7,5	85,9	14,1
2007	100,0	(1)	18,5	43,7	20,7	12,3	4,1	65,3	2,1	24,7	7,8	85,9	14,1
2008	100,0	(1)	17,5	42,3	21,3	13,3	4,7	63,3	3,6	25,6	7,5	84,9	15,1
2009	100,0	(1)	16,5	43,2	21,8	13,5	4,4	63,1	3,7	25,5	7,6	86,5	13,5
2010	100,0	(1)	16,1	43,4	21,8	13,3	5,0	64,3	3,4	24,7	7,7	87,2	12,8
2011	100,0	(1)	15,1	43,5	22,2	13,8	5,1	66,4	3,2	23,2	7,1	88,7	11,3
2012	100,0	(1)	15,7	43,0	22,6	13,7	4,5	68,2	2,4	23,2	6,2	90,4	9,6
2013	100,0	(1)	14,8	42,4	23,1	14,3	5,0	70,7	1,4	21,8	6,1	91,4	8,6

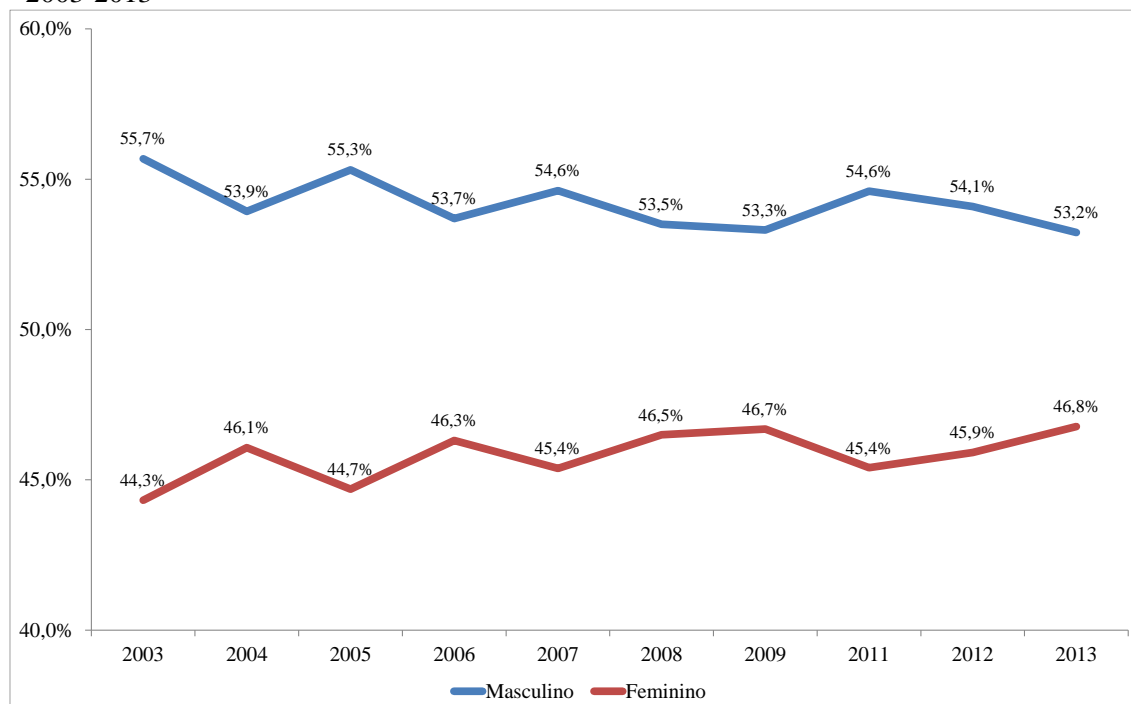
Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Frente a essa realidade, em 2003, ao observar a população ocupada segundo o sexo, cerca de 55,7% eram homens e 44,3% eram mulheres, e no ano 2013 caracterizando uma involução no percentual de homens ocupados passou para 53,2%, enquanto que as mulheres evoluíram para 46,8%. Entretanto, ainda assim, as mulheres na RMS continuaram com percentuais abaixo quando tratou-se da população ocupada, conforme é possível averiguar com maior clareza no Gráfico 2.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 2, o ano que apresentou o maior percentual de ocupação para as mulheres foi 2013 com 46,8% de ocupação, e para os homens em 2003 com 53,7% de ocupação.

Gráfico 2 - Evolução relativa dos ocupados, segundo o sexo - Região Metropolitana de Salvador - 2003-2013



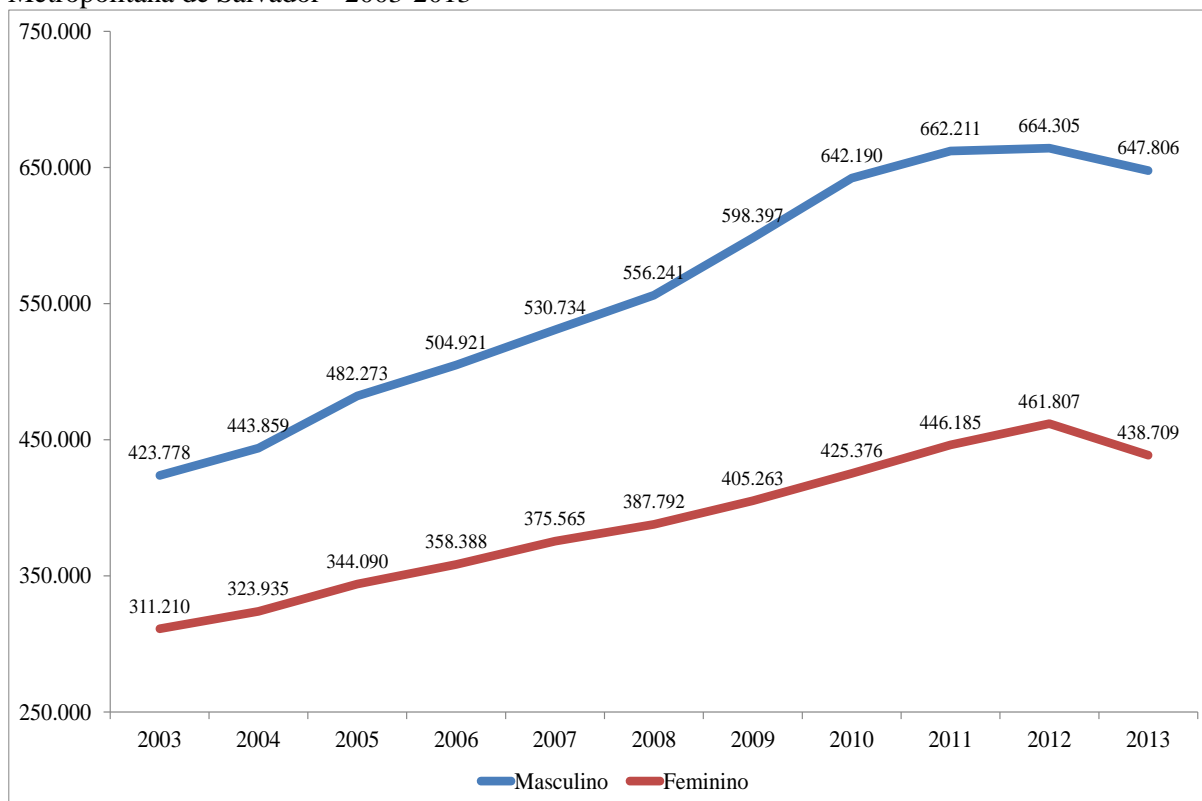
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2003-2013.

De acordo com o Gráfico 3, o estoque de emprego formal por sexo, em números absolutos na RMS manteve-se em crescimento para homens e mulheres até 2012 quando então ocorreu um declínio. Para as mulheres, entre 2012 e 2013 a queda no estoque de emprego formal foi de 5% e para os homens 2,5%.

Importante destacar que embora a RMS seja composta por uma população em sua maior parte de mulheres, o estoque de emprego formal para homens foi sempre superior ao estoque de emprego formal para as mulheres em todos os anos do período analisado.

Vale a pena reforçar que o estoque de emprego formal representa a parcela de empregos que estão garantidos pela contratação de carteira assinada, portanto, espera-se um maior número desses indicadores pois são eles que “referenciam” ou balizam, de certo modo, a qualidade dos postos de trabalho no mercado de trabalho.

Gráfico 3 - Evolução absoluta do estoque de emprego formal, segundo o sexo - Região Metropolitana de Salvador - 2003-2013



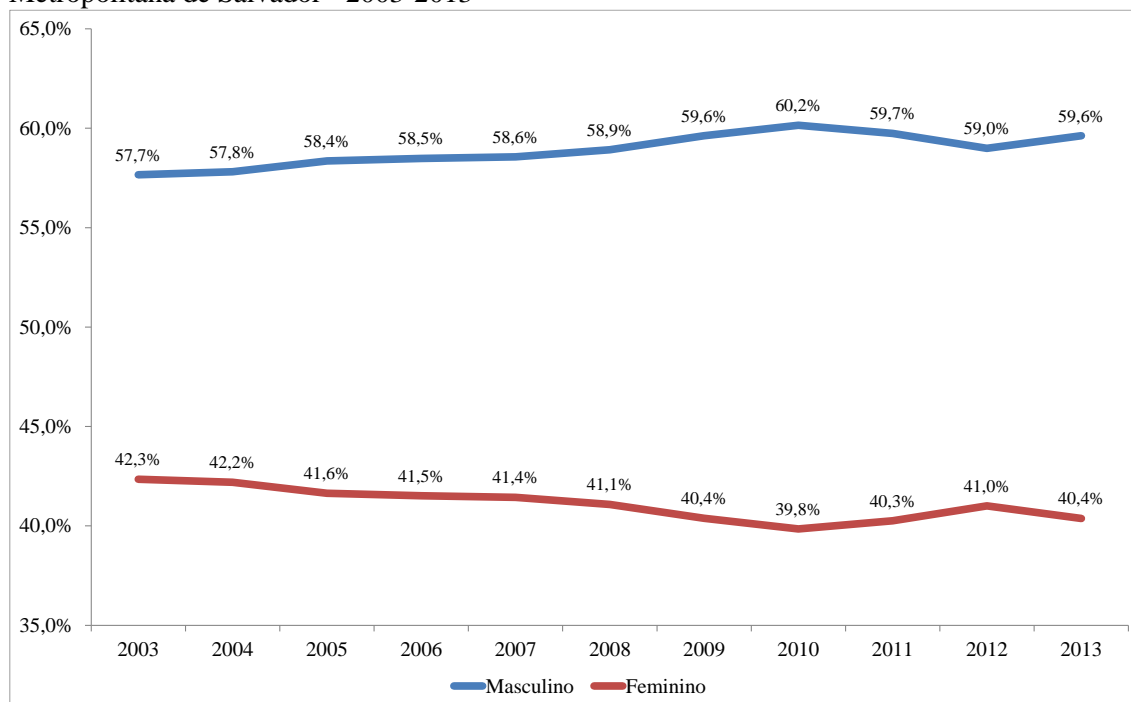
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2003-2013.

No Gráfico 4, em todos os anos do período analisado de 2003 a 2013, o estoque de emprego formal para mulheres teve percentuais inferiores aos percentuais de estoque de emprego formal para os homens.

O ano que apresentou pior desempenho para as mulheres foi em 2010 com 39,8%, situação contrária para os homens que apresentou o melhor percentual com 60,2%.

Outro fato relevante é que as mulheres terminam o período com a situação de estoque de emprego formal em 2013 pior que em 2003, visto que em 2003 o percentual era de 42,3% e em 2013 passou para 40,4%, revelando-se uma situação mais crítica para a mulher na RMS quando o assunto é emprego formal.

Gráfico 4 - Evolução relativa do estoque de emprego formal, segundo o sexo - Região Metropolitana de Salvador - 2003-2013



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2003-2013.

Nos dados apresentados na Tabela 5, a seguir, foi possível acompanhar a “Evolução absoluta do número de admissões, segundo o sexo, por tipo de admissão, entre 2004 – 2013”. Em todos os anos analisados para a admissão por primeiro emprego, o número de homens admitidos foi sempre superior ao número de admissões de mulheres. Este comportamento repetiu-se para admissão por reemprego para o qual demonstrou maior facilidade para os homens o reemprego do que para as mulheres.

O percentual de admissões por primeiro emprego do sexo masculino em 2003 foi de 57,9% e em 2013 passou para 55,1%. Já esse mesmo tipo de admissão para o sexo feminino em 2003 era 42,1% e passou para 44,9% em 2013. O tipo de admissão por reemprego entre 2003 e 2013 para os homens ocorreu uma redução relativa, enquanto que para as mulheres ocorreu um aumento relativo, mas em termos absolutos as mulheres continuaram atrás dos homens. Já o tipo de admissão por contrato de trabalho por prazo determinado, entre 2007 e 2013, não ocorreu significativas mudanças para nenhum dos sexos.

Tabela 6 - Evolução absoluta do número de admissões, segundo o sexo, por tipo de admissão - Região Metropolitana de Salvador - 2004-2013

Tipo de Admissão	Ano									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Admissão por Primeiro Emprego	32.744	38.831	36.352	38.080	45.043	43.400	50.575	55.197	48.316	48.238
<i>Masculino</i>	18.944	23.197	21.990	22.242	25.946	25.199	29.147	31.434	26.962	26.597
<i>Feminino</i>	13.800	15.634	14.362	15.838	19.097	18.201	21.428	23.763	21.354	21.641
Admissão por Reemprego	156.639	185.662	188.593	207.261	250.518	268.173	331.911	346.460	340.793	341.131
<i>Masculino</i>	112.422	132.800	137.723	150.349	183.297	196.038	250.859	251.293	241.105	236.351
<i>Feminino</i>	44.217	52.862	50.870	56.912	67.221	72.135	81.052	95.167	99.688	104.780
Admissão por Reintegração	0	0	0	302	226	275	206	207	538	308
<i>Masculino</i>	0	0	0	230	148	150	148	133	440	188
<i>Feminino</i>	0	0	0	72	78	125	58	74	98	120
Contrato Trabalho Prazo Determinado	0	0	0	7.906	8.581	7.170	10.374	9.403	7.937	10.494
<i>Masculino</i>	0	0	0	5.240	4.921	4.219	6.988	5.625	5.014	6.983
<i>Feminino</i>	0	0	0	2.666	3.660	2.951	3.386	3.778	2.923	3.511
Total	189.383	224.493	224.945	253.549	304.368	319.018	393.066	411.267	397.584	400.171
<i>Masculino</i>	131.366	155.997	159.713	178.061	214.312	225.606	287.142	288.485	273.521	270.119
<i>Feminino</i>	58.017	68.496	65.232	75.488	90.056	93.412	105.924	122.782	124.063	130.052

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2004-2013.

Contudo, para os contratos de trabalho com prazo determinado o volume para os homens ainda é muito superior ao volume das mulheres. O mesmo ocorre por admissão por reintegração.

Em 2003 a diferença entre homens e mulheres para o primeiro emprego estava próximo a 5.000 em número de admissões a mais para os homens, e em 2013 essa diferença mantêm-se positiva para os homens praticamente com a mesma diferença

Ao longo de 2003 e 2013, ocorreu aumento nos percentuais das mulheres ocupadas com ensino médio completo e ensino superior completo. O inverso aconteceu com as mulheres ocupadas com escolaridade de ensino fundamental completo, fundamental incompleto e analfabetas. Das mulheres ocupadas com ensino médio completo entre 2003 e 2013 houve um aumento de 10.3 pontos percentuais, enquanto que com ensino superior completo foi de 1.6 pontos percentuais, de acordo com a Tabela 7.

Tabela 7 - Distribuição das mulheres ocupadas, segundo nível de instrução, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013

Período	Distribuição dos Ocupados (%)					
	Total	Nível de Instrução				
		Analfabeto	Ensino Fundamental Incompleto (1)	Ensino Fundamental Completo (2)	Ensino Médio Completo (3)	Ensino Superior Completo
2003	100,0	3,2	26,5	14,5	42,7	13,0
2004	100,0	2,9	24,6	15,0	43,3	14,2
2005	100,0	2,5	23,3	15,0	45,7	13,6
2006	100,0	2,5	21,5	14,7	46,6	14,7
2007	100,0	2,1	20,3	13,8	48,8	15,0
2008	100,0	1,9	19,0	13,2	50,3	15,6
2009	100,0	1,5	17,5	12,2	51,6	17,2
2010	100,0	(4)	16,4	12,2	51,9	18,4
2011	100,0	(4)	17,4	13,4	52,0	16,0
2012	100,0	1,3	18,4	14,3	51,9	14,1
2013	100,0	1,4	16,7	14,2	53,0	14,6

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Inclui alfabetizados sem escolarização.

(2) Inclui Ensino Médio Incompleto.

(3) Inclui Ensino Superior Incompleto.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Na Tabela 8 foi possível averiguar que o cenário para a distribuição dos homens ocupados segundo nível de instrução, na RMS, entre 2003 e 2013 não foi muito diferente daquele observado para as mulheres. A concentração maior de homens ocupados esteve com aqueles de ensino médio completo, e cresceu ao longo do período analisado.

Diferente da ocupação feminina que havia um equilíbrio entre aquelas com ensino fundamental completo e superior completo, a ocupação masculina concentrou-se mais junto aqueles com ensino fundamental completo do que no ensino superior completo.

De que forma as mulheres estão ocupando o mercado de trabalho perspectiva importante para o empoderamento feminino, sobretudo porque tais circunstâncias determinam a qualidade da sua participação no mercado de trabalho. As Tabelas 6 e 7, apresentam a distribuição das mulheres e dos homens ocupados, segundo posição na ocupação, na RMS, entre 2003 e 2013.

Verificou-se equilíbrio na evolução do número de ocupados assalariados com carteira assinada para homens e mulheres com uma diferença em cerca de 15 pontos percentuais para ambos os sexos no período selecionado. Contudo, o número de homens ocupados com carteira assinada ainda é superior ao número de mulheres ocupadas com carteira assinada.

Tabela 8 - Distribuição dos homens ocupados, segundo nível de instrução, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013

Período	Distribuição dos Ocupados (%)					
	Total	Nível de Instrução				
		Analfabeto	Ensino Fundamental Incompleto (1)	Ensino Fundamental Completo (2)	Ensino Médio Completo (3)	Ensino Superior Completo
2003	100,0	2,8	31,9	19,1	36,6	9,5
2004	100,0	2,2	29,6	19,3	38,6	10,3
2005	100,0	2,2	29,0	18,6	40,2	10,0
2006	100,0	2,5	27,9	18,2	41,5	10,0
2007	100,0	1,9	25,8	18,5	44,1	9,7
2008	100,0	2,0	25,2	16,9	45,4	10,5
2009	100,0	1,6	24,0	16,5	47,1	10,8
2010	100,0	1,5	23,0	15,8	48,2	11,5
2011	100,0	1,6	25,1	17,7	45,8	9,7
2012	100,0	1,4	25,2	18,4	46,7	8,3
2013	100,0	1,5	22,8	19,5	47,2	9,0

Fonte: PED-RMS – Convênio SEL, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Inclui alfabetizados sem escolarização.

(2) Inclui Ensino Médio Incompleto.

(3) Inclui Ensino Superior Incompleto.

Na distribuição de ocupados sem carteira assinada, as mulheres reduziram 1.8 pontos percentuais, enquanto que os homens ocupados sem carteira assinada tiveram uma redução maior de 5.7 pontos percentuais neste mesmo período. No setor público no que tange a ocupação as mulheres são maioria, entretanto, neste período ocorreu uma redução maior no número de mulheres no setor público do que no número de homens.

Enquanto que o número de ocupados com carteira assinada aumentou ao longo desse período, o número de ocupados de homens e mulheres, autônomos, diminuiu. Para as mulheres a redução foi de 3.1 pontos percentuais e para os homens a redução foi de 2.9 pontos percentuais. Relacionado aos empregados domésticos a concentração continua sendo para as mulheres com quase nenhuma participação de homens nesta posição.

Tabela 9 - Distribuição das mulheres ocupadas, segundo posição na ocupação, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013

Período	Distribuição dos Ocupados (%)										
	Total	Assalariados (1)					Autônomos	Empregados Domésticos			Demais (3)
		Total	Setor Privado		Setor Público (2)	Total		Mensalista	Diarista		
			Total	Com Carteira Assinada						Sem Carteira Assinada	
2003	100,0	54,0	37,4	27,6	9,8	16,5	20,8	20,2	17,5	2,7	5,0
2004	100,0	52,6	36,5	26,4	10,2	16,0	22,4	19,4	17,0	2,4	5,6
2005	100,0	55,3	39,7	29,5	10,2	15,6	20,4	19,3	16,9	2,4	5,0
2006	100,0	56,1	40,0	30,0	10,0	16,1	19,9	19,0	16,5	2,5	5,0
2007	100,0	57,5	41,2	31,7	9,6	16,3	19,7	17,6	15,1	2,5	5,2
2008	100,0	58,8	42,0	32,4	9,6	16,7	19,7	16,7	13,9	2,8	4,8
2009	100,0	60,7	43,7	35,0	8,7	16,9	19,7	15,8	12,6	3,2	3,8
2010	100,0	62,2	45,6	37,1	8,5	16,6	18,1	15,1	11,8	3,3	4,6
2011	100,0	60,6	46,6	38,8	7,8	13,9	18,9	17,1	13,4	3,6	3,4
2012	100,0	60,3	48,2	40,2	8,0	12,1	19,0	17,3	13,4	3,9	3,4
2013	100,0	62,0	51,1	43,1	8,0	10,9	17,7	16,9	13,7	3,2	3,4

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas (Governos Municipal, Estadual, Federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc).

(3) Inclui empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

Enquanto que o número de ocupados com carteira assinada aumentou ao longo desse período, o número de ocupados de homens e mulheres, autônomos, diminuiu. Para as mulheres a redução foi de 3.1 pontos percentuais e para os homens a redução foi de 2.9 pontos percentuais. Relacionado aos empregados domésticos a concentração continua sendo para as mulheres com quase nenhuma participação de homens nesta posição.

A jornada média semanal dos ocupados, no trabalho principal, tanto para homens quanto para mulheres, entre 2003 e 2013, na RMS manteve-se estável. No total a média apresentou uma redução de 1 hora, visto que em 2003 eram de 42 horas e em 2013 passou para 41 horas a média semanal.

Para as mulheres a jornada média semanal em 2003 eram 39 horas semanais, ocorreu um pequeno aumento em 2005 para 40 horas semanais, mas em seguida retornou para 39 horas até 2013. O comportamento dos homens não esteve muito distante já que também houve redução na média semanal da jornada dos ocupados, entretanto, em 2003 os homens trabalharam em média 45 horas semanais e em 2013 passou a trabalhar em média 43 horas semanais.

Tabela 10 - Distribuição dos homens ocupados, segundo posição na ocupação, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013

Período	Distribuição dos Ocupados (%)										
	Total	Assalariados (1)					Autônomos	Empregados Domésticos			Demais (3)
		Total	Setor Privado		Setor Público (2)	Total		Mensalista	Diarista		
			Total	Com Carteira Assinada						Sem Carteira Assinada	
2003	100,0	66,5	55,0	41,7	13,3	11,5	24,9	1,2	1,2	(4)	7,4
2004	100,0	66,3	54,3	41,4	12,9	11,9	24,5	1,3	1,2	(4)	7,9
2005	100,0	67,3	55,7	43,1	12,6	11,6	24,8	1,0	1,0	(4)	6,9
2006	100,0	68,6	56,8	44,4	12,4	11,7	23,4	1,0	(4)	(4)	7,0
2007	100,0	69,8	58,5	47,2	11,3	11,2	22,3	1,0	1,0	(4)	6,9
2008	100,0	68,5	56,9	46,2	10,8	11,5	24,2	(4)	(4)	(4)	6,6
2009	100,0	69,8	57,7	47,7	9,9	12,0	23,9	(4)	(4)	(4)	5,5
2010	100,0	71,2	59,5	50,5	9,0	11,6	22,2	(4)	(4)	(4)	5,9
2011	100,0	72,1	62,4	54,1	8,3	9,7	22,5	(4)	(4)	(4)	4,7
2012	100,0	73,4	64,8	56,4	8,5	8,5	21,7	(4)	(4)	(4)	4,1
2013	100,0	72,8	64,4	56,8	7,6	8,4	22,0	(4)	(4)	(4)	4,7

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas (Governos Municipal, Estadual, Federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc).

(3) Inclui empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 11 - Jornada média semanal dos ocupados, no trabalho principal, segundo sexo, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013

Período	(em horas)		
	Jornada Média Semanal		
	Total	Mulheres	Homens
2003	42	39	45
2004	42	39	45
2005	43	40	45
2006	42	39	45
2007	42	39	45
2008	42	39	44
2009	42	39	44
2010	42	39	44
2011	42	39	44
2012	42	39	44
2013	41	39	43

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

Nota: Exclui os ocupados que não trabalharam na semana.

Em razão das jornadas médias semanais diferenciadas entre homens e mulheres, foi importante analisar o rendimento médio real de modo a averiguar se por causa dessas diferenças houve impacto econômico.

Tabela 12 - Rendimento médio real das mulheres ocupadas, assalariadas e autônomas no trabalho principal, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013

Período	Rendimento Médio Real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)
2003	949	81,8	1.274	90,9	515	70,8
2004	986	85,0	1.314	93,8	525	72,2
2005	976	84,1	1.274	90,9	530	72,9
2006	1.003	86,5	1.284	91,6	590	81,2
2007	1.071	92,3	1.360	97,1	567	78,0
2008	1.162	100,2	1.448	103,4	639	87,9
2009	1.187	102,3	1.467	104,7	722	99,3
2010	1.267	109,2	1.507	107,6	770	105,9
2011	1.160	100,0	1.401	100,0	727	100,0
2012	1.134	97,8	1.365	97,4	726	99,9
2013	1.121	96,6	1.327	94,7	744	102,3

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Excluemos assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. (2) Excluemos assalariados que não tiveram remuneração no mês. (3) Inflator utilizado - IPC - SEI.

Valores em reais de novembro de 2015. (4) Base: média de 2011 = 100.

Tabela 13 - Rendimento médio real dos homens ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013

Período	Rendimento Médio Real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)
2003	1.418	91,0	1.413	89,1	963	80,8
2004	1.441	92,4	1.478	93,2	929	77,9
2005	1.455	93,3	1.508	95,1	946	79,4
2006	1.433	91,9	1.484	93,6	927	77,8
2007	1.474	94,5	1.475	93,1	1.065	89,3
2008	1.623	104,1	1.652	104,2	1.200	100,7
2009	1.624	104,2	1.643	103,7	1.231	103,3
2010	1.678	107,6	1.689	106,6	1.245	104,4
2011	1.559	100,0	1.585	100,0	1.192	100,0
2012	1.483	95,1	1.502	94,8	1.187	99,6
2013	1.559	100,0	1.564	98,7	1.275	107,0

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Excluemos assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. (2) Excluemos assalariados que não tiveram remuneração no mês. (3) Inflator utilizado - IPC - SEI.

Valores em reais de novembro de 2015. (4) Base: média de 2011 = 100.

O rendimento médio real de mulheres assalariadas saiu de R\$ 1.274,00 em 2003 para R\$ 1.327,00 em 2013, ou seja, um acréscimo de 4,16% no período, conforme apresentado na Tabela 13. Já o rendimento médio real para os homens ocupados

assalariados saiu de R\$ 1.413,00 em 2003 para R\$ 1.564,00 em 2013, um acréscimo de 10,7%.

Comportamento contrário ocorreu com o rendimento médio real de ocupados autônomos, visto que as mulheres tiveram um aumento de 44,4% entre 2003 e 2013, e os homens apresentaram um aumento de 34,7%, neste mesmo período. Posto isto, na evolução do rendimento médio real no período analisado para ocupados apresentou um crescimento mais representativo para as mulheres do que para os homens, contudo os homens apresentaram um rendimento médio real 71,4% superior ao feminino em 2013.

4.2.1.1 Uma breve reflexão da ocupação e sobre a evolução escolaridade

O estoque do emprego formal quando considerado o universo de analfabetos, para homens e mulheres, nesse período, ocorreu uma regressão. No ano 2003 o estoque formal de empregos tinha 2.468 homens analfabetos empregados formalmente, enquanto para as mulheres registrou-se 592.

Entre 2003 e 2013 ocorreu uma regressão significativa no estoque de emprego formal para pessoas com o grau de escolaridade entre analfabeto, ensino fundamental incompleto e ensino fundamental completo. Tanto para homens quanto para mulheres, nestes três graus de escolaridade o estoque de emprego formal ao longo dos 10 anos foi apresentando significativa redução, sendo que para a categoria de “analfabetos” a regressão de estoque de emprego formal para as mulheres sofreu uma redução superior a 70%, enquanto que para os homens essa redução ficou por volta de 38%.

No ano 2013 eram 1.521 homens analfabetos trabalhando formalmente na RMS para 149 mulheres formalmente empregadas com grau de escolaridade analfabetas. Neste sentido, contrário a este movimento, o estoque formal de empregos para o grau de escolaridade a partir do Ensino Médio Incompleto para homens e mulheres passa a sofrer uma evolução representativa, sendo que o emprego formal para pessoas com ensino médio completo foi o que apresentou ao longo desse período a maior evolução. Para a parcela com ensino médio incompleto e médio completo, o percentual de estoque de emprego formal masculino foi superior ao estoque de emprego formal feminino.

Tabela 14 - Evolução absoluta do estoque de emprego formal, segundo o sexo, por escolaridade
— Região Metropolitana de Salvador — 2003-2013

Escolaridade	Ano										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Analfabeto	3.060	2.767	2.717	2.832	2.756	2.431	2.453	2.806	1.704	1.699	1.670
<i>Masculino</i>	2.468	2.201	2.120	2.317	2.336	2.081	2.152	2.457	1.523	1.551	1.521
<i>Feminino</i>	592	566	597	515	420	350	301	349	181	148	149
Ensino Fundamental Incompleto	120.247	113.332	113.513	106.516	104.160	96.886	106.583	106.938	97.749	89.341	83.690
<i>Masculino</i>	90.635	84.296	86.078	81.968	81.998	78.778	86.261	89.419	80.699	73.905	69.661
<i>Feminino</i>	29.612	29.036	27.435	24.548	22.162	18.108	20.322	17.519	17.050	15.436	14.029
Ensino Fundamental Completo	91.127	84.553	84.593	82.929	81.776	79.115	82.400	82.214	80.766	75.948	69.726
<i>Masculino</i>	67.934	63.464	63.539	63.150	61.865	61.603	64.205	64.636	64.060	59.436	54.556
<i>Feminino</i>	23.193	21.089	21.054	19.779	19.911	17.512	18.195	17.578	16.706	16.512	15.170
Ensino Médio Incompleto	45.351	55.301	59.486	68.013	65.209	64.584	63.852	66.309	68.201	67.826	63.542
<i>Masculino</i>	32.766	40.045	43.557	47.681	47.077	47.209	47.631	49.482	49.816	49.405	46.251
<i>Feminino</i>	12.585	15.256	15.929	20.332	18.132	17.375	16.221	16.827	18.385	18.421	17.291
Ensino Médio Completo	308.337	335.251	376.948	414.927	458.809	495.122	530.053	581.518	622.816	647.175	635.351
<i>Masculino</i>	166.208	185.854	212.508	231.864	256.912	281.152	307.436	340.731	365.609	376.858	374.714
<i>Feminino</i>	142.129	149.397	164.440	183.063	201.897	213.970	222.617	240.787	257.207	270.317	260.637
Ensino Superior Incompleto	18.718	23.718	27.309	36.707	38.045	40.962	43.258	43.984	44.374	42.608	36.690
<i>Masculino</i>	9.324	11.628	13.111	17.448	18.050	20.029	21.097	21.667	22.344	21.388	18.638
<i>Feminino</i>	9.394	12.090	14.198	19.259	19.995	20.933	22.161	22.317	22.030	21.220	18.052
Ensino Superior Completo	148.148	152.872	161.797	151.385	155.544	164.933	175.061	183.797	192.786	201.515	195.846
<i>Masculino</i>	54.443	56.371	61.360	60.493	62.496	65.389	69.615	73.798	78.160	81.762	82.465
<i>Feminino</i>	93.705	96.501	100.437	90.892	93.048	99.544	105.446	109.999	114.626	119.753	113.381
Total	734.988	767.794	826.363	863.309	906.299	944.033	1.003.660	1.067.566	1.108.396	1.126.112	1.086.515
<i>Masculino</i>	423.778	443.859	482.273	504.921	530.734	556.241	598.397	642.190	662.211	664.305	647.806
<i>Feminino</i>	311.210	323.935	344.090	358.388	375.565	387.792	405.263	425.376	446.185	461.807	438.709

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2003-2013.

Entre 2010 e 2013, o número de emprego formal masculino, com escolaridade superior incompleta ultrapassa o número de mulheres formalmente empregadas na RMS, entretanto quando se tratou do estoque formal de empregos com ensino superior completo, as mulheres entre 2003 e 2013 mantiveram a liderança em números absolutos.

Em 2003 do total de estoque de emprego formal com ensino superior completo, 63,3% eram de mulheres e 36,7% de homens, ou seja, uma diferença de 26,5 pontos percentuais. Ao longo dos dez anos essas diferenças foram reduzindo e em 2013 chegou a 15,8 pontos percentuais. Assim do total de estoque de emprego formal com ensino superior completo em 2013, 57,9% eram mulheres e 42,1% de homens.

4.3 O PAINEL DE DESOCUPAÇÃO E DESEMPREGO PARA A RMS

O desemprego não é mais uma preocupação apenas de países subdesenvolvidos, tornou-se uma questão de grandes nações. A escassez do trabalho atinge a família, o trabalhador e o estado. Entretanto, a pessoa que está na condição de desempregada tem afetado o seu convívio social e a baixa autoestima, condições que afetam a qualidade de vida, mas certamente com grande peso sobre o empoderamento.

Nesta perspectiva que a seguir analisa-se os dados do desemprego para a RMS, entre 2003 e 2013. A Tabela 15 apresenta que a taxa de desemprego aberto para as mulheres de 2003 a 2013 foi superior em todos os anos que a taxa de desemprego aberto dos homens. Em 2003 a taxa de desemprego aberto para as mulheres foi 5 pontos percentuais superior a taxa de desemprego aberto dos homens. Já em 2013 essa diferença cresceu e passou para 7.5 pontos percentuais.

A taxa de desemprego oculto para homens e mulheres manteve-se mais próxima. Em 2003 a taxa foi maior para os homens em 1 ponto percentual, e em 2013, 0.2 pontos percentuais maior para as mulheres.

Tabela 15 - Taxa de desemprego por sexo, segundo tipo de desemprego, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013

Período	Taxa de Desemprego (%)					
	Mulheres			Homens		
	Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
2003	30,1	19,6	10,5	26,1	14,6	11,5
2004	28,0	17,8	10,2	23,2	12,2	11,0
2005	27,8	17,6	10,2	21,3	11,1	10,2
2006	27,0	18,8	8,2	20,4	11,4	9,0
2007	25,3	17,5	7,8	18,4	10,2	8,2
2008	24,1	15,2	8,9	16,5	9,1	7,5
2009	23,2	15,2	8,0	15,9	9,1	6,7
2010	20,5	14,2	6,3	12,9	8,0	4,9
2011	18,6	13,3	5,3	12,2	7,7	4,5
2012	21,2	15,7	5,5	14,5	8,8	5,7
2013	22,3	17,0	5,3	14,6	9,5	5,1

Fonte: PED-RMS – Convênio SEL, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

Das mulheres desempregadas em 2003, 43,2% tinham filhos, 27,1% eram conjuges e 18,8% eram chefes de família. Enquanto que neste mesmo ano dos homens desempregados 40,9% tinham filhos e 17,2% eram chefes de família.

Tabela 16 - Taxa de desemprego por sexo, segundo posição na família, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013

Período	Taxa de Desemprego (%)							
	Mulheres				Homens			
	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros
2003	18,8	27,1	43,2	27,9	17,2	(1)	40,9	33,3
2004	17,8	24,5	40,9	26,8	15,4	(1)	36,2	29,3
2005	17,7	25,1	39,4	26,2	14,0	(1)	33,3	30,1
2006	17,0	23,4	38,4	28,6	13,3	(1)	32,5	28,3
2007	15,0	22,6	36,9	26,6	11,1	(1)	30,9	26,8
2008	15,9	20,7	34,4	26,9	9,8	(1)	28,1	24,3
2009	16,3	20,1	32,4	25,0	10,3	(1)	25,6	22,7
2010	13,8	16,5	30,7	22,5	8,0	(1)	22,8	17,3
2011	13,2	14,4	27,8	23,3	7,3	(1)	22,4	18,1
2012	13,1	17,7	32,7	26,8	9,3	(1)	25,7	20,5
2013	15,8	18,7	31,5	30,8	9,3	(1)	27,1	20,4

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Em 2013 o cenário tem uma configuração bem diferente, das mulheres desempregadas 18,7% são cônjuges, 31,5% tem filhos e 15,8% são chefes de família. Já para os homens desempregados 9,3% são chefes de família e 27,1% declaram ter filho. Nesse quadro ocorreu uma redução de 3 pontos percentuais para o número de mulheres desempregadas chefes de famílias enquanto que para os homens a redução foi de 7,9 pontos percentuais. Mulheres desempregadas com filhos a redução foi de 8,4 pontos percentuais e para os homens a redução foi de 13,8 representando também uma redução maior.

Uma dimensão relevante para análise é o tempo médio de procura de trabalho. A pressão exercida pela população desempregada cria uma tensão no mercado de trabalho com reflexos para importantes para homens e mulheres.

De 2003 a 2013 o tempo médio de procura por trabalho em semanas para as mulheres foi sempre superior ao tempo médio de procura por trabalho em semana para os homens. Um fato que chama a atenção é que entre 2005 e 2010 a diferença entre os sexos foi aumentando a cada ano, e sempre com maior período para as mulheres. Em 2009 as mulheres chegaram a ficar em média 82 semanas a procura de trabalho, enquanto que os homens ficaram 63 semanas, ou seja diferença de 19 semanas, conforme apresentado na Tabela 17 a seguir.

Tabela 17 - Tempo médio de procura de trabalho, segundo sexo, Região Metropolitana de Salvador, 2003-2013

Período	(em semanas)		
	Tempo Médio de Procura		
	Total	Mulheres	Homens
2003	61	63	59
2004	67	69	65
2005	70	73	67
2006	65	69	61
2007	68	73	62
2008	69	74	62
2009	74	82	63
2010	63	69	52
2011	50	57	41
2012	47	54	38
2013	43	48	37

Fonte: PED-RMS – Convênio SEL, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

4.4 A PRESENÇA DAS MULHERES NO CENÁRIO POLÍTICO MUNICIPAL DA RMS 2002 A 2014

O art. 10, §3º, da Lei 9.504/97 garante a reserva de 30% e 70% para cada gênero, relacionado ao número de candidaturas a que os partidos políticos e coligações têm direito. Entretanto, há uma reclamação recorrente por parte de entidades alinhadas na defesa dos direitos das mulheres que estas cotas não estão sendo cumpridas.

Embora a maioria do eleitorado seja de mulheres, em 2012 apenas 8,77% do total da bancada federal era ocupada por mulheres, ou seja, 45 deputadas. No Senado Federal, dos 81 lugares, apenas 12 eram ocupados por mulheres.

Em 2014 as mulheres eram mais da metade da população brasileira, contudo não conseguiu atingir a proporcionalidade quando se tratou da participação política no Congresso Nacional.

Com dados desconfortantes, na última eleição apenas 9,9%, ou seja, 51 mulheres foram eleitas para deputada federal, em compensação 462 homens (90,10%) foram eleitos deputados federais. No Senado o cenário não foi diferente, do total 5 mulheres (18,5%) foram eleitas senadoras para 22 homens (81,5%).

Segundo Zigoni (2014) os estados com maior número de mulheres eleitas em 2014 foram São Paulo e Rio de Janeiro com 6 mulheres eleitas cada um.

Lamentavelmente este cenário corrobora com evidências mundiais sobre a participação feminina nas áreas social, educacional, econômica e política que ainda apresentam baixos níveis, e, portanto, a necessidade em conhecer profundamente as questões que cercam tais evidências e discuti-las.

Com base nas proposições do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM), o empoderamento político está entre as dimensões para estudos direcionados à equidade de gênero. O direito à voz na formulação de políticas públicas que afetam a sociedade na qual está inserido permite a representação equitativa de mulheres nas estruturas de tomada de decisões, segundo apresentado no relatório da Pesquisa Executiva de Opinião do Fórum Econômico Mundial (2005), um estudo que avaliou a situação das mulheres em número significativo de países.

De modo a apresentar o panorama sobre a participação política no eixo municipal, a seguir na Tabela 18, são apresentados dados a partir das eleições municipais para os anos 2000, 2004, 2008 e 2012, relacionando o número de candidatos e eleitos para o cargo de prefeito nos municípios da RMS.

Nas quatro eleições, em nenhum dos municípios da RMS o número de candidatas foi superior ao número de candidatos. Camaçari, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco

do Conde, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz que representam mais de 50% do número de municípios da RMS, não houve registro de nenhuma mulher candidata ao posto de prefeita em pelo menos em 2 destas eleições.

Madre de Deus foi o município que registrou o maior número de mulheres eleitas para o maior cargo executivo do município com 4 prefeitas eleitas entre os anos 2000 e 2012. Candeias e Dias D'Ávila tiveram 3 prefeitas eleitas ao longo deste período, seguidos pelos municípios de Pojuca, São Francisco do Conde e Lauro de Freitas que tiveram duas eleições ganhas por mulheres.

Os municípios de Mata de São João e São Sebastião do Passé das quatro eleições, uma delas tiveram uma mulher eleita. Já em Salvador e Simões Filho entre as eleições do ano 2000 e 2012, não elegeram nenhuma mulher como prefeita.

Vale destacar que em número absoluto, no ano de 2012 eram 1.826.936 homens e 2.028.507 mulheres na RMS que na distribuição relativa da população, as mulheres representavam neste ano 52,61% e os homens 47,39%, entretanto a participação política das mulheres ainda é muito abaixo dos números que sinalizam para a equidade de gênero, no âmbito do maior cargo executivo municipal.

O empoderamento político vai além da representação equitativa de mulheres nas estruturas de tomada de decisão, formais e informais, mas ao direito na discussão para formulação de políticas que afetam a sociedade. Os dados apresentados na Tabela 21 não causaram surpresas, visto que a representação feminina em escalões de tomada de decisões ainda é muito rarefeita em todo o mundo.

Esses dados confirmam que as candidaturas continuam a espelhar as desigualdades características da sociedade brasileira quando a vinculação são as relações de gênero. Essa desproporção tem origem nos poucos recursos para financiamento das campanhas das mulheres que acaba com menor exposição na mídia, além da discriminação do próprio eleitor, retrata Zigoni (2014).

Apesar das habilidades comprovadas como líderes a participação política das mulheres ainda estão comprometidas, situação clara na sub-representação em cargos eletivos, em serviços públicos, no setor privado e na academia.

Tabela 18 - Número de candidatos e eleitos para o cargo de prefeito, por sexo, por município, Região Metropolitana de Salvador - 2000, 2004, 2008 e 2012

Município	Sexo	2000		2004		2008		2012	
		Candidato	Eleito	Candidato	Eleito	Candidato	Eleito	Candidato	Eleito
Camaçari	Homem	3	1	4	1	4	1	5	1
	Mulher	0	0	1	0	1	0	0	0
Candeias	Homem	1	0	4	0	1	0	7	1
	Mulher	2	1	2	1	2	1	1	0
Dias D'Ávila	Homem	1	1	2	0	0	0	1	0
	Mulher	1	0	2	1	3	1	1	1
Itaparica	Homem	4	1	4	1	3	1	2	1
	Mulher	0	0	0	0	1	0	1	0
Lauro de	Homem	4	1	2	0	2	0	3	1
Freitas	Mulher	0	0	2	1	1	1	0	0
Madre de	Homem	2	0	2	0	1	0	1	0
Deus	Mulher	2	1	1	1	1	1	1	1
Mata de São	Homem	1	0	4	1	2	1	3	1
João	Mulher	2	1	0	0	1	0	0	0
Pojuca	Homem	2	0	3	1	4	0	2	1
	Mulher	1	1	0	0	1	1	1	0
Salvador	Homem	6	1	8	1	5	1	6	1
	Mulher	0	0	2	0	0	0	0	0
São Francisco	Homem	3	1	3	1	2	0	2	0
	Mulher	0	0	0	0	1	1	1	1
São Sebastião	Homem	5	1	4	1	2	0	1	1
	Mulher	1	0	2	0	1	1	1	0
Simões Filho	Homem	2	1	3	1	2	1	3	1
	Mulher	0	0	1	0	1	0	0	0
Vera Cruz	Homem	3	1	6	1	3	1	6	1
	Mulher	0	0	1	0	0	0	0	0

Fonte: <http://www.tse.jus.br>

Elaborado pela autora

Para este estudo foi necessário conhecer também o cenário daquelas pessoas responsáveis por legislar no âmbito municipal. Os vereadores têm o compromisso de elaborar as leis municipais, como, por exemplo, a Lei Orgânica – uma espécie de "Constituição Municipal", com as diretrizes que devem ser seguidas pelos Poderes Executivo e Legislativo e também pelos moradores do município. Na Lei Orgânica promulgada pela Câmara Municipal de cada município deve conter, entre outros temas:

- a) A organização do Município;
- b) Organização e competência dos poderes;
- c) Sistema tributário e orçamentário;
- d) Ordem econômica, social e meio ambiente;
- e) Política urbana e rural.

Os vereadores são representantes do povo que os elegeu, com o poder de legislar e fiscalizar o poder executivo local, fazendo a ponte entre a população e o prefeito. Ter maior participação feminina entre os legisladores municipais condiz como uma das condições necessárias para o empoderamento da mulher num determinado município.

Deste modo a Tabela 19 apresenta o número de candidatos e eleitos, ao cargo de vereadores, por sexo, nas últimas quatro eleições municipais para os municípios que compõe a RMS. Em todos os municípios da RMS, nas quatro últimas eleições municipais, o número de candidatos homens foi superior ao número de candidatas mulheres para o cargo de vereador (a).

Dos municípios estudados, Vera Cruz e Salvador apresentou a menor participação feminina entre os candidatos ao cargo legislativo municipal. Na eleição do ano 2000, do total de candidatos para o cargo de vereador no município de Salvador, 15% eram de mulheres e 84,4% de homens.

Em 2012 as mulheres tiveram uma participação de 27,7% do total, ou seja, 323 dos candidatos ao cargo de vereador da cidade do Salvador. Ao finalizar as eleições o número de mulheres eleitas para o cargo legislativo municipal foi de 11,6% com 5 mulheres eleitas. A capital do estado da Bahia, ao que parece, não apresentou grande avanço no que diz respeito a participação da mulher na política, pelo menos em relação as candidatas eleitas para o cargo de legisladora municipal, visto que em 2000 o percentual de mulheres que venceram a eleição era de 6,06% e de homens 94%.

Nas eleições dos anos 2004 e 2008, a participação das mulheres na Câmara Municipal de Salvador passou para 14,6%, enquanto que os homens tinham 85,4% de participação. Em 2012 a participação das mulheres voltou a perder espaço e passou para 11,6%, e os homens 88,4% de participação.

Camaçari, um dos maiores municípios da região metropolitana de Salvador, em 2000 possuía 17,6% das cadeiras da câmara ocupadas por mulheres e 82,3% das cadeiras do legislativo ocupadas por homens. Em 2004 a participação das mulheres no legislativo do município de Camaçari saltou para 41,66%. Entretanto, na eleição de 2008 a participação voltou a decrescer e caiu para 23,07%, e em 2012 chegou a apenas 5,26% de participação de mulheres na câmara municipal.

O município de Lauro de Freitas, o terceiro em número de população absoluta economicamente ativa, entre as eleições dos anos 2000 e 2012, a participação da mulher para o cargo de vereadoras saiu de 17,6% para 23,5%. Entretanto, na eleição do ano 2008 nenhuma mulher conseguiu vaga na câmara legislativa municipal. Simões Filho no ano 2000, contava com 13,3% de participação das mulheres para a câmara municipal e em 2012 foi para 17,6%. Assim como ocorrido em Lauro de Freitas, em 2008 não foi registrado nenhuma mulher eleita para o cargo municipal de vereadora em Simões Filho. Candeias o quarto município em população economicamente ativa, em 2000 tinha em sua composição de eleitos para a câmara legislativa 17,6% de mulheres. Esse percentual passou para 23,5% nas eleições de 2012, e em 2004 e 2008 alcançou a maior participação com 30% e 40%, respectivamente.

Para complementar a análise sobre o empoderamento da mulher no tocante a participação política, complementou-se essa pesquisa com o levantamento dos cargos executivos ligados aos municípios que compõem a RMS. Para tanto, foram identificados aqueles cargos que tratam de ocupações de importante influência municipal, com responsabilidade de gestão sobre o município com grande representatividade de poder, entre eles: secretários (as) municipais ou diretorias municipais. Pela limitação da disponibilidade desses dados, entre eles, a falta de divulgação oficial dos cargos de confiança e a dificuldade de acesso por vias oficiais, entre outros obstáculos, não foi possível levantar tais dados para todos os municípios.

Tabela 19 - Número de candidatos e eleitos, de vereador (es), por sexo, por município, Região Metropolitana de Salvador - 2000, 2004, 2008 e 2012

Município	Sexo	2000		2004		2008		2012	
		Candidato	Eleito	Candidato	Eleito	Candidato	Eleito	Candidato	Eleito
Camaçari	Homem	160	14	130	7	126	10	208	18
	Mulher	66	3	59	5	47	3	93	1
Candeias	Homem	161	13	118	7	62	6	175	12
	Mulher	48	2	51	3	34	4	86	5
Dias D'Ávila	Homem	70	10	91	7	80	3	103	13
	Mulher	25	3	40	3	37	7	44	2
Itaparica	Homem	103	9	78	8	78	9	93	9
	Mulher	27	2	23	1	24	0	45	0
Lauro de	Homem	161	14	128	9	137	12	238	13
Freitas	Mulher	38	3	46	2	54	0	107	4
Madre de	Homem	64	7	59	6	62	7	58	8
Deus	Mulher	21	2	22	3	25	2	28	3
Mata de São	Homem	68	10	72	7	78	7	72	11
João	Mulher	28	3	31	1	29	2	30	2
Pojuca	Homem	60	12	81	7	119	6	92	10
	Mulher	19	1	23	2	39	3	44	3
Salvador	Homem	473	31	603	35	666	35	843	38
	Mulher	87	2	138	6	161	6	323	5
São Francisco	Homem	99	11	79	7	78	8	101	10
	Mulher	19	2	25	2	29	1	47	3
São Sebastião	Homem	85	9	107	9	79	7	78	11
	Mulher	23	4	22	0	34	2	34	2
Simões Filho	Homem	86	13	112	8	143	11	192	14
	Mulher	15	2	38	3	63	0	79	3
Vera Cruz	Homem	108	13	107	9	94	9	110	13
	Mulher	13	0	22	0	25	0	47	0

Fonte: <http://www.tse.jus.br>

Elaborado pela autora

O Quadro 1, a seguir, apresenta o número de secretarias, órgãos e/ou autarquias, por município para a RMS. Os dados foram colhidos a partir da pesquisa em sites oficiais dos municípios selecionados para o estudo, bem como por contato telefônico junto a representantes de alguns municípios.

Quadro 1 - Cargos de secretarias, órgãos e autarquias, segundo sexo, dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2015

Município	Total Secretarias, Órgãos e Autarquias	Sexo	Cargos de 1º Escalão	Município	Total Secretarias, Órgãos e Autarquias	Sexo	Cargos de 1º Escalão
Camaçari	24	Homem Mulher	18 6	Pojuca	14	Homem Mulher	9 5
Candeias	14	Homem Mulher	11 3	Salvador	15	Homem Mulher	14 1
Dias D'Ávila	12	Homem Mulher	11 1	São Francisco do Conde	16	Homem Mulher	13 3
Itaparica	12	Homem Mulher	7 5	São Sebastião do Passé	13	Homem Mulher	11 2
Lauro de Freitas	*	Homem Mulher	* *	Simões Filho	*	Homem Mulher	* *
Madre de Deus	18	Homem Mulher	15 3	Vera Cruz	*	Homem Mulher	* *
Mata de São João	9	Homem Mulher	3 6				

Elaboração própria a partir da pesquisa de campo

* Dados não disponibilizados

Para esta pesquisa, consideraram-se os ocupantes atuais destas secretarias, órgãos e/ou autarquias de governos municipais, visto que houve limitação para acesso aos dados e informações de anos anteriores, por não termos tido acesso a tais registros. Vale destacar que cada município possui autonomia de decisão sobre quais secretarias são definidas para cada município, bem como sobre o modelo de gestão adotado, essa condição interfere de algum modo às comparações entre os municípios.

Dos municípios da RMS, na última eleição municipal em 2012 para o cargo de prefeita, três mulheres foram eleitas. Dias D'Ávila, Madre de Deus e São Francisco do Conde são municípios que atualmente estão sendo administrados por mulheres, entretanto as pastas ligadas aos cargos de 1º escalão (secretarias de governos, órgãos e autarquias) na grande maioria estão ocupadas por homens. O município de Salvador elegeu em 2012 um homem para ocupar o cargo maior da prefeitura até 2016, mas conta com uma vice-prefeita. Ao que parece que apesar de ter uma representante mulher na vice-prefeitura, os municípios de Salvador, assim como a grande maioria dos municípios da RMS, preferiram os homens para ocupar os cargos de maior visibilidade e poder no eixo municipal, visto que dos 15 cargos considerados de 1º escalão, 14 são ocupados por homens e apenas 1 está ocupado por mulher

O retrato singular entre os demais municípios destaca-se Mata de São João como o único município que preferiu as mulheres para ocupar suas secretarias municipais, órgãos e autarquias. Num total de 9 (secretarias, órgãos e/ou autarquias), seis estão ocupadas por mulheres e 3 são ocupadas por homens. Itaparica e Pojuca são os outros municípios que optaram por mais mulheres ocupando cargos de referência de poder, embora o número de homens seja maior ao das mulheres que ocupam os cargos de secretarias, órgãos e/ou autarquias, a diferença é muito menor que nos demais municípios. Em Itaparica para um total de 12 (secretarias, órgãos e/ou autarquias), 5 são ocupadas por mulheres e 7 por homens. Já em Pojuca, das 14 secretarias, 5 são ocupadas por mulheres e 9 ocupadas por homens.

Verificou-se que houve uma participação das mulheres no âmbito da política, entretanto vale ressaltar que nos municípios maiores como Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas, por exemplo, o número de mulheres candidatas á prefeita foi zero para a maioria das eleições. Quando se analisou o cenário para o legislativo municipal o número de mulheres candidatas aumentou para todos os municípios, contudo o número de mulheres eleitas ainda é insipiente, principalmente se comparado ao número de homens eleitos. Outro fato importante é que mesmo naqueles municípios em que as mulheres são eleitas como prefeitas, os cargos de secretarias e diretorias são destinados em sua maioria para os homens.

Cumpr-se após essa apresentação, pontuar sobre uma das pretensões desta pesquisa que foi de salientar a importância da temática como um dos vieses para o desenvolvimento regional.

No Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013 – 2015, os princípios orientadores preconizam: a autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; a busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; o respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; o caráter laico do Estado; a universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; a participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas e a transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

Ainda segundo este mesmo relatório, publicado através da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, no Capítulo 1, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, diz:

Em 2011, vimos a terceira maior taxa de geração de empregos formais desde 1985, e com ela, o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal. No entanto, há ainda um quadro de desigualdade entre mulheres e homens para o qual a 3ª CNPM e este plano dedicam suas resoluções e ações: sete em cada 10 homens na população economicamente ativa trabalham ou procuram emprego, e menos de cinco em cada 10 mulheres estão na mesma situação. A diferença de rendimentos é marcante: as mulheres recebem 73,8% dos rendimentos dos homens. (PNPM, 2013, p. 14).

No que se apresenta, parece-nos distante o alcance da equidade entre homens e mulheres no campo da política, requisito tão importante para o empoderamento feminino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por toda exposição é inequívoco que igualdade entre homens e mulheres perpassa pela autonomia econômica que está associada ao mundo do trabalho. Atuar com propósitos de ações específicas que visam à eliminação da desigualdade na divisão sexual do trabalho, no acesso a educação e na projeção para maior equilíbrio entre os sexos, inclusive com a maior participação política feminina, dará ênfase à erradicação da pobreza e garantirá a participação das mulheres no processo de desenvolvimento do Brasil.

Foi possível averiguar a superioridade da população em idade ativa na RMS das mulheres, condição que reporta a RMS como uma região massivamente composta em sua maioria por mulheres. Ao acessar o universo de mulheres e de homens, entre 2003 – 2013 para a RMS verificou-se que 1.783.372 eram mulheres e 1.641.713 eram homens no ano 2003 e 2.063.867 de mulheres para 1.828.562 de homens em 2013.

Em 2013, a população ocupada passou a ser de 1.929.113 pessoas com 1.026.833 mulheres e 902.280 homens, entretanto, a participação relativa das mulheres caiu para 53,2% com uma redução de 2,5 pontos percentuais, enquanto que os homens aumentaram sua participação relativa em 2,5 pontos percentuais com 46,8% de participação. Até aqui é tranquilo afirmar que embora o número de mulheres tenha aumentado na população ativa, o mesmo não ocorreu com a sua participação relativa no mercado de trabalho.

As informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela SEI em parceria com o Dieese, Seade e a Setre, mostraram que na distribuição total de ocupados para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), as mulheres atingiram os maiores percentuais, em relação aos dos homens, quando o nível de instrução é “Ensino Médio Completo” e “Ensino Superior Completo”. No entanto, essa condição não refletiu nos seus rendimentos que continuaram sendo menores do que a média de rendimentos dos homens. Aquilo que ocorre no âmbito Brasil repetiu-se na RMS.

Em 2013, a distribuição da população economicamente ativa, registou comportamentos diferentes para as mulheres e homens quando avaliado o percentual de ocupados e desempregados. Enquanto que para as mulheres aumentou 0,5 pontos percentuais a

participação na PEA para os homens ocorreu uma redução de 0,5 pontos percentuais. Entretanto, o mesmo não ocorreu com proporção de ocupados, entre homens e mulheres, e em 2013 o percentual de ocupação de homens cresceu 0,94% em relação a 2003, já para as mulheres ocorreu uma redução de 1,07% no percentual no período.

A significância desses dados é que embora as mulheres da RMS estejam estudando mais, elas estão ocupando proporcionalmente um menor número de vagas, principalmente no que se refere ao mercado formal.

Aliado a ocupação mais penosa, em 2003 com uma taxa de desemprego de 30,1, as mulheres registraram 19,6% de desemprego aberto e 10,5% de desemprego oculto. Neste mesmo ano, do total de 26,1% de desemprego para os homens, 14,6% referiu-se ao desemprego aberto e 11,5% oculto. No que se refere as taxas de desemprego aberto e oculto, mais uma vez as mulheres apresentaram os maiores números percentuais, ou seja, apesar da população está composta por mais mulheres, quando se trata de ocupação no mercado de trabalho os homens continuam em vantagem. De fato, em 2013 a taxa de desemprego se manteve menor que em 2003, tanto para homens quanto para mulheres. Entretanto, ocorreu maior redução para os homens (44,06% de redução) e para as mulheres (25,9% de redução).

Este desequilíbrio que prevalece na RMS quanto ao acesso e permanência das mulheres em relação ao mercado de trabalho, confirma-se por todos os indicadores apresentados ao longo deste trabalho. Reafirma-se que embora as mulheres sejam maioria na população economicamente ativa, quanto a sua participação e oportunidade econômica ao observar a questão do emprego ainda é aviltada. O percentual de mulheres com maior grau de instrução é maior que do homem quando analisado a população ocupada com escolaridade com nível superior completo, entretanto, as mulheres continuam passando mais tempo em busca de trabalho do que os homens. Em 2003, o tempo médio de procura por emprego pelas mulheres é superior ao tempo médio total, situação que evidencia a maior dificuldade de inserção feminina no mercado de trabalho.

Apesar do hiato entre os rendimentos, considerando o sexo, tenha apresentado redução relativa de 20,7%(2003) para 10,5%(2013), as mulheres continuaram com rendimento médio inferior ao rendimento dos homens, entre 2003 e 2013. Mais mulheres disponíveis no mercado, elas estudam mais, registraram a maior taxa de desemprego e

continuam ganhando menos que os homens, além de levar mais tempo na procura de trabalho.

Ao considerar a distribuição de homens e mulheres ocupados, enquanto que em 2003 o percentual de homens ocupados com filhos era maior que o percentual de mulheres ocupadas com filhos, em 2013 o percentual de mulheres ocupadas com filhos manteve quase instável e dos homens reduziu em 2,8 pontos percentuais. Importante ressaltar que grande parte das mulheres ocupadas são cônjuges, constituindo aí um comportamento diferente no que se relaciona a dependência do trabalho.

De todas as dimensões, a política é aquela que apresentou o pior cenário. Mais uma vez, muito embora as mulheres representem a maior parte da população, em todos os municípios e em consequência na RMS, a sua participação política ainda é insipiente. Salvador, maior município da região, nas duas últimas eleições não apresentou sequer uma candidata mulher para o cargo de prefeita. Vera Cruz, apenas em 2004 lançou uma candidata para o maior cargo executivo municipal. O município de Candeias foi o que, neste quesito, apresentou a maior participação de mulheres no executivo municipal com 3 prefeitas eleitas em 2000, 2004 e 2008. Há claramente uma “hegemonia” dos homens quando o assunto é participação política, tanto para o cargo de prefeito quanto para vereador.

Este comportamento é repetido para a maioria dos municípios no que se refere à escolha de homens e mulheres para os cargos de secretarias municipais, órgãos e autarquias representativas dos municípios. O único município que optou por mais mulheres que homens para estes cargos foi o município de Mata de São João, que em 2015 registrou 6 mulheres como secretárias municipais e 3 homens como secretários municipais. Os demais municípios prevalecem a superioridade masculina, inclusive para os municípios que elegeram mulheres para prefeita.

Outra associação importante que se relaciona ao empoderamento é a ocupação e a escolaridade. Os indicadores do mercado de trabalho e escolaridade para as mulheres, de modo geral, apresentaram números melhores, possivelmente cenário relacionado à dinâmica econômica desses dez anos. De modo geral, as mulheres da região metropolitana de Salvador acompanharam o retrato das mulheres no Brasil.

Neste debate foi possível constatar que falar de mulher não é um tema abstrato, é pertinente e relevante pois está ligado a cidadania, a conquista de espaços iguais na sociedade e principalmente à perspectiva de um plano de desenvolvimento humano.

Ao colocar ênfase no trabalho feminino como caminho para libertação e redefinição para o desenvolvimento, se mostrou completamente pertinente e validado por toda a discussão posta, tanto sobre a evolução das estruturas familiares quanto pelas relações de gênero na sociedade.

Em toda a discussão apresentada ficou claro que a mulher ao acumular as atividades domésticas e/ou de mãe, interfere na sua produtividade para o trabalho da rua. É possível ponderar esta realidade quando analisado o emprego por tipo de admissão. Quando verificado a reintegração o número de admissão para os homens é muito superior do que para as mulheres. Esses dados podem confirmar a dificuldade que as mulheres têm em associar as atividades de mãe e atividades laborais fora de casa,

Na discussão teórica foi confirmado que entre os fatores que incidem na desigualdade de gênero para o mercado de trabalho estão aqueles de caráter estrutural associado ao trabalho e a outras dimensões da vida social. De outro lado estão as questões relacionadas à divisão sexual do trabalho em que limitam à mulher os cuidados na esfera doméstica, principalmente por conta dos filhos.

A dificuldade em associar o as atividades domésticas, entre elas aquelas ligadas a maternidade, pode implicar na condição de trabalho que a mulher se submete de modo que possa compatibilizar melhor ambos papéis.

Foi observado ao longo desta pesquisa que a mulher passou a ocupar maior espaço na dimensão do trabalho na esfera pública, entretanto ainda está longe de alcançar a situação ideal, mesmo após ter alcançado melhores números em relação a escolaridade.

Neste sentido, a igualdade de oportunidades é uma das condições importante para o empoderamento feminino, pois, entre outras coisas, trata da inclusão e da não discriminação que se consolida entre os pilares da equidade entre os gêneros.

A combinação da mulher mãe na esfera privada em oposição a figura da mulher pública sexualizada e moderna, não se caracteriza em luta das mulheres para combater os homens, mas tão somente sob a expectativa de libertar as mulheres para conquistar o seu espaço de igualdade na sociedade.

Na observação sobre este caminho tem a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) selecionado cinco entre as suas sete principais ações relacionadas a “Poder e participação política”, temáticas ligadas a política. Neste item, pelo que demonstrou o trabalho aqui apresentado, a RMS ainda está longe de alcançar o empoderamento feminino através da maior participação política. Ter mais mulheres inseridas na política representa a maior possibilidade de práticas políticas que refletirão em efeitos para o empoderamento das mulheres em outras esferas, além é claro de consolidar-se numa questão de justiça.

Lamentavelmente, o que se verificou para os municípios da RMS é que nos espaços de poder político representados pelos poderes legislativo e executivo, há uma inexpressividade da participação por parte das mulheres, caracterizada por uma política dominada pelos os homens tendo as mulheres dificuldade em participar. Tal cenário reflete em todos os campos que possibilitam a concretização de maior empoderamento por parte das mulheres, visto que não há voz para propor políticas públicas voltadas ao empoderamento feminino.

Muitos trabalhos têm discutido a questão da conciliação entre o trabalho fora de casa e os cuidados com os filhos. Neste aspecto, o apoio para os cuidados dos filhos e dependentes através de serviços e recursos que possibilitem atender a ambas as esferas (familiar e do trabalho) são importantes para a inserção, para o crescimento e permanência da mulher no mercado de trabalho. Os cuidados com os filhos e dependentes, na abordagem da família, garante tranquilidade e dignidade às pessoas, pois permite para muitas mulheres o acesso e a permanência ao mercado de trabalho, principalmente para aquelas que não dispõem da ajuda de outros familiares para os cuidados com os filhos. É neste sentido que os papéis de gênero tradicionais e a divisão sexual do trabalho, além da exclusão promovida pelo próprio campo político têm uma sobrecarga maior para a baixa expressividade política das mulheres.

Por limitações desta pesquisa, não foi possível averiguar em profundidade, matérias que se relacionam a rede de apoio, no que diz respeito ao lar, para que principalmente as mulheres possam inserir-se e/ou manter-se no mercado de trabalho com maior tranquilidade e segurança. Entretanto, até aqui foi possível constatar que a relação da mulher com os filhos, pode interferir na forma como ela está ou não no mercado de trabalho. Neste sentido, entre os pesquisadores da temática, a disponibilidade de creches é um importante elemento de apoio que permite melhor condição para a mulher/mãe trabalhadora buscar condições iguais no mercado de trabalho.

Finalmente, espera-se que o resultado alcançado nesse empreendimento possibilite elementos para aprofundar a discussão sobre a realidade das mulheres na Região Metropolitana de Salvador, servindo de suporte para elaboração de políticas públicas que contribuam com ações para maior equidade entre os gêneros.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou uma renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, 2182-7400, Lisboa, v. 0, n. 4, 2003. Disponível em: <<http://cea.revues.org/1573>> Acesso em: 24 abr. 2015.
- ANTUNES, M. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ANTUNES M. ; ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.
- ARAÚJO, Walter da Rocha. **Representações sociais sobre família e classes sociais**. 116f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Recife, 2003. Disponível em: <www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20030917152632.pdf> Acesso em: 15 jul. 2014.
- ARAGÃO, L.M. de C. **Razão Comunicativa e teoria social crítica em Jurgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo. A situação das américas: democracia, capital social e empoderamento. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099>> Acesso em: 27 abr. 2015.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e Mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed.[S. l.]: Difusão Européia do Livro, 1970. 309 p.
- BERQUÓ, Elza. A família no século XXI: um enfoque demográfico. **Revista brasileira de estudos de população**, São Paulo, v.6, p. 1-16, jul./dez. 1989. Disponível em: <http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/view/554/pdf_528> Acesso em: 22 jul. 2014.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BRASIL). BNDES 60 anos: perspectivas setoriais. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2012. p. 12-41. ISBN: 9788587545442 (v.1) Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/961> Acesso em: 23 maio 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 17 maio 2015.
- BORÇA JUNIOR, Gilberto Rodrigues; GUIMARÃES, Danilo. **Impacto do ciclo expansionista de crédito à pessoa física no desempenho da economia brasileira**

2004-2013. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/6243>>
Acesso em: 24 jan. 2016.

CARVALHO, Andreia Margarida Pereira de. **A importância do empowerment da mulher para o desenvolvimento.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional)- Lisboa - Portugal. Disponível em:
<www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4395> Acesso em: 30 dez. 2014.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. **Estudos Femininos**, CIEC/ECO/UFRJ, 1992. Disponível em:
<<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14980.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2014.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social:** tradução Edmundo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do estado.** 9. ed. Tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

_____. **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico estrutural. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 9-40.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FRIEDMANN, John. **Empowerment:** uma política de desenvolvimento alternativo. [S.l.]: Celta, 1996. 197p.

A GAP Report 2014 Global Gender. Disponível em:
<<http://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2014>> Acesso em: 10 Out. 2015.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, 1993, n.1. Disponível em:
<<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/pagu01.06.pdf>>
Acesso em: 25 jul. 2014.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.35-58, maio-ago. 2004. Disponível em:
<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf?origin=publication_detail> Acesso em: 15 jun. 2014.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de emponderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL. MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, do 25 a 27 de abril de 2007. ISSN 1982-4602. Disponível em:

<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf> Acesso em: 26 abr. 2015.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Empoderamento: definições e aplicações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT 18 – PODER POLÍTICO E CONTROLES DEMOCRÁTICOS., 30., 2006. **Anais...** 2006. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3405&Itemid=232> Acesso em: 26 abr.2015.

IDHM - INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/idhm/index.html>> Acesso em: 15 abr. 2014.

JAGUARIBE, Helio. Brasil, século XXI. **Estud. av.** [online]. 2000, v.14, n.38, p.215-221. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000100010>> Acesso em: 25 maio 2016.

LEONE, Eugenia Troncoso.; BALTAR, Paulo. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233-249, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n2/v25n2a03.pdf> > Acesso em: 9 abr.2014.

LEONE, E.T. ; BALTAR, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 355-367, jul./dez. 2006.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teoria do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

LORIO, Cecília. Algumas estratégias de empoderamento e direitos. In: ANTUNES, M. ; ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2000.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. **Revista de Saúde Sexual e Reprodutiva de Ipas**, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br>> Acesso em: 27 jul. 2014.

MAPA RMS 1990 – 2007. Disponível em: <www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/mapoteca/download/RMssaDT3.jpg> Acesso em: 4 nov. 2015

MAPA RMS – 2010. Disponível em: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-regiao-metropolitana-de-salvador/#more-256>> Acesso em: 4 nov. 2015

MARTINI, Luciane. **A mulher e o mercado de trabalho no início do Século XXI.** Um estudo de caso junto ao Sesc no Oeste do Paraná (2006 a 2010). Toledo, 2011. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/tede/tde_arquivos/2/TDE-2011-09-05T190748Z-644/Publico/Luciane%20Martini.pdf> Acesso em: 7 abr. 2014.

MARX, Karl. **O capital.** São Paulo: Nova Cultura, 1996, 1.v (Os Economistas).

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.16, n.2, p. 440, maio-ago.2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/03.pdf>> Acesso em: 1 maio 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <www.drive.google.com> Acesso em: 20 nov. 2014.

MONTE, Paulo Aguiar do.; PEREIRA, Ana Elizabete da Silva. **A inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro e seus determinantes salariais**: evidências para os anos 1995 e 2006. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/a_insercao.pdf> Acesso em: 6 jun. 2014.

MOREIRA, Nathalia Carvalho. **Programa Bolsa Família e o empoderamento das mulheres em Minas Gerais**. 97p. 2010. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2010, Disponível em: <<http://alexandria.cpd.ufv.br:8000/teses/administracao/2010/232470f.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2015.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. População e família brasileira: ontem e hoje. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 15., 2006, Caxambú-MG. **Anais...** 2006. Disponível em: <http://143.107.236.240/disciplinas/SAP5846/populacao_familia_nascimento_abep06.pdf> Acesso em: 20 jun. 2014.

NARAYAN, Deepa. **Emponderamiento y reducción de la pobreza**. 1. ed. [S.l.]: Banco Mundial. 2002.

OBSERVATÓRIO DE GENERO. **A abordagem da OIT sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e Tratamento no Mundo do Trabalho**. 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/a-abordagem-da-oit-sobre-a-promocao-da-igualdade-de-oportunidades-e-tratamento-no-mundo-do-trabalho/view>> Acesso em: 22 jun.2015.

OIT BRASIL. Trabalho e responsabilidades familiares: novos enfoques. OIT. A Abordagem da OIT sobre a Promoção da Igualdade e Oportunidades e Tratamento no Mundo do Trabalho. Nota baseada na série *Work and Family Information Sheets* do Programa sobre trabalho e Emprego (TRAVAIL). Traduzido e Adaptado pelo Programa Regional de Gênero e Trabalho Decente. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/nota-1-trabalho-e-responsabilidades-familiares-novos-enfoques-0>> Acesso em: 22 jun. 2015.

OLIVEIRA, Tiago. **Subdesenvolvimento e mercado de trabalho no Brasil**: impasses e desafios atuais. Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania. Economia, distribuição de renda e mercado de trabalho. [S.l.]: Fundação Perseu ABRAMO, 2013. p.225 a 244

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de

Janeiro, v.45, n.5, p.1517-538, set./out. 2011. Disponível em:
<www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/704> Acesso em: 05 mar. 2016.

PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M. A. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology**, v. 23, n. 5. p. 569-70, oct. 1995. Disponível em:
<<http://link.springer.com/article/10.1007/BF02506982#page-1>> Acesso em: 26 abr. 2015.

PINHEIRO, Luana ; SOARES, Vera. **Retratos das desigualdades gênero e raça**. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher), 2004. p. 1 – 31, Disponível em:
<<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>> Acesso em: 8 jun. 2015

PITANGUY, Jacqueline ; BARSTED, Leila Linhares. **Um instrumento de conhecimento e de atuação política. O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010**. Rio de Janeiro: Cepia – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. ONU Mulheres, out. 2011. p. 15 – 18.

PITANGUY, Jacqueline ; BARSTED, Leila Linhares. **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436p.

PNUD. Declaração do Milênio das Nações Unidas. Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 6-8 de Setembro de 2000. Disponível em:
<http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf> Acesso em: 21 maio 2015.

ROMANO, Jorge O. ; ANTUNES, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n. 17, p. 7 – 33, 2010.
Disponível em:
<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/10680/7096>> Acesso em: 20 jun. 2014.

SANTOS, Shirlei A. Guedes Dantas; PEDRÃO, Fernando Cardoso. (Org.). Reflexões sobre o mercado de trabalho: Região Metropolitana de Salvador. Trabalho e educação: uma perspectiva crítica. São Paulo: Editora Nelpa, 2015. 178 p.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. Salvador: NEIM/UFBA, 2006. O presente texto é uma transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006 Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%200na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2015.

- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica = Gender: a useful category of historical analyses.** Gender and the politics of history. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989. Disponível em: <<http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2014.
- SCOTT, Parry. **Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. (Série e Gênero, 14). Disponível em: <http://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/familias%20brasileiras%20poderes%20desigualdades%20e%20solidariedades.pdf> Acesso em: 20 jun. 2014.
- SEN, Amarthya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Mota; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA E MELLO, de Sylvio Bandeira et al. Região metropolitana de Salvador na rede urbana brasileira e sua configuração interna. **Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. XVIII, n. 479, 10 de jun 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-479.htm>> Acesso em: 23 de maio 2016.
- SOARES, Cristiane. Empoderamento econômico e inserção da mulher no mercado de trabalho. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.** Edição Especial, 2010. Artigo: Índices de Desenvolvimento de Gênero: uma análise do avanço social das mulheres no Brasil e nas Unidades da Federação, p. 64 – 106. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs.../abep2010_2178.pdf> Acesso em: 2 jan. 2015.
- SOARES, Cristiane. O desenvolvimento social e o empoderamento econômico das mulheres no Brasil: uma análise a partir de índices sintéticos. Novas perspectivas de gênero no século XXI. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, n. 3, ano XIV, out. 2013. ISBN 978-85-7304-179-6. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/11281-1442-5-30.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2016.
- SOUZA, Laumar Neves de. **Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS.** 288 p. Tese. (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia - UFBA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/442013093505.pdf>> Acesso em: 2 abr. 2014.
- TOLEDO, Laisa Regina Di Maio Campos. A família contemporânea e a interface com as políticas públicas. **Revista Ser Social**, Brasília, n.21, p.13-44, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/about> Acesso em: 22 jul. 2014.
- VIEIRA, A. A expansão do trabalho feminino no setor de serviços: uma análise nas cinco regiões do Brasil. Disponível em:

<http://www.cse.ufsc.br/~gecon/coord_mono/2007.1/Andreza.pdf> Acesso em: 4 abr. 2014.

VOCÊ provavelmente não estará viva para ver igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. BBC – Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150715_desigualdade_salarios_genero_cc> Acesso em: 10 out. 2015

ZIGONI, Carmela. **Eleições 2014**: Congresso Nacional permanecerá desigual nos próximos 4 anos. 2014. Disponível em: <www.inesc.org.br/...do-inesc/2014/outubro/eleicoes> Acesso em: 14 mar. 2016

ANEXO A – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL, NORDESTE, BAHIA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2003 - 2013

Ano	Brasil		Região Nordeste		Bahia		RMS	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2003	48,78	51,22	49,00	51,00	49,71	50,29	47,93	52,07
2004	48,72	51,28	48,81	51,19	49,39	50,61	47,30	52,70
2005	48,74	51,26	48,94	51,06	49,54	50,46	47,63	52,37
2006	48,73	51,27	48,95	51,05	49,46	50,54	46,80	53,20
2007	48,82	51,18	48,83	51,17	49,38	50,62	47,56	52,44
2008	48,68	51,32	48,94	51,06	49,37	50,63	47,25	52,75
2009	48,70	51,30	48,68	51,32	49,30	50,70	46,89	53,11
2011	48,52	51,48	48,26	51,74	48,32	51,68	46,85	53,15
2012	48,67	51,33	48,49	51,51	48,76	51,24	47,39	52,61
2013	48,59	51,41	48,41	51,59	48,50	51,50	46,98	53,02

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD),

**ANEXO B - EVOLUÇÃO ABSOLUTA DO ESTOQUE DE EMPREGO
FORMAL, POR SEXO — BRASIL, NORDESTE, BAHIA E REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR — 2003-2013**

Nível Geográfico	Ano										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	29.544.927	31.407.576	33.238.617	35.155.249	37.607.430	39.441.566	41.207.546	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433
<i>Masculino</i>	17.740.944	18.845.717	19.832.111	20.865.545	22.246.439	23.234.981	24.135.025	25.752.758	26.908.359	27.302.180	28.003.631
<i>Feminino</i>	11.803.983	12.561.859	13.406.506	14.289.704	15.360.991	16.206.585	17.072.521	18.315.597	19.402.272	20.156.532	20.944.802
Nordeste	5.095.390	5.394.730	5.808.590	6.185.903	6.567.837	6.948.709	7.422.186	8.010.839	8.481.080	8.613.556	8.926.710
<i>Masculino</i>	2.907.411	3.090.231	3.326.739	3.546.679	3.776.327	4.004.192	4.284.608	4.668.341	4.943.481	5.004.007	5.162.017
<i>Feminino</i>	2.187.979	2.304.499	2.481.851	2.639.224	2.791.510	2.944.517	3.137.578	3.342.498	3.537.599	3.609.549	3.764.693
Bahia	1.379.609	1.458.315	1.596.990	1.681.473	1.784.626	1.861.452	1.999.632	2.139.232	2.265.618	2.256.621	2.314.907
<i>Masculino</i>	789.591	841.273	924.496	966.061	1.024.355	1.069.791	1.154.601	1.247.062	1.314.574	1.299.793	1.328.330
<i>Feminino</i>	590.018	617.042	672.494	715.412	760.271	791.661	845.031	892.170	951.044	956.828	986.577
RMS*	734.988	767.794	826.363	863.309	906.299	944.033	1.003.660	1.067.566	1.108.396	1.126.112	1.086.515
<i>Masculino</i>	423.778	443.859	482.273	504.921	530.734	556.241	598.397	642.190	662.211	664.305	647.806
<i>Feminino</i>	311.210	323.935	344.090	358.388	375.565	387.792	405.263	425.376	446.185	461.807	438.709

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2003-2013.

* Região Metropolitana de Salvador

**ANEXO C - EVOLUÇÃO RELATIVA DO ESTOQUE DE EMPREGO
FORMAL, POR SEXO — BRASIL, NORDESTE, BAHIA E REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS) — 2003-2013**

Nível Geográfico	Ano										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
<i>Masculino</i>	60,0%	60,0%	59,7%	59,4%	59,2%	58,9%	58,6%	58,4%	58,1%	57,5%	57,2%
<i>Feminino</i>	40,0%	40,0%	40,3%	40,6%	40,8%	41,1%	41,4%	41,6%	41,9%	42,5%	42,8%
Nordeste	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
<i>Masculino</i>	57,1%	57,3%	57,3%	57,3%	57,5%	57,6%	57,7%	58,3%	58,3%	58,1%	57,8%
<i>Feminino</i>	42,9%	42,7%	42,7%	42,7%	42,5%	42,4%	42,3%	41,7%	41,7%	41,9%	42,2%
Bahia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
<i>Masculino</i>	57,2%	57,7%	57,9%	57,5%	57,4%	57,5%	57,7%	58,3%	58,0%	57,6%	57,4%
<i>Feminino</i>	42,8%	42,3%	42,1%	42,5%	42,6%	42,5%	42,3%	41,7%	42,0%	42,4%	42,6%
RMS*	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
<i>Masculino</i>	57,7%	57,8%	58,4%	58,5%	58,6%	58,9%	59,6%	60,2%	59,7%	59,0%	59,6%
<i>Feminino</i>	42,3%	42,2%	41,6%	41,5%	41,4%	41,1%	40,4%	39,8%	40,3%	41,0%	40,4%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2003-2013.

* Região Metropolitana de Salvador

**ANEXO D - EVOLUÇÃO ABSOLUTA DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR
RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA — BRASIL, NORDESTE, BAHIA E
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR — 2003-2013**

Nível Geográfico	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	80.775.414	85.245.933	87.695.271	89.636.973	90.854.655	93.420.362	93.783.537	94.763.220	96.100.290	96.659.379
Administração pública	4.019.262	4.229.120	4.280.689	4.458.114	4.499.901	4.557.488	4.788.626	5.143.624	5.249.607	5.356.298
Agrícola	16.747.557	18.029.961	18.099.531	17.526.309	16.842.129	16.405.447	16.035.432	14.888.151	13.987.371	13.981.907
Alojamento e alimentação	2.915.895	3.042.695	3.198.372	3.394.675	3.341.270	3.621.325	3.656.663	4.630.714	4.587.111	4.474.307
Atividades mal definidas ou não declaradas	199.585	228.574	199.402	219.855	212.341	200.504	204.618	130.950	71.467	63.990
Comércio e reparação	14.314.926	14.729.283	15.541.727	15.751.351	16.261.782	16.221.029	16.625.618	16.885.746	17.083.354	17.186.644
Construção	5.259.323	5.392.333	5.665.238	5.851.546	6.104.691	6.972.260	6.961.538	7.919.440	8.360.586	8.871.018
Educação, saúde e serviços sociais	7.222.169	7.452.685	7.687.967	8.025.596	8.362.371	8.613.402	8.774.768	8.736.861	9.234.245	9.916.585
Indústria de transformação	10.936.147	11.770.118	12.405.296	12.523.388	13.070.092	13.439.005	12.979.780	11.960.383	12.689.184	12.223.401
Outras atividades	5.553.605	5.739.061	5.951.948	6.486.783	6.641.279	7.205.829	7.222.791	8.231.582	8.436.829	8.184.232
Outras atividades industriais	651.704	686.350	683.213	743.726	742.114	739.244	792.697	730.843	729.586	735.627
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3.003.598	3.518.824	3.310.557	3.798.679	3.697.179	4.116.531	3.963.706	3.584.724	3.815.322	3.785.470
Serviços domésticos	6.203.053	6.514.793	6.693.725	6.794.905	6.723.434	6.687.640	7.295.136	6.742.239	6.510.667	6.473.746
Transporte, armazenagem e comunicação	3.748.590	3.912.136	3.977.606	4.062.046	4.356.072	4.640.658	4.482.164	5.177.963	5.344.961	5.406.154
Nordeste	22.302.303	22.851.136	23.644.766	23.850.533	24.033.806	24.616.171	24.405.848	24.090.476	24.377.943	24.611.073
Administração pública	1.035.340	1.116.516	1.111.107	1.144.734	1.162.833	1.218.545	1.268.761	1.353.590	1.382.353	1.393.222
Agrícola	8.278.562	8.253.922	8.509.719	8.050.611	7.798.237	7.587.238	7.214.307	6.665.481	6.169.004	6.111.909
Alojamento e alimentação	694.955	733.800	775.572	820.373	793.082	871.995	889.326	1.113.241	1.143.226	1.139.006
Atividades mal definidas ou não declaradas	63.922	71.922	63.848	69.637	84.573	87.741	88.906	40.475	21.348	16.831
Comércio e reparação	3.615.461	3.550.319	3.748.620	3.815.968	3.962.606	3.992.412	4.158.715	4.112.525	4.340.699	4.205.641
Construção	1.150.839	1.222.854	1.268.169	1.395.759	1.424.187	1.702.971	1.674.495	1.912.519	2.074.544	2.187.207
Educação, saúde e serviços sociais	1.733.045	1.740.735	1.833.146	1.896.930	1.977.664	2.079.511	2.080.708	2.097.878	2.219.395	2.465.519
Indústria de transformação	1.881.702	1.988.397	2.136.535	2.087.888	2.229.820	2.233.780	2.098.493	1.999.104	2.066.206	2.108.882
Outras atividades	840.634	886.091	953.477	1.072.398	1.088.923	1.179.600	1.221.732	1.319.615	1.316.684	1.253.771
Outras atividades industriais	167.055	150.337	166.216	161.781	163.929	170.017	181.428	164.134	129.916	152.195
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	691.189	838.779	736.762	872.749	810.067	936.354	876.391	714.940	861.613	863.186
Serviços domésticos	1.348.500	1.457.386	1.523.216	1.590.021	1.627.807	1.615.492	1.756.812	1.563.187	1.557.682	1.599.579
Transporte, armazenagem e comunicação	801.099	840.078	818.379	871.684	910.078	940.515	895.774	1.033.787	1.095.273	1.114.125
Bahia	6.217.302	6.410.702	6.602.234	6.616.491	6.656.750	6.972.809	7.071.158	6.913.226	6.755.754	6.885.773
Administração pública	268.500	288.320	287.733	308.217	300.509	298.313	346.225	374.111	375.616	352.799
Agrícola	2.491.571	2.542.521	2.518.066	2.363.319	2.331.015	2.349.039	2.318.862	1.891.810	1.769.531	1.686.992
Alojamento e alimentação	231.847	217.331	257.211	243.814	262.788	302.638	283.629	349.048	332.774	350.995
Atividades mal definidas ou não declaradas	24.072	19.504	9.478	28.453	16.165	18.987	18.905	9.122	0	4.681
Comércio e reparação	918.736	937.836	923.757	963.531	1.003.718	1.024.093	1.124.375	1.201.374	1.235.977	1.163.108
Construção	341.633	367.671	392.683	431.203	415.284	508.361	499.642	594.104	579.340	609.065
Educação, saúde e serviços sociais	444.846	449.714	491.031	504.427	511.872	542.149	568.814	557.429	585.391	666.024
Indústria de transformação	405.405	427.174	467.079	460.269	454.454	492.135	449.807	493.760	418.840	498.985
Outras atividades	241.390	249.204	290.042	318.546	338.260	352.201	367.676	390.269	378.973	400.611
Outras atividades industriais	68.586	55.961	66.815	50.352	51.830	54.259	64.172	46.852	36.057	45.894
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	192.306	223.035	222.876	225.121	223.845	271.721	252.692	208.012	241.627	278.510
Serviços domésticos	365.943	380.412	424.389	446.339	470.936	475.884	491.844	493.288	471.786	491.327
Transporte, armazenagem e comunicação	222.467	252.019	251.074	272.900	276.074	283.029	284.515	304.477	329.842	336.782
RMS	1.432.187	1.548.130	1.595.004	1.628.320	1.691.132	1.773.252	1.861.313	1.865.441	1.875.304	1.925.913
Administração pública	82.661	77.088	83.113	96.815	97.566	96.869	97.166	103.908	111.702	115.910
Agrícola	26.965	30.144	35.830	25.116	29.682	23.911	26.543	30.268	30.893	31.056
Alojamento e alimentação	99.673	110.210	107.508	98.660	119.900	131.865	125.605	117.958	131.988	139.286
Atividades mal definidas ou não declaradas	8.178	8.385	4.618	15.302	7.366	7.887	6.873	3.433	0	0
Comércio e reparação	318.483	333.993	336.125	325.400	364.280	350.013	400.750	385.069	375.069	356.995
Construção	122.008	134.230	152.574	148.187	140.369	167.366	181.531	224.358	211.238	214.532
Educação, saúde e serviços sociais	151.176	154.614	153.233	182.905	185.713	186.364	198.363	189.099	202.822	219.661
Indústria de transformação	132.608	166.426	152.129	158.242	162.446	179.175	165.176	181.611	161.008	156.247
Outras atividades	154.929	158.254	197.205	208.941	214.016	210.504	230.589	225.309	245.881	257.741
Outras atividades industriais	9.947	9.981	9.456	11.870	9.894	13.556	11.848	18.409	12.481	11.846
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	82.000	104.298	98.938	90.184	104.240	113.657	116.126	94.244	100.156	112.698
Serviços domésticos	150.292	162.114	167.758	166.239	159.238	185.097	186.278	169.759	167.563	174.496
Transporte, armazenagem e comunicação	93.267	98.393	96.517	100.459	96.422	106.988	114.465	122.016	124.503	135.445

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2003-2013.

**ANEXO E - EVOLUÇÃO ABSOLUTA DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR
ANOS DE ESTUDO — BRASIL, NORDESTE, BAHIA E REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR — 2003-2013**

Nível Geográfico	Ano									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	80.775.414	85.244.843	87.691.965	89.635.726	90.854.655	93.420.362	93.783.537	94.763.220	96.100.290	96.659.379
<i>Sem Instrução / Menos de 1 ano</i>	8.310.900	8.579.990	8.429.262	7.884.418	7.746.322	7.896.553	7.268.204	8.736.727	6.348.361	6.825.118
<i>De 1 a 3 anos</i>	9.964.529	10.228.657	10.266.420	9.731.547	9.477.721	8.761.036	8.599.828	6.647.257	7.160.536	6.663.222
<i>De 4 a 7 anos</i>	22.681.422	23.286.764	23.486.024	23.497.263	22.451.634	22.061.662	21.809.986	19.036.745	20.092.249	19.158.682
<i>De 8 a 10 anos</i>	13.287.044	14.238.075	14.347.924	14.820.362	15.580.283	16.111.403	15.488.668	16.351.824	16.431.922	16.483.748
<i>De 11 a 14 anos</i>	20.008.264	21.975.118	23.866.444	25.729.280	26.995.022	29.268.002	30.474.152	32.836.842	34.188.327	34.826.291
<i>15 ou mais anos</i>	6.256.237	6.684.547	7.050.664	7.778.115	8.402.359	9.156.396	9.975.782	11.042.656	11.749.760	12.582.572
<i>Não determinado / Sem declaraçã</i>	261.833	251.692	245.227	194.741	201.314	165.310	166.917	111.169	129.135	119.746
<i>Parte não informada</i>	5.185	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	22.301.581	22.850.630	23.643.511	23.849.635	24.033.806	24.616.171	24.405.848	24.090.476	24.377.943	24.611.073
<i>Sem Instrução / Menos de 1 ano</i>	4.776.669	4.681.519	4.602.573	4.317.273	4.031.963	4.101.210	3.767.162	4.224.326	3.222.568	3.280.662
<i>De 1 a 3 anos</i>	4.100.881	3.958.813	4.089.214	3.811.949	3.876.310	3.371.025	3.279.643	2.497.042	2.823.882	2.678.032
<i>De 4 a 7 anos</i>	5.805.189	5.954.911	6.154.095	6.220.845	5.896.431	5.985.096	5.873.905	4.959.134	5.400.352	5.230.627
<i>De 8 a 10 anos</i>	2.700.465	2.932.577	2.981.037	3.228.304	3.417.967	3.614.458	3.474.762	3.607.357	3.679.079	3.720.171
<i>De 11 a 14 anos</i>	3.941.895	4.279.202	4.756.274	5.073.612	5.528.935	6.094.532	6.412.146	7.013.345	7.348.193	7.513.548
<i>15 ou mais anos</i>	905.817	998.019	1.013.429	1.160.005	1.227.715	1.407.249	1.537.954	1.762.383	1.866.716	2.135.949
<i>Não determinado / Sem declaraçã</i>	70.665	45.589	46.889	37.647	54.485	42.601	60.276	26.889	37.153	52.084
<i>Parte não informada</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bahia	6.217.302	6.410.196	6.602.014	6.616.262	6.656.750	6.972.809	7.071.158	6.913.226	6.758.523	6.885.773
<i>Sem Instrução / Menos de 1 ano</i>	1.275.505	1.309.952	1.191.195	1.116.308	1.138.295	1.128.540	1.066.701	1.132.197	855.181	857.496
<i>De 1 a 3 anos</i>	1.194.099	1.136.313	1.140.551	1.061.279	1.059.146	967.044	953.244	764.875	774.447	718.576
<i>De 4 a 7 anos</i>	1.651.329	1.644.672	1.746.178	1.731.969	1.607.617	1.723.240	1.743.666	1.441.111	1.517.081	1.513.875
<i>De 8 a 10 anos</i>	727.992	837.315	865.962	904.529	936.664	1.013.599	958.979	1.000.664	948.735	985.243
<i>De 11 a 14 anos</i>	1.173.328	1.286.062	1.419.414	1.531.901	1.621.391	1.811.969	1.956.975	2.127.312	2.188.994	2.233.950
<i>15 ou mais anos</i>	188.751	191.766	229.583	262.695	281.499	317.353	376.902	439.420	466.131	564.345
<i>Não determinado / Sem declaraçã</i>	6.298	4.116	9.131	7.581	12.138	11.064	14.691	7.647	7.954	12.288
<i>Parte não informada</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RMS	1.432.187	1.546.542	1.594.784	1.628.091	1.688.830	1.773.252	1.859.180	1.864.193	1.874.680	1.927.192
<i>Sem Instrução / Menos de 1 ano</i>	86.420	91.144	65.516	71.924	70.179	68.017	77.257	108.277	68.023	66.918
<i>De 1 a 3 anos</i>	133.717	133.791	144.653	115.764	129.794	111.649	119.200	98.617	105.152	93.821
<i>De 4 a 7 anos</i>	335.065	352.590	373.097	328.550	343.319	347.070	380.133	325.466	324.518	339.079
<i>De 8 a 10 anos</i>	259.912	300.186	282.709	300.483	297.760	319.441	300.737	281.781	299.236	287.214
<i>De 11 a 14 anos</i>	493.083	547.299	588.766	641.935	678.623	735.052	779.700	820.391	832.188	854.878
<i>15 ou mais anos</i>	120.674	121.532	136.744	166.239	169.155	187.832	202.153	229.661	245.563	285.282
<i>Não determinado / Sem declaraçã</i>	3.316	0	3.299	3.196	0	4.191	0	0	0	0
<i>Parte não informada</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2003-2013.

ANEXO F - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DESOCUPADA, DA TAXA DE DESEMPREGO E DE SUAS DIFERENÇAS, ENTRE O SEXO MASCULINO E FEMININO — BRASIL, NORDESTE, BAHIA E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR — 2003-2013

Nível Geográfico	Masculino		Feminino		Diferença da Taxa	
	Desocupados	Taxa	Desocupadas	Taxa	Percentual	P. Percentual
Brasil	33.314.900	5,96%	44.556.923	10,4%	74,4%	4,4%
2003	4.004.011	7,80%	4.705.287	12,3%	57,9%	4,5%
2004	3.614.779	6,79%	4.703.075	11,7%	71,9%	4,9%
2005	3.873.922	7,08%	5.112.853	12,2%	71,8%	5,1%
2006	3.516.168	6,38%	4.706.652	11,0%	72,7%	4,6%
2007	3.385.708	6,06%	4.658.812	10,8%	78,3%	4,8%
2008	2.949.958	5,20%	4.215.973	9,6%	85,2%	4,4%
2009	3.544.514	6,17%	4.952.822	11,0%	78,7%	4,9%
2011	2.810.383	4,88%	4.012.050	9,1%	87,1%	4,2%
2012	2.701.593	4,65%	3.661.178	8,3%	77,4%	3,6%
2013	2.913.864	4,98%	3.828.221	8,5%	70,9%	3,5%
Nordeste	9.482.199	6,29%	12.131.646	11,1%	75,7%	4,8%
2003	990.577	6,90%	1.143.965	11,4%	64,7%	4,5%
2004	995.164	6,83%	1.257.533	11,9%	74,8%	5,1%
2005	1.030.172	6,89%	1.310.924	11,9%	72,2%	5,0%
2006	972.116	6,49%	1.187.987	10,8%	66,2%	4,3%
2007	954.275	6,31%	1.208.717	10,9%	72,9%	4,6%
2008	869.548	5,68%	1.131.221	10,0%	76,1%	4,3%
2009	1.011.065	6,54%	1.363.733	12,0%	84,0%	5,5%
2011	863.657	5,68%	1.194.908	10,9%	91,9%	5,2%
2012	863.599	5,64%	1.157.237	10,4%	84,9%	4,8%
2013	932.026	6,04%	1.175.421	10,4%	72,5%	4,4%
Bahia	2.908.723	6,82%	4.025.087	12,8%	87,8%	6,0%
2003	310.464	7,60%	372.877	13,2%	74,4%	5,7%
2004	321.080	7,66%	434.876	14,6%	91,1%	7,0%
2005	291.935	6,90%	442.181	14,2%	106,2%	7,3%
2006	288.027	6,84%	387.099	12,6%	83,4%	5,7%
2007	283.668	6,69%	397.170	12,8%	91,7%	6,1%
2008	285.810	6,54%	406.184	12,3%	88,2%	5,8%
2009	292.232	6,62%	429.064	12,7%	92,2%	6,1%
2011	281.033	6,53%	408.217	12,4%	89,3%	5,8%
2012	280.316	6,55%	376.957	12,0%	83,7%	5,5%
2013	274.158	6,37%	370.462	11,5%	80,1%	5,1%
RMS	1.236.706	11,72%	1.881.017	19,3%	64,3%	7,5%
2003	154.933	16,27%	198.469	23,8%	46,4%	7,6%
2004	150.798	15,30%	220.605	23,6%	54,4%	8,3%
2005	133.001	13,10%	206.450	22,5%	71,4%	9,4%
2006	133.115	13,21%	188.832	20,0%	51,6%	6,8%
2007	118.516	11,37%	185.935	19,5%	71,5%	8,1%
2008	112.408	10,59%	180.435	18,0%	69,5%	7,4%
2009	110.677	10,03%	196.234	18,4%	83,6%	8,4%
2011	111.088	9,83%	180.680	17,6%	78,8%	7,7%
2012	102.348	9,16%	159.442	15,6%	70,5%	6,5%
2013	109.822	9,66%	163.935	15,4%	59,1%	5,7%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2003-2013.